

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**MATA DA AMEM, CABEDELO-Pb: Possibilidades de Co-Gestão**



Vista aérea da Mata da AMEM e suas cercanias. Foto: Dirceu Tortorello

**ELIVAN ARANTES DE SOUZA**

**JOÃO PESSOA – PB  
2000**

## **MATA DA AMEM, CABEDELLO-Pb: Possibilidades de Co-Gestão**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Souza, Elivan Arantes de.

Mata da AMEM, Cabedelo – Pb: possibilidades de Co-Gestão / Elivan Arantes de Souza. João Pessoa: PRODEMA/UFPB, 2000.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba.

1. Áreas protegidas. 2. Comunidades – co-gestão. I. Título

**PALAVRAS CHAVES: POLÍTICAS PÚBLICAS**

**COMUNIDADES**

**CONFLITOS – ÁREAS PROTEGIDAS**

**GESTÃO PARTICIPATIVA**

**MEIO AMBIENTE**

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

ELIVAN ARANTES DE SOUZA

MATA DA AMEM, CABEDELO-Pb: Possibilidades de Co-Gestão

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – (PRODEMA/UEPB), em cumprimento às exigências para obtenção de Grau de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> LORELEY GOMES GARCIA

João Pessoa – Pb  
2000

ELIVAN ARANTES DE SOUZA

MATA DA AMEM, CABEDELO-Pb: Possibilidades de Co-Gestão

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> LORELEY GOMES GARCIA  
Universidade Federal da Paraíba

---

Prof<sup>o</sup> Dr. ROBERTO SASSI  
Universidade Federal da Paraíba

---

Prof<sup>o</sup> Dr. JOSÉ LEVI FURTADO SAMPAIO  
Universidade Federal do Ceará

*“Nunca esqueças o sítio de onde partes, mas abandona-o e procure-o universal. Ame o elo que une a tua terra à Terra e faz com que se aproximem o próximo e estranho”.*

*(SERRES)*

*Dedico aos coletores e coletoras da Mata da AMEM.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma tarefa prazerosa e ingrata, pois ao lembrarmos, esquecemos e nesse vai e vem da memória, acabamos em débito com alguém.

Esclareço que a ordem não reflete a importância de cada um e pelos esquecimentos, desculpo-me antecipadamente.

Loreley, pela perspicácia e disposição para discussão de grandes temas.

Severino e Terezinha cuja história de vida lhes permitiu esse vôo.

Malu, Felipe e Alexandre, pacientes companheiros nessa e em outras jornadas, sem os quais não teria coragem para enfrentar e vencer os desafios.

Naí, Enildo, Edilma, Eliane, Eduardo, Bete, Júnior e Renata: esse é só um pedaço de nossos sonhos, *de onde viemos e para onde vamos?*

Aos manos: Nando, Evandro, Getúlio, parceiros nessa e em outras viagens.

Aos companheiros e companheiras do IBAMA, especialmente Ariane, Anete, Edilton, Marcelo e Bolo, pelas informações e confiança.

Claudeci Santana, pelos conhecimentos e ensinamentos sobre nossa flora.

Eduardo Pazera, pela amizade e esmero nas leituras.

Liliane, a Maguinha, pela força angelical.

Paulo Rosa, pelas informações e discussões.

Suzi Bel, com quem descobrimos a importância dos sentidos.

Aos amigos virtuais que acreditaram e trocaram idéias: Maria Auxiliadora, Cláudio Mareti, Maria Cecília, Monika Roper, Rodrigo Faleiros, Sérgio Velho e outro(a)s.

As instituições e seus representantes: IBAMA, INTERPA, Polícia FLORESTAL, TELEMAR, SAELPA, PMC, UFPB, PRODEMA, NEPREMAR E DEGEOC.

*Continua - [SUMÁRIO](#)*

## SUMÁRIO

RESUMO

RÉSUMÉ

<a href="#">INTRODUÇÃO</a> .....	15
<a href="#">1. ÁREAS PROTEGIDAS ou espaços reservados</a> .....	21
1.1 Gêneses das áreas proibidas.....	21
1.2 Áreas protegidas ou unidades de conservação.....	24
1.3 O que influencia a criação de uma AP.....	26
1.4 Áreas protegidas no Brasil.....	29
1.5 As áreas protegidas e a legislação.....	44
1.6 Homens e mulheres nas áreas protegidas.....	51
1.7 Áreas protegidas na Paraíba.....	53
<a href="#">2. GERENCIANDO AS DIFERENÇAS</a> .....	59
2.1 Planejamento e gestão.....	61
2.2 O poder e o IBAMA.....	63
2.3 Poder e gestão.....	65
2.4 O lugar.....	72
<a href="#">3. NOSSOS CAMINHOS</a> .....	74
<a href="#">4. A MATA</a> .....	80
<a href="#">5. O RENASCER</a> .....	100
<a href="#">6. AMEM: ENTRE NEOCURUPIRAS E OS GRUPOS DE COLETORES, COLETORAS E USUÁRIOS</a> .....	107
<a href="#">6.1 Quem destrói o quê?</a> .....	137
<a href="#">7. CONCLUSÃO</a> .....	149
<a href="#">REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</a> .....	153



## LISTA DE TABELAS

		pág.
TABELA I	Áreas protegidas Federal	37
TABELA II	Categorias de áreas protegidas, segundo a UICN	39
TABELA III	Situação mundial das unidades de conservação por regiões	43
TABELA IV	Áreas protegidas na Paraíba	55
TABELA V	Avifauna da Mata da AMEM	91
TABELA VI	Lista preliminar das espécies de borboletas observadas na Mata da AMEM	94
TABELA VII	Levantamento preliminar da flora da Mata da AMEM	96
TABELA VIII	Demografia do Conjunto Renascer	101
TABELA IX	Escolaridade	102
TABELA X	Habitação	102
TABELA XI	Lixo	102
TABELA XII	Uso da água	103
TABELA XIII	Abastecimento	103
TABELA XIV	Detrito sanitário	103
TABELA XV	Ao adoecer	103
TABELA XVI	Meios de comunicação	104
TABELA XVII	Organização dos grupos comunitários	104
TABELA XVIII	Transportes	104
TABELA XIX	Ocupação profissional	105
TABELA XX	Unidades de conservação Federal no Estado da Paraíba – Perfil/Problemas	111
TABELA XXI	Onde moram os usuários	125
TABELA XXII	Usuários por sexo	126
TABELA XXIII	Usuários por profissão	127
TABELA XXIV	Quais os valores da Mata para os usuários	129
TABELA XXV	Qual a intensidade de uso da mata	131
TABELA XXVI	Quais os produtos que se usa da mata	132
TABELA XXVII e XXVIII	Como utilizam a mata nos finais de semana	133
TABELA XXIX	O que pode ser feito da mata	135

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMEM	Associação Metropolitana de Erradicação da Mendicância.
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
AP	Área Protegida
ÁRIEs	Área de Relevante Interesse Ecológico
CEMAVE	Centro de Pesquisa para Conservação das Aves Silvestres
CETAS	Centro de Triagem de Animais Silvestres
CNTP	Conselho Nacional de População Tradicional
CNUMAD	Comissão Mundial sobre meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
EC	Entrevistas com a Comunidade
EI	Entrevistas Institucionais
ESEC	Estação Ecológica
FBCN	Fundação Brasileira para Conservação da natureza
FLONA	Floresta Nacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
INTERPA	Instituto de Terras da Paraíba
MA	Meio Ambiente
PARNAS	Parques Nacionais
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNMA	Programa Nacional do Meio Ambiente
POFOM	Posto de Fomento
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reservas Extrativistas
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente Federal
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
SUDEVEA	Superintendência de Desenvolvimento da Borracha
UCs	Unidades de Conservação
UICN	União Mundial para Conservação da Natureza
WWF	Fundo Mundial para Natureza

## LISTA DE GRÁFICOS E MAPAS

		pág.
GRÁFICO I	Percentual de áreas protegidas no Estado da Paraíba	55
GRÁFICO II	Onde moram os usuários	125
GRÁFICO III	Usuários por sexo	126
GRÁFICO IV	Usuários da Mata por profissão	127
GRÁFICO V	Importância da Mata para os usuários	129
GRÁFICO VI	Frequência de uso da Mata	131
GRÁFICO VII	Utilização dos produtos da Mata	132
GRÁFICO VIII	Usuários na Mata no fim de semana	133
GRÁFICO IX	O que os usuários fazem na Mata no final de semana	133
GRÁFICO X	O que os usuários desejam para a Mata	135
MAPA I	Áreas protegidas na Paraíba	56
MAPA II	Croqui da mata da amem	70
MAPA III	Carta topográfica do sítio D. Leonor 1934	90

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

		pág.
FOTO I	Vista aérea da restinga de Cabedelo	81
FOTO II	Deposição de material apreendido pelo IBAMA na Mata	138
FOTO III	Coletoras de frutas descansando	138
FOTO IV	Trilha de coletores no interior da Mata	139
FOTO V	Terreno vizinho a Mata com placa de venda	139
FOTO VI	Caminhão do IBAMA depositando material apreendido na Mata	140
FOTO VII	Coletor(a)s indo em busca de frutas	140
FOTO VIII	Área sendo queimada pelo IBAMA	141
FOTO IX	Raizeiro em busca de ervas	141
FOTO X	Área afetada pela poluição das empresas de concretagem	142
FOTO XI	Crianças brincando com carrinhos de rolemã	142
FOTO XII	Vista da entrada da Mata	143
FOTO XIII	Pescadores no estuário.	143
FOTO XIV	Área de apicum após queimada.	144
FOTO XV	Pescador coletando “Tesoura”	144
FOTO XVI	Parte da Mata sendo aterrada	145
FOTO XVII	Coletora de capim	145
FOTO XVIII	Área degradada pela ação das empresas de concretagem	146
FOTO XIX	Grupo de senhoras em visita a Mata	146
FOTO XX	Ritual aos orixás e o cuidado com a não propagação do fogo	147
FOTO XXI	Lixo e degradação provocado pelo IBAMA	147
FOTO XXII	A Mata sendo utilizada como pasto	148
FOTO XXIII	Encontro dos rios Mandacaru e Paraíba	148

## RESUMO

SOUZA, Elivan Arantes de. Mata da AMEM Cabedelo-Pb: possibilidades de co-gestão. João Pessoa, 2000. 161p. (Dissertação de Mestrado) Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal da Paraíba.

Quase a totalidade das Áreas Protegidas administradas pelo IBAMA, estão envolvidas em conflito com comunidades que vivem em seu interior ou no seu entorno. Podemos afirmar que esse órgão não possui estratégias para conviver com essa realidade. Em contrapartida, o paradigma para a gestão das Áreas Protegidas, aponta na direção de uma relação ética e permanente com esses grupos e na busca de um processo de gestão compartilhada. Assim, tentamos analisar o caso da Mata da AMEM, onde IBAMA e a Comunidade do Renascer vivem uma situação ambígua em suas relações e, no entanto, ambos exprimem valores aproximados para com essa Reserva.

Palavras-chaves: políticas públicas, comunidades, conflitos em áreas protegidas, gestão participativa, meio ambiente, unidades de conservação.

## RÉSUMÉ

SOUZA, Elivan Arantes de. Mata da AMEM Cabedelo-Pb: possibilidades de co-gestão. João Pessoa, 2000. 161p. (Dissertação) Mestrado em Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal da Paraíba.

Presque la totalité des surfaces protégées, administrée par l' IBAMA sont sources de conflits avec ceux qui y vivent en son sein ou aux alentours. Nous pouvons affirmer que cet organisme ne possède pas de politique d'intégration envers ces populations. D'autre part, le paradigme pour l'administration des surfaces protégées semblerait montrer une relation d'équilibre permanente avec ces groupes et une mise en place d'un processus de co-gestion. Ainsi, nous avons tenté d'analyser les cas de la forêt du AMEM ou l'IBAMA et la communauté du RENASCER vivent une relation ambiguë, bien qu'ils expriment tous deux des valeurs similaires par rapport à cette forêt.

Mot d'ordre; politique publique, communauté, conflit des réserves, administration participative, environnement, projet de conservation.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma contribuição a um problema cada dia mais comum: *a inserção das comunidades locais nos processos de gerenciamento de áreas protegidas*. Neste sentido, não tem a pretensão de encerrar essa discussão, nem o privilégio do ineditismo. Ele iniciou-se em 1992, quando no meu ofício no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA, fui trabalhar no Centro de Pesquisas para Conservação da Aves/CEMAVE e tive a oportunidade de conhecer diversas Unidades de Conservação. Cada área Protegida tem suas singularidades, mas em todas havia conflitos, e este era o elo que as unia de forma umbilical.

Nas Reservas Biológicas de Saltinho e Serra Negra-PE, via-se claramente a ausência de uma proposta de gerenciamento integrado com seus entornos; na Estação Ecológica do Taim e Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitan-RS, o distanciamento com a realidade local conduzia a uma distorção sobre quais são as verdadeiras agressões que ocorrem naquelas áreas; na Floresta Nacional do Araripe e Estação Ecológica Aiuaba -CE, encontrei algumas respostas para minhas dúvidas, pois nelas ensaiava-se um modo diferente de gerenciar; no

Parque Nacional de Brasília - DF, vi a realidade de uma unidade urbana, com seus laços de necessidades e falta de compreensão dos que as gerenciavam para uma minoria; no Parque Nacional do Cabo Orange - AP, foi onde percebi que a ausência do IBAMA e de idéias de gestão levavam os conflitos a um nível sem precedentes; na Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses - MA, amadureci a necessidade de um projeto de co-gestão, pois nessa unidade, a comunidade conseguia gerir, sem o Estado, mesmo sendo impotente para resistir às invasões.

Neste sentido, nosso objetivo é tentar compreender o fenômeno gestão de Áreas Protegidas - AP ou Unidades de Conservação - UC como uma articulação política entre as relações e dinâmicas ambientais e culturais. Para tal, analisaremos o modelo de gestão praticado pelo IBAMA na Reserva Florestal Mata da AMEM, a partir de um diagnóstico do atual estado de conservação e das formas de uso da unidade, implementadas pelos diversos atores que ali atuam. Dessa forma, tentaremos identificar as relações da comunidade do Renascer com a Mata, numa tentativa de caracterizar os conflitos existentes, visando a indicação das possibilidades de um processo de co-gestão ou planejamento participativo para a área.

Essa pesquisa, no seu caráter intrínseco, pode ser percebida como um exercício prático em busca de uma metodologia para a abordagem de conflitos, já que esse tem sido um dos vieses do tema Gestão do Meio Ambiente, em particular de AP e UC.



Os conflitos em AP podem ser caracterizados a partir do choque entre duas, ou mais, formas de uso e manejo dessas áreas: a das comunidades tradicionais, que exerciam suas atividades nesses territórios antes da criação/transformação legal em Área Protegida, as quais nos processos de implantação não foram contempladas, nem convidadas a opinar; e a dos latifundiários que invadem as Áreas Protegidas com o propósito de beneficiar-se dos processos de desapropriação. Para o segundo, corrobora o Estado através de seus representantes, sendo omissos ou coniventes com as invasões e outras práticas.

“Conservacionistas tradicionais vêem o valor estético, biológico e ecológico, mas não necessariamente vêem as populações humanas. Muitas vezes eles não conseguem ver os efeitos das ações humanas do passado ou do presente, nem diferenciar os diversos tipos de uso, ou reconhecer o valor econômico de um uso sustentado”. (GOMEZ, POMPA & KAUS, 1992: 273, apud DIEGUES, 1994).

Os conflitos na sociedade brasileira têm sido, desde a Colônia, tratados de forma vulgarizada. Em momento algum, ou melhor, em nenhum dos episódios, buscou-se a resolução dos problemas em bases diplomáticas, pelo contrário, quando do acirramento desses, há uma recorrência quase que constante em tratá-los como caso de polícia. Assim o foi com as questões relativas às terras indígenas, dos afrodescendentes e atualmente com os Sem Terra no campo e Sem Tetos nas cidades. Para HERSHMAN,

“A cultura do jeitinho brasileiro costuma negar o conflito, ou seja, sempre o contorna sem encará-lo de frente. O Brasil tem um caso psíquico inacabado. Nossa herança colonial nos impede de falar e encarar nossas contradições, ou o fazemos do ponto de vista da Casa Grande, assim nos locupletamos com a falsidade e a ignorância.” (HERSHMAN, 1998: informação verbal)

As estratégias de sobrevivência e convivência de comunidades “nativas” com os ambientes naturais têm sido um dos temas recorrentes do movimento ambientalista e, conseqüentemente, do Estado. Essas comunidades, de um modo geral, constituíram ligações afetivas de interatividade com esses territórios baseados na necessidade, mas, pautado numa ética de uso cotidiana, porém, de acordo com a oferta sazonal de seus recursos. Tais formas de manejo e uso entram em rota de colisão com a lógica de mercado, onde reservas são tratadas enquanto mercadorias ou estoques futuros de terras e produtos. Os defensores dessa visão, diz, serem essas comunidades um dos motivos do nosso atraso e que suas formas de gestão não trazem ou geram riquezas ao país.

Com a falta de políticas agrícolas permanentes e programas que possibilitassem a manutenção das comunidades rurais em suas áreas de origem, vimos nos últimos anos uma corrente migratória em direção às cidades fora do comum, chegando hoje, segundo o IBGE (1996) a termos 80% de habitantes nas cidades e 20% na zona rural. Esse turbilhão de gente, além de números que incomodam o Estado e impossibilitam a gestão das cidades, trazem consigo um cabedal de informações que para a cidade não tem utilidades. Nesse novo *locus*, o migrante vive, em geral, sob condições desumanas de vida e habitação.

Numa cidade como João Pessoa o impacto dessa transferência do lugar de origem foi menor, por ser essa cidade um espaço que guarda, ainda, grandes ligações com o meio rural, sendo considerada como uma cidade *rurbana*. Assim, esses grupos humanos foram se estabelecendo nas redondezas dessa capital e dando continuidade a atividades que lhes eram peculiares. Para esse novo *locus*, esses grupos humanos trazem consigo uma carga genética de informações, aqui conduzida pela memória, que para LE GOFF (1994), “*São transcendências de uma forma passada que armazenada no subconsciente, extravasam depois de gerações, podendo inclusive, ser uma manifestação pró ou contra esse ambiente estruturado mentalmente*”.

A comunidade do Renascer - agente dessa história – é um dos grupos que se estabeleceram nessa cidade e após algumas transferências de uma área para outra, foram assentadas nas margens do rio Paraíba, tendo como vizinhos a Mata da AMEM. Essa Floresta, assim como o migrante, também foi vítima da falta de uma política de conservação e proteção dos recursos naturais desse país. Assim, a história dos Renascentes se cruzou com o da Mata e, ao longo desses 15 anos foi se assentando uma relação de uso, manejo e respeito entre ambos. Assim, tentaremos nesse trabalho responder ao seguinte questionamento: *como garantir a gestão de Áreas Protegidas, considerando-se as inter-relações mentais e práticas das comunidades de entorno sobre estes territórios?*

Para conseguirmos criar os liames dessa discussão, dividimos esse ensaio em sete caminhos, como dizia Paulo Freire, “*caminhante, não tem caminhos,*

*faz caminhos ao andar*”. Nessas andanças na Mata, com a comunidade, pela literatura cruzando com nossas vivências, construímos o seguinte percurso:

Primeiro: procuramos fazer um passeio pela história das Áreas Protegidas e suas ligações com a sociedade. O caso do nosso país, seus instrumentos legais e a situação real, que se confronta com o Legal. A evolução do pensamento ambientalista, até a aceitação do homem como elemento dessa paisagem. O caso da Paraíba e suas Áreas Protegidas;

Segundo: fizemos uma caminhada pela fortuna crítica, onde os expoentes dessa literatura foram discutidos e condensados nessa nossa realidade, neste, procuramos mostrar o quanto poder e gestão são lados de uma mesma moeda;

Terceiro: mostramos como chegamos aos grupos de usuários, coletores e coletoras da reserva, quais as veredas que cruzamos para nos entendermos;

Quarto: descortinamos a restinga de Cabedelo e a Mata para o mundo, tentamos caracterizar essa área a partir de suas riquezas e singularidades;

Quinto: tentamos caracterizar a comunidade (obviamente, há coisas que o papel e a caneta não conseguem mostrar);

Sexto: falamos sobre os sentimentos e ligações da comunidade com a reserva e do IBAMA com ambos, e como eles desenvolvem valores semelhantes sobre o mesmo espaço.

Sétimo: Tecemos uma teia de comentários, a qual chamamos de in/conclusão, já que essa é uma história que carece de outras práticas.

**Volta - [SUMÁRIO](#)**

**Continua - [CAPÍTULO 1](#)**

## **1. ÁREAS PROTEGIDAS ou espaços reservados?**

“Porque as unidades de conservação devem preservar valores culturais? Porque as culturas devem preservar valores naturais? (Tressinari)”.

### **1.1 Gênese das áreas protegidas**

Indiscutivelmente todos apóiam a necessidade da existência de Áreas Protegidas – AP. Acreditamos ser esse o único tema que consegue gerar um consenso social. Portanto, desde a criação do Parque Nacional de Yellowstone nos EUA até hoje, essa tem sido uma tática dos governos que recebem de imediato o apoio da sociedade.

“A conservação dos recursos naturais vivos – vegetais, animais e microorganismos, e dos elementos não-vivos presentes no meio ambiente do qual dependem – é fundamental para o desenvolvimento. Atualmente, a conservação dos recursos vivos selvagens consta dos planos de governos: quase 4% da superfície terrestre do planeta é gerida explicitamente para conservar espécies e ecossistemas, e só muito poucos países não possuem parques nacionais. O desafio que se impõe hoje às nações já não é mais decidir se a conservação é uma boa idéia, mas sim como implementá-la no interesse nacional e com os meios disponíveis em cada país”. (CNUMAD, 1991: 162).

O desafio que se coloca está justamente nas estratégias de gerenciamento para a manutenção/conservação e preservação da diversidade biológica e cultural que rodeia e está sobreposta à essa temática, pois há nesse tema nuances não perceptíveis a “olho nu” que vão além do ato de criação de uma AP. Em contrapartida há indícios a nível mundial, como também no Brasil, que demonstram ter havido um processo evolutivo técnico e conceitual na forma de tratar essa problemática.

“São áreas legalmente instituídas com o objetivo de conservação da natureza, ou seja, a manutenção dos processos ecológicos, a preservação da diversidade genética e a utilização sustentada das espécies e dos ecossistemas” (Brasil/MA/IBDF/FBCN, 1976)

“São porções do território nacional, incluindo as águas territoriais, com características naturais de relevante valor, de domínio público ou propriedade privadas, legalmente instituídas pelo Poder Público com objetivos e limites definidos, e sob regimes especiais de administração, às quais aplicam-se garantias adequadas de proteção”. (IBAMA)

“Espaço territorial e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (SNUC, PL 2.892/92 Art. 2º I)”.

“Uma superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada através de meios jurídicos e outros eficazes”.(UICN 1994)

Apesar de Yellowstone ser utilizado como marco das APs para o Ocidente, MILLER (1997) nos apresenta um rico histórico da relação sociedade-natureza, com a perspectiva de garantia da proteção de certas áreas, do qual faremos uma breve transcrição:

“Tais sítios estavam associados a fontes de animais sagrados, água pura, plantas medicinais, matéria-prima para uso futuro, mitos e ocorrências históricas. O acesso e uso dessas áreas e de seus recursos eram controlados por tabus, éditos reais e mecanismos sociais comunitários. Na Indonésia, nas Filipinas e nas ilhas do Pacífico, por exemplo, combinaram-se poderosos tabus sociais com rígidos controles administrados em nível de aldeia, muitas vezes com reforço religioso, para evitar uma exploração que viria contrariar os interesses da comunidade”. (MILLER, 1997: 3-4)

“Uma das mais antigas referências documentadas vem da Ásia, onde o Imperador Ashoka, da Índia, em 252 a.C., ordenou a proteção de certos animais, peixes e áreas florestadas. A primeira área de Proteção na Indonésia foi criada em 684 a.D., na ilha de Sumatra, por ordem do Rei de Srivijaya. Conta-se que no século XV, Babar, o primeiro Imperador Mogul da Índia, caçava rinocerontes em reservas especiais criadas para esse fim nas zonas pantanosas do Punjab. O Real Parque Nacional de Chitwan, no Nepal, foi criado inicialmente como reserva de caça para a família Rana. Assim Também, Ujung Kulon, em Java, e Ranthambore, na Índia, hoje em dia importantes parques nacionais, foram originariamente criados como reservas de caça. Em Kumano, Japão, há milhares de anos que o povo vai ao santuário de Tamaki para comunicar-se com os cedros. A reverência aos macacos, captada no antigo épico da cultura hindu, o *Ramayana*, ainda hoje é mantida na reserva de Cagar Alam, assim como também em Bali. Esses sítios preservam não somente valores culturais e religiosos, como também os habitats florestais próximos”. (Idem)

“Em Gana, na África, entre Bekwai e Esumeja, existe uma floresta que é o lugar mais sagrado do território dos Asante. Ali, estão encravados no solo vários vasos de cerâmica, perto de um buraco de onde emergiam os antepassados Asante. Em Soutpansburg, África do Sul, o povo Venda venera o Lago Fundudzi. Os Venda acreditam que o lago foi colonizado por poderosos curandeiros e habitado pela deusa serpente da fecundidade. Ninguém tem permissão para nadar no lago; os visitantes têm de obter permissão para entrar na área e podem apenas passar de carro por ela”. (Idem)

“Em fins de 1800, os Maori pediram que o Governo da Nova Zelândia criasse o Parque Nacional Tongariro, o primeiro do país, para ajudá-los a proteger suas terras santas contra a extração de madeiras e o pastoreio de ovelhas. Mais recentemente, a comunidade aborígine da Austrália buscou apoio da Commonwealth para criar o Parque Nacional do Kakadu, como meio de proteger os seus lugares sagrados, pinturas rupestres e grandes paisagens contra a mineração e outras formas de exploração. (Idem)

“Até hoje, os índios Caiapós, perto Rio Xingu mantêm zonas tampão entre lotes agrícolas e a floresta em redor, porque essas zonas contêm tanto plantas medicinais como predadores que controlam naturalmente as populações daninhas. Os caiapós mantêm também corredores naturais de matas antigas entre glebas que servem como reservas biológicas e facilitam o reflorestamento de campos antigos”. (RIBEIRO, 1987, Capítulo 11).

Essas áreas, como vimos, não eram criadas aleatoriamente. Havia uma simbologia e significado envolvido com sua concepção e manutenção, que quase em nada difere do que norteia a criação de *Yellowstone* e outras AP. No Brasil, a criação de mitos tipo: *Caiporas*, *Negrinho do Pastoreio*, *Comadre Florzinha*, *Saci-Pererê*, *Caboclos*, *Curupiras* e *Iaras*, fazem parte de uma estratégia de conservação das comunidades indígenas e tradicionais, ou melhor, dos que possuem estreita vinculação com o mundo natural. Esses eram e são cientes dos medos e dos limites do imaginário dos colonizadores, de seus pares e inimigos, assim, criaram e foram incorporando *entidades* de regulação da destruição das suas reservas, conforme nos mostra RIBEIRO (1987:23), ao afirmar que “*O mito codifica relações ecológicas intrincadas entre o mundo natural e o humano*”.

## **1.2 Áreas protegidas ou unidades de conservação**

No entanto, a designação UC é, ainda, um termo em construção mesmo no âmbito legal, onde é alicerçado o Estado ocidental, há controvérsias sobre a designação do que é uma Unidade de Conservação, para FEUERSCHUETTE (1986:108 e 109), o termo *Unidades de Conservação* estará correto quando englobar: florestas com fins econômicos e outras unidades onde é tolerado o uso racional dos recursos ambientais, como Área de Proteção Ambiental,



Área de Relevante Interesse Ecológico, Área de Interesse Especial, Áreas ou Locais de Interesse Turísticos e Áreas Naturais Tombadas. Nesse caso, não se aplicaria o termo aos Parques Florestais, Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Hortos Florestais e a denominada Reserva Ecológica, onde são permitidas apenas atividades científicas.

Nesse sentido, a Mata da AMEM pode ser considerada uma Unidade de Conservação por vários aspectos: a importância dos ambientes existentes; a sua singularidade (mata alta de restinga); também, pela localização estratégica (numa área de especulação permanente). Portanto, para este trabalho, ao invés de utilizarmos o termo *Unidades de Conservação — UCs*, já que este implica numa série de instrumentos *legais e administrativos*, aos quais não se encaixaria a Mata da AMEM, utilizaremos a designação *Área Protegida — AP*, que, apesar de genérico, tem amparo legal na teia das Leis, Decretos, Portarias e Resoluções da Legislação Ambiental Federal Brasileira e é a terminologia utilizada pela UICN.

Salientamos que, independentemente das designações/categorias, tentaremos trabalhar na perspectiva finalística dessas áreas, ou seja, além do seu valor ecológico, sistêmico ou monetário (enquanto reservas), contemplaremos os seus valores intrínsecos, cuja percepção já lhes é atribuída pelas comunidades usuárias.

No limiar de uma nova era, onde a esperança da construção de uma sociedade planetária se avizinha, percebe-se um retrocesso nas formas de contenção dos abusos sobre o Meio Ambiente, ao invés da busca do diálogo permanente, recorre-se, quase sempre, a criação de ritos legais. Esse instrumento, utilizado como

freio de um mundo em constante transformação, têm sido útil em alguns casos mas, seu caráter generalizante e sua lentidão em absorver novos paradigmas, tem impedido-os de perceber outras formas de usos para ecossistemas e matas, que nem sempre se configura como uma atitude *antrópica*.

### 1.3 O que influência a criação de uma AP?

O movimento ambientalista, grosso modo, sofre a influencia de duas grandes orientações filosóficas que podem ser subdivididas em inúmeras sub-orientações, mas o *Preservacionismo* e o *Conservacionismo*, é que são o pano de fundo de todas. O primeiro propugna a intocabilidade dos recursos naturais, permitindo apenas, a pesquisa e, em alguns casos, a contemplação. O segundo, acredita no uso racional dos recursos e vêem essas ações como reguladora das relações sociedade/natureza.

Segundo THOMAS, em fins do século XVIII, ocorreu uma mudança de atitude em relação à natureza que confere ao homem dessa época uma certa sublimação.

“Contudo, antes de terminar o século XVIII, o gosto mudou de forma dramática. No lugar do jardim formal aparado como por uma manicure, que antes fora o ideal da horticultura, desenvolveu-se um estilo caracteristicamente inglês de jardinagem paisagística, tão informal que às vezes era difícil distingui-lo de um campo não cultivado; e, ainda mais notável, a paisagem agreste e estéril deixara de ser objeto de aversão para se tornar fonte de renovação espiritual”. (THOMAS, 1988: 307)

É sob a égide desse paradigma que, na América, começa a haver mudanças nas percepções dos colonizadores que estão sendo lançados na marcha para o oeste. Essas mudanças de atitude, em relação ao meio, que ocorreu na Europa, materializam-se nas Américas quase um século depois. No entanto, esse tempo é relativo se levarmos em consideração os papéis exercidos entre metrópoles e colônias, como também os meios de comunicação da época.

“O Parque Nacional de Yellowstone, criado nos Estados Unidos em 1872, será talvez o melhor símbolo do esforço para implementar o primeiro enfoque do manejo de unidades de conservação – para preservar o esplendor cênico, a significação histórica e o potencial de lazer do que muitos cidadãos americanos hoje consideram como um dos mais importantes refúgios paisagísticos do país”. (MILLER, 1997:5).

Nessa “gênese” ocidental da criação de áreas protegidas, resume-se, nesse período e até recentemente, só ao cênico. Essa filosofia de proteção pouco ou nada difere das formas apresentadas por MILLER no começo do capítulo. No entanto, Yellowstone tem sido o único marco considerado pelos ambientalistas para a estruturação de uma política de conservação.

Com a criação em 1898, do Krüger National Park na África do Sul, inicia-se o segundo momento da concepção de AP. Segundo MILANO (1999: 309), *“Em 1914, a Suíça estabeleceu seu primeiro parque para fins científicos onde pesquisas de longo prazo sobre a fauna e a flora nos Alpes pudesse ser realizadas em condições ambientais inalteradas, sem efeitos de atividades humanas”*. Essa forma está umbilicalmente ligada ao pensamento ambiental e tem uma penetração tão profunda que DIEGUES (1994) chama de *parque sem gente*, ou do *mito da*

natureza intocada. Essa concepção de unidade foi, naquele momento, um diferenciador dos objetivos das primeiras áreas criadas, mas seus conceitos e formas de organização conseguiram ir além das fronteiras suíças, influenciando, ainda hoje, a gestão de áreas protegidas.

“Assim o desenvolvimento da idéia de parque, uma vez que não haviam critérios padronizados para seleção e manejo de áreas, tomou características específicas em cada país, convertendo-se em algo muito complexo e levando à realização em 1933, em Londres, de convenção onde se estabeleceu um conceito básico para Parque Nacional”. (MILANO, 1999: 309).

Para o terceiro momento, podemos considerar como marco, o Congresso Internacional da UICN em Bali, na Índia (1982), onde se discutiu vorazmente sobre a presença humana em áreas protegidas. No Congresso de Caracas, Venezuela, percebe-se que toda a tônica da discussão gira em torno desse viés: populações em áreas de proteção. Infelizmente, o que se averigua desse entremeio, é que ainda há relutância de alguns setores do movimento ambientalista em aceitar e discutir esse problema/proposição, mesmo sendo essa uma das dificuldades latentes do gerenciamento dessas áreas. *“Más bien, las áreas protegidas han sido víctimas de la falta de presupuesto y de personal apropiado, de infraestructura en mal estado y de relaciones deficientes con aquellos que viven en las tierras vecinas”*. (UICN, 1993: 1).

## 1.4 Áreas protegidas no Brasil

Do cênico/histórico até os nossos dias, o Brasil praticamente ficou *deitado em berço esplêndido* quanto à criação, manejo e gestão de Áreas Protegidas. Da proposta do Engenheiro André Rebouças em 1876 para criação dos Parques Nacionais da Ilha do Bananal e de Sete Quedas (que não foi concretizado naquele momento), passando pela decretação de uma Reserva Florestal no Acre em 1891 (que nunca foi implantada), até a criação do PARNA de Itatiaia em 1937, aqui essa temática está sempre sendo tratada de forma conjuntural e pontual:

“...com o objetivo de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas. A criação de Itatiaia foi estabelecida pelo Art. 9º do Código Florestal de 1934, que definiu Parques Nacionais como monumentos públicos naturais que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares, o mereçam”. (QUINTÃO, In: DIEGUES, 1994: 103).

Curiosamente, a primeira área protegida foi estadual – Parque Estadual da Cidade, em São Paulo em 1866. Até meados de 1970, fomos criando uma série de instrumentos os quais nos levaram a construir mais uma consciência desenvolvimentista que conservacionista. (PÁDUA, 1997: 216).

Ainda no Brasil há registros, como nos mostra LAGO (1991: 38), da primeira posição oficial contra o aviltamento de biocenoses em 1797, pela carta Régia de D. Maria I, de Portugal, determinando ao governador da capitania da Paraíba: “...as mais severas penas contra incendiários destruidores de matas”. Em 1821, José Bonifácio sugeria a criação de um setor administrativo especialmente responsável pela conservação das florestas, uma vez que várias áreas de Mata

Atlântica, principalmente no Nordeste, tinham sido destruídas para construção de barcos (DIEGUES, 1994: 102).

Em 1921, foi criado o Serviço Florestal (Decreto 4.421 de 28/12/21), tendo sido regulamentado em 1925, quando ficou subordinado à Diretoria Geral de Agricultura. Reorganizado em 1938, recebeu a incumbência de *proteção e guarda das florestas da União*. Nesse ínterim:

“O governo brasileiro, por sua vez, aprovou as recomendações da Convenção Panamericana que definiu parques nacionais como áreas estabelecidas para proteção e conservação das belezas cênicas naturais da flora e da fauna, de importância nacional, das quais o público pode aproveitá-las, ao serem postas sob supervisão oficial”. (DIEGUES, 1994:104).

Em 1934 foi instituído o Código Florestal, que foi reformulado em 1965 pela Lei 4.771 de 15/09/65. Nesse mesmo ano o governo tornou obrigatório o emprego de madeiras de cultivo agroflorestais pelas empresas concessionárias de serviços públicos através da Lei nº 4.197. Em 1966 foram instituídos os incentivos fiscais concedidos aos empreendimentos florestais (Lei 5.106 de 02/09/66), dinamizados em 1970 pelo Decreto-Lei 1.134 de 16/11/70. No período de 1967 a 1973 os incentivos fiscais proporcionaram a previsão de 1.310.000 hectares de plantio através de 7.450 propostas de reflorestamento, sendo 50% de *Eucalyptus* e 37% de *Pinus*, o que está longe de ser satisfatório em vista dos altos índices de desmatamento que prevalecem. (FBCN, 1976:49).

Esses instrumentos, em sua maioria legais, demonstram que havia, por trás das cortinas, pessoas ou grupos que sempre estavam fazendo lobby com a

preocupação ambiental, para a garantia dos testemunhos de ecossistemas. O que vale salientar neste texto extraído da FBCN, é que um conjunto de leis já estava se desenhando na perspectiva da preservação de florestas, ou pelo menos, num disciplinamento de uso.

Em 1937 foi criado o primeiro Parque Nacional - PARNA: Itatiaia – RJ. Em 1939 foram criados os PARNAs do Iguaçu – PR e Serra dos Órgãos – RJ. Com exceção da Floresta Nacional do Araripe – FLONA – CE, estabelecida em 1946, do PARNA de Paulo Afonso – BA em 1948 (extinto) e da REBIO Serra Negra – PE criada em 1950, só vinte anos depois a criação de unidades foi retomada, com a criação dos Parques de Aparados da Serra – RS, Araguaia – GO e Ubajara – CE criados em 1959. O ano de 1961 foi marcante, com a criação num só dia dos PARNAs de Brasília – DF, Caparaó – MG, Chapada dos Veadeiros e Emas - GO, Monte Pascoal – BA, São Joaquim – SC, Sete Cidades – PI, Tijuca – RJ e Sete Quedas – PR (extinto Posteriormente). (LAGO 1991<sup>1</sup> e PÁDUA 1997).

Em 1967 foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, pelo Decreto 289 de 28/12/67, reunindo, num só órgão, o antigo Departamento dos Recursos Naturais Renováveis, o Conselho Florestal Federal (1934), o Instituto Nacional do Pinho (1941) e o Instituto Nacional do Mate (1938), que foram, por isso mesmo, extintos. Em 1973 foi criada a SEMA (Secretaria do Meio Ambiente Federal). Mas, numa dessas “astúcias” do Estado Brasileiro, a SEMA e o IBDF eram responsáveis pela criação e gestão de APs.

Curiosamente, Sete Quedas-PR e Paulo Afonso-BA, foram extintos e sua áreas destinadas à exploração de energia hidrelétrica. Por ironia, a mesma mão

que cria desfaz seu ato. Para os governos militares e os que o antecederam, estratégico era a geração de energia elétrica para impulsionar o desenvolvimento. Até hoje, ainda estamos envolvidos num grande dilema, *desmatar para desenvolver*, como se a natureza fosse o motivo do nosso atraso secular. Para SERRES, “destruímos quase todas as nossas ligações com o mundo natural, para nos inserirmos na história. Eis que agora a história nos cobra o inverso”. (SERRES,1990:20). Que futuro nos espera nesse modelo?

Entre 1971/72 foram criados os PARNAs de Serra da Bocaina-RJ e Serra da Canastra-MG. Em 1974 surge o primeiro parque na Amazônia brasileira: Parque Nacional da Amazônia-PA (PÁDUA, op.cit. e LAGO op. cit).

Segundo PÁDUA, as áreas foram sendo estabelecidas muito mais pelas belezas cênicas, como foi o caso de vários parques; pela riqueza da fauna, como Emas, ou ainda, por puro oportunismo político, como o PARNA da Amazônia. Ainda segundo essa autora:

“as lacunas eram muito evidentes e os tamanhos das unidades, em geral, tacinhos. A região amazônica era um vazio completo de unidades de conservação, não havia sequer uma UC marinha, o bioma da caatinga tinha sido praticamente esquecido, bem como o Pantanal Matogrossense. O Cerrado tinha pouquíssima cobertura. Não havia como proteger as áreas de desovas das tartarugas marinhas ou de água doce, as áreas de reprodução de peixe-boi, ninhais ou viveiros de aves e monumentos naturais”. (PÁDUA, op. cit., p.217)

---

<sup>1</sup> Muitos Estados e Municípios criaram parques e reservas principalmente depois da década de 70.



Em 1979, foi lançado pelo IBDF o que pode ser considerado o primeiro Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil. Esse documento, que foi editado em duas etapas 1979 e 1982, tem, segundo PÁDUA, os seguintes objetivos:

- Escolher, através de critérios técnicos científicos e inventariar a nível nacional (e particularizando na Amazônia), as áreas de potencial interesse, como unidades de conservação;
- Identificar as lacunas e as áreas protegidas de maior importância do atual sistema;
- Estabelecer critérios técnicos científicos significativos das áreas a incluir no sistema;
- Rever a conceituação geral, designadamente no que toca a objetivos de manejo, precisando-os e aumentando-os, se aconselhável;
- Propor as ações prioritárias para o estabelecimento, planificação, manejo e administração desse sistema. (1997: 219)

Apesar do documento sugerir a criação de 13 áreas, o governo criou 9 das indicadas e mais 2 que não estavam na lista. O resultado da primeira etapa desse trabalho foi o estabelecimento das seguintes unidades: PARNA do Pico da Neblina-AM 1979; REBIO do Rio Trombetas-PA 1979; PARNA da Serra da Capivara-PI 1979; REBIO do Atol das Rocas-RN 1979; PARNA de Pacáas Novos-RO 1979; PARNA do Jaú-AM 1980; PARNA do Cabo Orange-AP 1980; REBIO do Lago Piratuba-AP 1980; REBIO do Una-BA 1980 (não indicada); PARNA do Pantanal

Matogrossense-MT 1981 (não indicado); PARNA dos Lençóis Maranhenses-MA 1981. (PÁDUA 1997, 219).

Na segunda etapa do SNUC, em 1982, são indicadas 18 áreas. No entanto, somente quatro foram criadas: PARNA da Serra do Divisor-AC; PARNA do Monte Roraima-RR; REBIO do Guaporé-RO e REBIO do Abufari-AM. (PÁDUA, op. cit.: 220).

Segundo PÁDUA, de 1982 a 1997, “novamente se começou um processo de criação de unidades de conservação, de certa forma casuística e aleatória, pois se parou com o processo de sistematização proposto ou usado nas duas versões do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil. Nesse período foram criadas as seguintes unidades: PARNA Marinho de Abrolhos-BA (1983); PARNA da Chapada Diamantina-BA (1985); PARNA da Lagoa do Peixe-RS (1986); PARNA Marinho de Fernando de Noronha-PE (1988); PARNA do Superagui-PR (1989); Grande Sertão Veredas-MG (1989); PARNA da Chapada dos Guimarães-MT (1989); PARNA da Serra Geral-RS (1992). No ano de 1989 foram criadas as seguintes REBIOS: Córrego Grande-ES; Tapirapé-PA; Tinguá-RJ; Pedra Talhada-AL e PE; em 1990 as de Guaribas-PB; Marinha do Arvoredo-SC e Uatama-AM. (PÁDUA, op. cit., p.221)

Para DIEGUES o boom da criação de áreas protegidas está ligado a vários fatores, entre eles, podemos citar:

“A criação dessas unidades era feita de cima para baixo, sem consultar as regiões envolvidas, tampouco as populações afetadas em seu modo de vida pelas restrições que lhes eram impostas quanto aos usos dos recursos naturais”.

“Havia pouca mobilização social para a criação de unidades de conservação, dependendo, principalmente, da ação de cientistas e alguns poucos conservacionistas com acesso relativamente fácil ao Governo Militar”. (DIEGUES, 1994: 106)

A criação vertical de AP demonstra o quanto estamos dependente de um modelo americano/ocidental de preservação, será que não tínhamos outras formas de conservar, as quais foram desconsideradas?

Na primeira etapa do SNUC, também se propunha ampliar o leque de categorias previstas pela legislação em vigor. As categorias propostas: Parque Nacional, Reserva Científica ou Biológica, Monumento Natural, Santuário ou Refúgio da Vida Silvestre, Estação Ecológica, Rio Cênico, Estrada Parque, Reserva de Recursos, Parque Natural, Floresta Nacional, Reserva de Fauna, Parque de Caça e Monumento Natural e as mundiais: Reserva da Biosfera e Reserva do Patrimônio Mundial. (PÁDUA, 1997:220).

Em 1989 foi criado o IBAMA, que passou a gerir o estabelecimento e administração das áreas protegidas. Esse órgão encomenda à FUNATURA uma reavaliação do Plano de Sistema de Unidades de Conservação de 1979. Segundo DIEGUES (1994), essa proposta contida no documento *Sistema de Unidades de Conservação: Aspectos Conceituais e Legais* (Brasília 1989), *parte dos mesmos princípios que nortearam o estabelecimento de UC nos países industrializados, sem atentar para as especificidades existentes em países do Terceiro Mundo, como o Brasil*. O mesmo autor avalia que “*a única inovação, incluída ainda que desconfortavelmente nessa proposta, é a da Reserva Extrativista, na verdade, uma categoria que brotou da luta das populações de seringueiros da Amazônia*”. (DIEGUES, 1994:107). Acrescentamos aqui que, talvez, essa categoria seja aceita

também, em parte pelo colapso que o sistema vinha sofrendo, ameaçado constantemente pelos conflitos entre Estado/gestores e populações.

Em 1989 entra em cena uma nova modalidade entre as AP, as denominadas RESERVAS EXTRATIVISTAS - RESEX. Estas são o resultado da luta de populações tradicionais homens e mulheres que vivem na e da Floresta. Foram reconhecidas legalmente pela Lei nº 7.804/89, que garante a criação de Reservas Extrativistas como espaços considerados de interesse ecológico e social. Elas encontram-se regulamentadas pelo Decreto nº 98.877/90.

“São entendidas como uma das principais alternativas para o Desenvolvimento Sustentável e um referencial no conceito de Unidades de Conservação, considerando também que não há apenas uma solução única e definitiva para o Desenvolvimento Sustentável das regiões ocupadas por populações tradicionais”. (BEHR, 1994:332)

Entre 1990 e 1992 é que foram criadas as RESEX que temos hoje. Chico Mendes – AC 1990, Alto Juruá – AC 1990, Cajari – AP 1990, Ouro Preto – RO 1990, Ciriaco – MA 1992, Mata Grande – MA 1992, Frexal – MA 1992, E. N. Tocantis – TO 1992, Pirajubaé – SC 1992. A maior parte desse tipo de unidade como vimos, está concentrada na região Norte, não que só lá exista comunidades tradicionais no Brasil, mas porque nessa região houve uma organização dessas comunidades pressionando, inclusive, a opinião pública mundial.

Em 1992, foi enviada ao Congresso Nacional uma proposta do SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - SNUC, Projeto de Lei – PL nº 2.892. Entre marchas e contramarchas, esse PL foi aprovado na Câmara dos Deputados, no Senado, estando aguardando apenas, a sanção do

Presidente da República e mesmo estando na reta final, ainda não há um consenso entre governo, ambientalistas e pesquisadores. Para DIEGUES (op. cit p. 107): “o PL 2.892, reflete mais uma vez a visão extremamente conservadora da questão da conservação ambiental no Brasil, e se encontra aquém do que se debate a nível internacional”. O que concordamos em parte, pois há conquistas nesse Projeto que antes não vislumbraríamos, como exemplo, podemos citar a conceituação de UCs e a subdivisão entre: Uso sustentado e Uso Restrito. A tabela I, mostra como está dividido nosso sistema Federal de Áreas Protegidas.

**TABELA I**  
Áreas Protegidas Federal

Nº de APs	Categorias	Área (ha)
23	Reservas Biológicas (REBIOs)	3.044.438
21	Estações Ecológicas (ESECs)	2.178.845
35	Parques Nacionais (PARNAs)	9.869.961
20	Áreas de Proteção Ambiental (APAs)	2.122.178
39	Florestas Nacionais (FLONAs)	12.589.487
09	Reservas Extrativistas (RESEXs)	2.200.755
Total		32.004.661

Fonte: Pádua (1997: 224)

“Assim o país tem 147 unidades de conservação, a nível federal, de uso direto e indireto dos recursos naturais, que somados 32.004.661 hectares, representam aproximadamente 3,8% de sua extensão territorial”.

“Como já foi dito, há que se considerar os sistemas estaduais, que em alguns estados chegam a ser muito bons, em geral, apresentam os mesmos problemas e por vezes muito mais agravados, que o sistema nacional. De todas as formas os sistemas estaduais acrescentam mais 3 milhões de hectares ao sistema federal”. (PÁDUA 1997: 224).

Sobre esse aspecto, é bom frisar o recente trabalho da WWF, que fez uma avaliação das Unidades de Conservação federal no Brasil, intitulada: “*Áreas Protegidas ou Espaços Ameaçados: Relatório do WWF sobre o grau de implementação e vulnerabilidade das Unidades de Conservação Federal de Uso*

*Indireto*”. Por outro lado, sabe-se que algumas ONGs nutrem um certo interesse em assumir determinadas Aps - precedente que está previsto na Reforma do Estado - portanto, é de seu interesse tornar as informações cada vez mais catastróficas. Os dados desse relatório foram obtidos durante o Encontro Anual dos Chefes de Unidades de Conservação, em Maragogi-AL (ocorrida em abril de 1998).

“A análise dos dados coletados nas oito questões relativas ao grau de implementação revela que, das 86 unidades analisadas, 47 (ou 54,6%) estão em situação precária, 32 (ou 37%) foram consideradas como minimamente implementadas e somente 7 unidades (ou 8,4%) podem ser classificadas como razoavelmente implementadas. Não há qualquer unidade de conservação federal de uso indireto no Brasil plenamente implementada”.(WWF, 1999: 4)

Já a UICN, apresenta as seguintes Categorias de Manejo de UCs para o mundo, mas, mesmo estando de acordo com essas modalidades, no Brasil só algumas foram implementadas Tabela II.

**TABELA II**  
Categorias de Áreas Protegidas segundo a UICN

<b>Categorias da UICN (1994)</b>	<b>Categorias de manejo legalmente estabelecidas no Brasil</b>
Categoria I (Reserva natural estrita)	Reserva Biológica (REBIO) Estação Ecológica (ESEC) Reserva Ecológica (RESEC)
Categoria II (Parque Nacional)	Parque Nacional (PARNA)
Categoria III Monumento Natural	
Categoria IV (Área de manejo de habitat/espécies)	
Categoria V (Paisagem terrestre e marinha protegida)	Área de Proteção Ambiental (APA) Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Floresta Nacional (FLONA)
Categoria VI (Área Protegida com Recursos Manejados)	Reserva Extrativista (RESEX)

Fonte: MMA/IBAMA/GTZ (1997)

No Brasil comportamos apenas quatro das seis categorias aceitas no mundo, essa falta de sintonia, pode ser contabilizada ao isolamento no trato das questões ambientais. Temas como bioética, transgênicos, biopirataria, mudanças climáticas, escassez de recursos hídricos etc, atualmente tem sido visto de forma embutida no discurso da necessidade de existência de áreas protegidas. Esse novo olhar aliado a um SNUC eficiente, pode impulsionar o estabelecimento de novas APs. Neste sentido, acreditamos que os objetivos das Unidades de Conservação carecem de uma reformulação, pois os existentes hoje, conseguem responder parcialmente os novos desafios.

Hoje o sistema brasileiro alinha as UCs em dois grupos de unidades:

- **Uso indireto** - aquelas onde estão onde se restringe a exploração ou o aproveitamento dos recursos naturais, admitindo-se apenas a pesquisa, educação e o manejo orientado. São identificadas como unidades de proteção integral. Neste bloco estão: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológicas.
- **Uso direto** - aquelas nas quais a exploração e o aproveitamento econômico direto são permitidos, mas de forma planejada e regulamentada. São identificadas como Unidades de Uso Sustentável. Neste bloco estão: Áreas de Proteção Ambiental, Floresta Nacional e Reserva Extrativistas.

As Unidades de Conservação tem como objetivos<sup>2</sup>:

- Preservar a biodiversidade;
- Proteger as espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção;
- Preservar e restaurar a diversidade de ecossistemas naturais;
- Incentivar o uso sustentável dos recursos naturais;
- Manejar os recursos de fauna e flora;
- Proteger paisagens naturais ou pouco alteradas, de beleza cênica notável;
- Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- Incentivar atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento de natureza ambiental;
- Favorecer condições para educação ambiental e recreação em contato com a natureza.

Apesar de haver uma infinidade de termos sendo utilizados nos Estados e Municípios para designar APs, em nível Federal existem apenas seis modalidades, são elas:

#### PARQUE NACIONAL – PARNA

São áreas delimitadas com a finalidade de preservar os atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora e fauna e das belezas naturais, com a utilização para fins educacionais, recreativos ou científicos,

---

<sup>2</sup> GUIA DO CHEFE, IBAMA/GTZ



sendo nelas proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais. É permitida a visitação pública.

#### RESERVA BIOLÓGICA – REBIO

São áreas delimitadas com finalidades de conservação e proteção integral da fauna e flora, para fins científicos e educativos, sendo proibida qualquer forma de exploração dos seus recursos naturais. Não é permitida a visitação pública.

#### ESTAÇÃO ECOLÓGICA – ESEC

São áreas representativas de ecossistemas naturais, destinadas à realização de pesquisas básicas ou aplicadas, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento de educação ambiental. Não é permitida a visitação pública.

#### ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – APA

São áreas terrestres e/ou aquáticas, de configuração e tamanho variáveis, submetidas a modalidades de manejo diversas, podendo compreender ampla gama de paisagens naturais, seminaturais, ou alteradas, com características notáveis e dotadas de atributos bióticos, estéticos ou culturais que exijam proteção para assegurar o bem-estar das populações humanas, conservar ou melhorar as condições ecológicas locais ou proteger paisagens e atributos naturais e culturais importantes. Podem prestar-se também à experimentação de novas técnicas e atitudes que permitam conciliar o uso da terra com a manutenção dos processos ecológicos. É permitida a visitação pública.

## FLORESTA NACIONAL – FLONA

São áreas extensas, com cobertura florestal de espécies predominantes nativas, que ofereçam condições para produção sustentável de madeira e de outros produtos florestais, proteção de recursos hídricos, manejo de fauna silvestre e recreação ao ar livre. A característica fundamental é o uso múltiplo e sustentado dos recursos, sendo que algumas subáreas poderão, inclusive, ser submetidas a uma proteção mais rigorosa. É permitida a visitação pública.

## RESERVA EXTRATIVISTA – RESEX

São áreas naturais ou pouco alteradas, ocupadas por grupos sociais que tenham como fonte de sobrevivência a coleta de produtos da flora nativa, e que a realizem segundo formas tradicionais de atividade econômica puramente extrativista e de acordo com planos de manejo pré-estabelecidos. O principal objetivo é proporcionar, através de uso sustentável, a manutenção de populações que vivem do extrativismo, compatibilizando-as com a conservação de extensas áreas naturais. É permitida a visitação pública.

A situação das UCs desde Yellowstone até nossos dias modificaram-se sobremaneira, no entanto isso não quer dizer que melhoraram. Uma das estratégias sugerida pela UICN, é que 10% do planeta seja composto por Áreas Protegidas. Essa cifra tem sido alvo de discussões das mais diversas ordens. Há os que acreditam ser um número relativo para alguns ecossistemas/biomas, assim como há os que acham irrisório diante de um futuro incerto. De concreto, para a proteção no mundo, temos o que nos mostra a Tabela III:

**TABELA III**

Situação Mundial das Unidades de Conservação, por Regiões, 1994  
 Categorias Protegidas da UICN (I-V)

Região	Número de Áreas*	Área de Conservação (mil ha)	Superfície Protegida (%)
África	727	149.541	4,9
Europa	2.923	223.905	8,9
América do Norte e Central	2.549	230.199	10,2
América do Sul	706	112.834	6,3
Ásia	1.774	141.793	4,4
Oceania	1.087	11.282	11,7

Fonte: World Resources Institute, World Resources Report, 1996-97 (World Resources Institute: Washington, DC, 1997) in MILLER (1997)

Este quadro é bastante animador, mas se os dados forem vistos de forma isolada evidenciará grandes distorções, como exemplo podemos citar a América do Norte e Central onde países como o Canadá e Costa Rica, elevam o índice para cima, ou América do Sul onde, ainda há um forte movimento populacional em direção a áreas de Floresta nativa, como exemplo podemos citar o caso do Brasil.

“No Brasil, o Primeiro Relatório Nacional para a Convenção sobre a Diversidade Biológica (MMA 1998) indica que o sistema federal cobre 39.068.000 ha ou 4,59% do território nacional, encontrando-se protegidos 1.589.500 ha ou 1,87% do território em unidades de conservação de uso indireto e 23.178.700 ha ou 2,72% em unidades de conservação de uso direto. Adicionalmente, é contabilizada a existência de 23.796.2 mil ha ou 2,8,% do território nacional em unidades de conservação estaduais”. (MILANO, 1999:308).

Esses percentuais, apesar de animador, demonstram ser insuficiente, pois ainda há ecossistemas pouco representados como as Caatingas e os Cerrados,

APs que existem apenas no papel e uma visível falta de sintonia entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, quanto a criação e gestão dessas áreas.

### **1.5 As áreas protegidas e a legislação**

No período imperial, apesar das manifestações já citadas, a Constituição de 1824 é omissa com relação ao meio ambiente. A primeira constituição do Brasil República, de 1891, também não contempla nada sobre a questão. Só a de 1934, no Artigo 10º, diz que “*compete ao Estado, III - Proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico*”. (CAMPANHOLE & CAMPANHOLE, 1971: 391). A constituição de 1937, Art 16º diz que “*compete privativamente à União. (Idem p. 300)*. Em 1946, Art. 5º diz que “*compete a União... XV - Legislar sobre... I) riqueza florestal, caça e pesca*. (idem, p. 172). Em 1967 e 1969, repetem na íntegra o texto de 1946. Só em 1988 é que “ganhamos” um capítulo exclusivo sobre meio ambiente.

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder Público:

III – definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa os atributos que justifiquem sua proteção.

(Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

A legislação que rege, atualmente, os Parques Nacionais e as Reservas Ecológicas no Brasil, baseia-se nos seguintes documentos: Código Florestal (Lei 4.771/65), Lei 5.197/67 de Proteção a Fauna, Lei 6938 de 31/08/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), Lei de Crimes Ambientais nº 9605 de 12/02/1998, além de outros instrumentos auxiliares. Apresentaremos a seguir uma listagem de instrumentos legais que corroboram com nossa argumentação.

Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965

Art. 1º – As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidades às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do país, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

Art. 2º - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

f) Nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangue;

Art. 3º - Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

b) A fixar dunas;

Lei 6.902, de 27 de abril de 1981

Art. 8º - O Poder Público, quando houver relevante interesse público, poderá declarar determinadas áreas do Território Nacional como de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981

Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana;

Art. 4º A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

III – à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da união, dos Estados, Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

Art. 9º - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

VI – a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal, tais como APAs, ARIEs e RESEX;

Lei 7661, de 16 de maio de 1988

Art. 3º - O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro deverá prever o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira e dar prioridade à conservação e proteção, entre outros dos seguintes bens:

I – recursos naturais, renováveis e não renováveis; recifes, parcéis e bancos de algas; ilhas costeiras e oceânicas; sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas; praias; promontórios, costões

e grutas marinhas; restingas e dunas; florestas litorâneas, manguezais, e pradarias submersas;

Art. 9º - Para evitar a degradação ou o uso indevido dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais na zona costeira, o PNGC poderá prever a criação de unidades de conservação permanente, na forma da legislação em vigor.

Decreto 99.274, de 06 de junho de 1990.

Art. 1º - Na execução da Política Nacional do Meio Ambiente, cumpre ao Poder Público, nos seus diferentes níveis de governo:

II – proteger as áreas representativas de ecossistemas mediante a implantação de Unidades de Conservação e preservação ecológica.

Resolução CONAMA 04, de 31 de março de 1993.

Art. 1º - Passam a ser de caráter emergencial, para fins de zoneamento e proteção, todas as áreas de formações nativas de restinga, conforme estabelecidas pelo Mapa de vegetação do Brasil, IBGE 1988, e pelo Projeto Radam Brasil.



Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Essa, a chamada “Lei de Crimes Ambientais”, institui uma série de sanções aos infratores, nos seus Artigos: 15º i, 29º § 4º V, 38º, 39º, 40º, 44º, 48º, 50º e 52.

Esse conjunto de Instrumentos Legais, vão compondo ao longo desse século um tímido, mais importante, cabedal de sustentação em prol do meio ambiente. Em contrapartida, ele aponta para a necessidade da construção de uma legislação específica, onde seja regulamentado um Sistema Nacional de Unidades de Conservação, já que essas vivem, no âmbito legal, utilizando-se de Instrumentos genéricos para garantir sua existência.

A lentidão na tecitura de tal instrumento estaria ligado a uma baixa representatividade no legislativo, de um pensamento ambiental coerente e permanente para esse país. Mesmo a comissão parlamentar que trata desse assunto, é subdividida em “N” funções (Comissão mista de meio ambiente, minorias, etc etc etc), ou seja, ao invés da temática Meio Ambiente ser um tema estratégico, ele é tratado entre os temas irresolvíveis de nossa nação, pois alguns, remontam à época da colonização e ao modelo colonial de exploração da natureza e da sociedade.

Chamamos a atenção para a questão do tempo em que vai se formando esse conjunto. Se o primeiro Parque Nacional é de 1937, só em 1965 é que há uma lei que o “protege”. Outro fato, não menos importante, é que só a partir da década de 60 é que esses instrumentos são colocados para regular essa relação.

Não queremos externar ceticismos, mas o fato do Projeto de Lei 2.892, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estar desde 1992 sendo discutido, demonstra claramente a falta de um compromisso socioambiental do legislativo e do executivo, como também uma incapacidade das Organizações não Governamentais de mobilizar a população em torno dessa temática.

Em contrapartida, há no meio jurídico de nosso país, quase um consenso de que nossa legislação ambiental é uma das mais avançadas, mas observamos que as lacunas existentes nesta, são de ordem estrutural para a existência futura de uma sociedade. Pois sem Áreas Protegidas de fato e de direito, não há possibilidade de resguardarmos nossas riquezas naturais.

Para o caso específico da Mata da AMEM, parece-nos que o que anda em baixa é vontade política e administrativa de criar uma unidade que atenda as necessidades dessa reserva, levando em consideração as relações sócio-culturais lá existentes, já que nas finalidades do IBAMA, Art. 1º do Decreto 97.946, de 11 e julho de 1989 consta: formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis.

- VI – propor a criação, extinção, modificação de limites e finalidades das Unidades de Conservação de Florestas Públicas de domínio da União, bem como promover sua instalação e administração.

## 1.6 Homens e mulheres nas Áreas Protegidas

“Nenhuma área protegida é uma ilha e, ainda que hoje muitos planejadores e administradores atuem como se elas o fossem, elas formam parte de uma paisagem ampla e, por isso, requerem que sejam considerados muitos fatores que interagem sobre e com ela. As áreas protegidas têm um sem número de tipos de relações com sua vizinhança: relações ecológicas, sociais, econômicas espirituais e culturais”. (UICN, 1993. In: MILANO 1997:160)

“Se estima que aproximadamente la mitad de las APs existente, y posiblemente el ochenta por ciento de aquellas que se encuentran en América Latina, están habitadas por seres humanos. En Europa, las APs están generalmente habitadas por residentes legales. En la India solamente, el número de personas que viven dentro de las APs, con frecuencia en su ‘núcleo’, se estima entre 3,5 y 4 millones”. (AMMEND Y AMMEND, 1995 e KOTHARI, et. al., 1995. In: BORRINI-FEYERABEND, 1997:4)

Segundo BARBORAK (1997:43), baseado em AMEND (s/d) diz que em “*em quase 90% dos parques nacionais da América Latina foi detectado a presença humana*”. Essa porcentagem por si já indica a necessidade de uma mudança de mentalidade quanto à criação, planejamento e gestão de áreas protegidas. Os pressupostos técnicos/científicos, que orientaram o gerenciamento dessas unidades até meados de 1980, mostram-se insuficientes diante dos reais problemas e conflitos existentes nessas áreas.

Que Áreas Protegidas tem sido elementos primordiais na garantia de conservação, não há dúvida. No entanto, os processos que envolvem criação e gestão, passam nesse momento por uma completa crise paradigmática. Se no início da instalação das Unidades de Conservação, esse desejo era movido pelas heranças culturais, históricas e cênicas, ao passar dos tempos, outros valores foram sendo agregados. Tais valores, extremamente técnicos, fizeram das APs um “*cavalo de*

*Tróia*” dos ambientalistas, tal atitude foi consolidando-se ao longo dos tempos, excluindo-se *a priori*, toda e qualquer participação social com os processos de criação e gestão.

“La pérdida de diversidad cultural podría tener un efecto tan devastador como la extinción de las especies. Las relaciones humanas con la tierra tienen sus raíces en creencias y prácticas culturales. Ignorar o destruir dichas culturas sería trastornar prácticas de manejo de la tierra que han sobrevivido la prueba del tiempo. Muchas de las etnias de las Américas poseen un rico patrimonio tecnológico que les permite vivir de la tierra de una forma sostenible, aun en condiciones ambientales adversas como sequías, inundaciones o huracanes. Cuando se desplaza a estos pueblos o sus culturas se ven destruidas por el “progreso”, también queda destruida su gran riqueza de conocimientos y un recurso valioso para la comunidad global se pierde para siempre. Así como a diversidad de especies podría albergar las soluciones futuras a muchos de los problemas que enfrenta la humanidad hoy en día, la diversidad cultural podría proporcionar respuestas a cómo vivir en éste planeta de una manera sostenible”. (UICN, 1993:5-6)

Até meados de 70, essa prática autoritária e etnocêntrica era tida como certa e amparada na ciência. A partir dos anos 80 há uma série de fatores que colaboram para uma rediscussão desse paradigma. Dentre elas podemos apontar:

- A diminuição sensível da biodiversidade (que vem a se tornar outro argumento dos ambientalistas e conseqüentemente do Estado);
- As áreas das humanidades envolvendo-se com a temática ambiental;
- Os declínios e estrangulamentos dos processos de gestão unilaterais;

- Os conflitos permanentes entre comunidades tradicionais e gestores (ainda sobre os conflitos, podemos dizer que eles se manifestam de diferentes formas, sejam culturais, fundiários ou administrativos e sempre foram a “pedra no sapato” do Estado).
- Exigência das Agências multilaterais de financiamento, BID e Banco Mundial, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Desse modo, a categoria VI da UICN passa a enquadrar-se no rol das áreas protegidas só nesse período, ou seja, o ambiente natural não previa a presença humana, criando o que DIEGUES (1994) chamou de *Mito Moderno da Natureza Intocada*. Diante desse paradoxo, e sem alternativas sólidas, as reservas extrativistas são empurradas goela abaixo. A aceitação dessa nova modalidade ainda está sendo árdua, pois até hoje, mesmo diante de fatos e evidências que comprovam sua funcionalidade (mesmo com alguns problemas) melhor que nos modelos convencionais, setores do movimento ambientalista ainda não as consideram como sendo Unidades de Conservação.

### **1.7 Áreas protegidas na Paraíba**

Na Paraíba, a atual situação das Áreas Protegidas não difere muito do quadro nacional, com um agravante que é o total abandono das áreas de competência do Estado e dos municípios. Já as unidades de âmbito federais, só duas têm um sistema de gerenciamento organizado e dessas, só um consegue ser satisfatório. As Áreas de Preservação Permanente – APP Mata da AMEM e Mata do Buraquinho (Jardim Botânico), apesar de possuírem uma área representativa de

floresta para o perímetro urbano, 103,6 e 515 hectares respectivamente, não dispõe de um quadro gestor que se responsabilize por elas. A Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape – APA, com seus 14.000 hectares, apesar de ter um corpo gerencial, tem sido alvo de diversas denúncias de desmatamentos, queima de áreas com restrições legal de uso, loteamentos irregulares, pesca predatória, turismo autofágico entre outras. Nesse caso, só a Reserva Biológica Guaribas – REBIO que é gerenciada com austeridade, tem conseguido manter-se enquanto Unidade dentro de sua modalidade. Tal fato pode ser creditado ao atual corpo gestor que a administra de forma profissional, tendo inclusive, acesso a financiamentos do PNMA, diga-se de passagem, a única no Estado que teve essa linha de crédito. Por outro lado, o Estado da Paraíba ainda possui diversas áreas passíveis de serem transformadas em AP, já que hoje ele conta com menos de 1% de seu território sob o domínio de Áreas Protegidas, conforme a (Tab. IV) e (Graf. I).

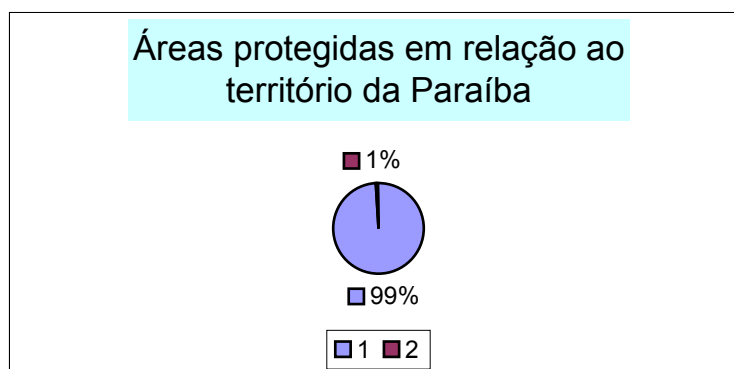
No mapa (MAPA I), pode-se visualizar a distribuição desigual dessas áreas no Estado, onde, há uma concentração muito grande no litoral e um vazio nas outras regiões fisiográficas, constituindo-se em um erro ambiental imperdoável já que, 2/3 do território do Estado conta com percentual insignificante de Áreas Protegidas para resguardar os testemunhos desse ecossistemas, que é composto majoritariamente pelo domínio das Caatingas.

**TABELA IV**  
**Áreas Protegidas na Paraíba**

Modalidade	Nome	Área (ha)	Município
01 – APP	Mata do Buraquinho	471,00	João Pessoa
02 – APA	Barra do Rio Mamanguape	14.640,00	Rio Tinto e Lucena
03 – ARIE	Dos Manguezais do Rio Mamanguape		Rio Tinto
04 – APE	Mata do Estado	52,00	Cabedelo
05 – RE	Mata da AMEM	103,60	Cabedelo
06 – REBIO	Guaribas	4.321,00	Rio Tinto e Mamanguape
07 – RE	Mata do Rio Vermelho	1.500,00	Rio Tinto
08 – RE	Mata do Pau Ferro	607,00	Areia
09 – PE	Pico do Jabre	500,00	Maturéia e Mãe D'água
10 – MN	Vale dos Dinossauros	40,00	Sousa
11 – RPPN	Fazenda Santa Clara	750,00	São João do Cariri
12 – RPPN	Mata do Engenho Gargaú	1.058,62	Santa Rita
13 – RPPN	Fazenda Pacatuba	266,53	Sapé
14 – RPPN	Fazenda das Almas	3.505,00	São José dos Cordeiros
15 – RPPN	Fazenda Várzea	390,66	Araruna
16 – PE*	Engenheiro Ávidos	181,98	Cajazeiras
17 – RI	Jacaré de São Domingos e	21.238,00	Rio Tinto
18 – RI	Potiguaras		Baía da Traição
TOTAL		50.180,39	
Área total do Estado da Paraíba		5.637.200,00	
Percentual Protegido		0,89%	

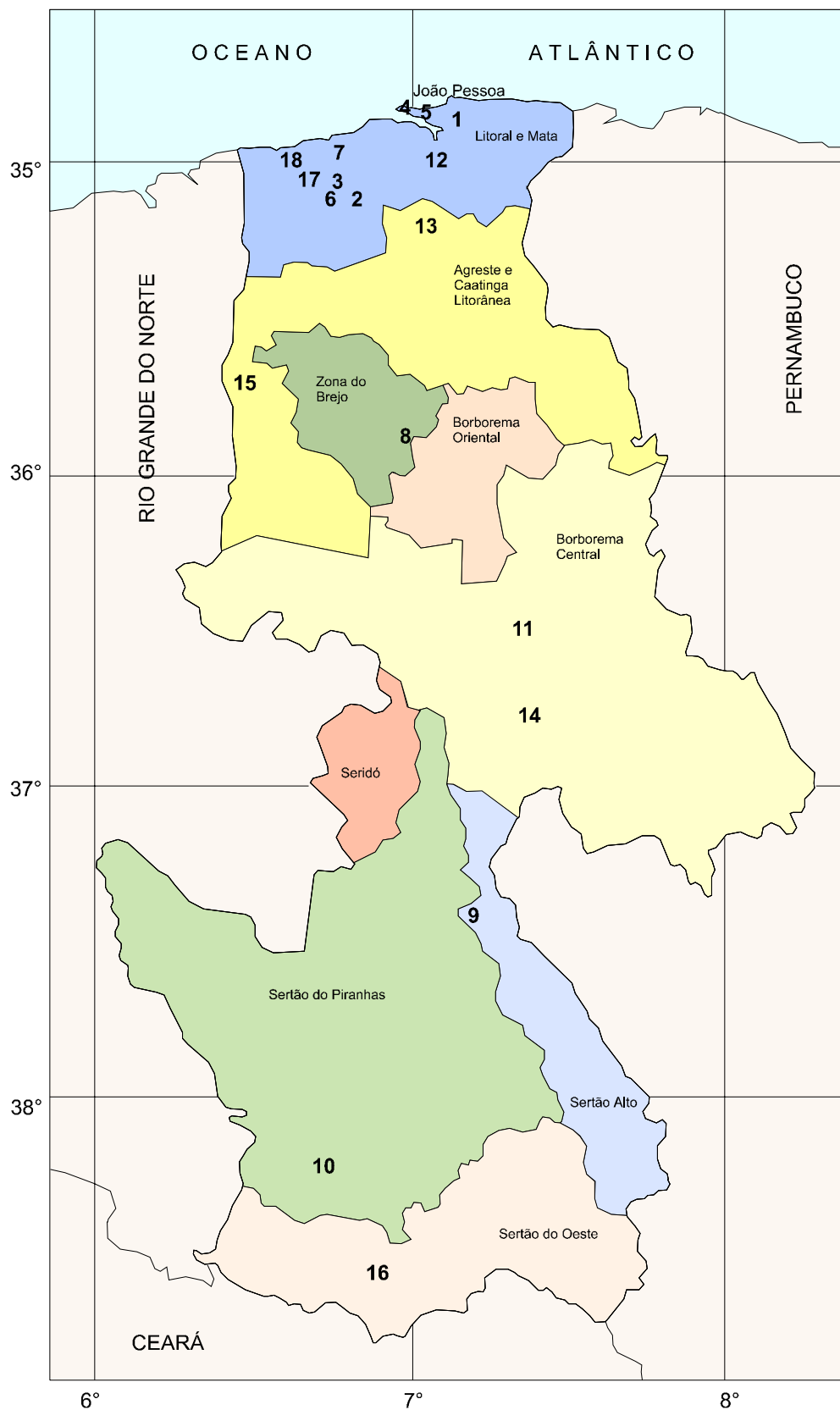
Fonte: SUDEMA 1999 IBAMA\PB 1997

SIGLAS: APP= Área de Preservação Permanente; APA= Área de Proteção Ambiental; ARIE= Área de Relevante Interesse Ecológico; APE= Área de Preservação Ecológica; RE= Reserva Ecológica; REBIO= Reserva Biológica; PE= Parque Estadual; MN= Monumento Natural; RPPN= Reserva Particular do Patrimônio Natural; PE\*= Parque Ecológico; RI= Reserva Indígena.



**Gráfico I, Áreas Protegidas em relação ao território estadual.**

## REGIÕES FISIAGRÁFICAS DA PARAÍBA



MAPA 01 – ÁREAS PROTEGIDAS NA PARAÍBA

FONTE: Elaborado pelo autor utilizando como base Mapa das Regiões Fisiográficas (Governo do Estado da Paraíba, 1985:15). Escala 1:5.000.000.



Podemos considerar que o movimento sobre áreas protegidas está diante de um terceiro momento histórico, onde, os seres humanos estão sendo vistos para além de sua capacidade de “*antropizar*” o meio ambiente. Esse novo paradigma vem substituindo paulatinamente os velhos conceitos da conservação/preservação pelo valor *in situ*, a presença humana em AP impulsiona a categoria dos denominados *parqueiros* (gestores de áreas protegidas) para uma nova reflexão sobre seus valores e necessidades.

Nesse capítulo tentamos mostrar como essa forma de cooperar para a existência de um mundo melhor para nós antecede qualquer organização burocrática dos espaços de uso comum. Vimos também que os momentos anteriores:

- Cênico/contemplativo, necessitava de uma gerência ou gestão em que se vislumbra os valores dos ambientes, no entanto, eram pautados, exclusivamente, nas necessidades humanas de lazer, reflexão e retorno ao paraíso ou o Éden;
- Biocêntrico desenvolve um modelo gerencial onde o esteio era a intocabilidade, fato que o levou à estagnação, pois deixava de perceber as contribuições passadas ao monitoramento de áreas protegidas, vislumbrando, apenas, seu valor no futuro e seus valores intrínsecos;
- Sistêmico, além de adicionar os valores intrínsecos dos ambientes, percebe que nossos ancestrais atribuíam valores à essas áreas, os quais garantiram sua existência e perpetuidade. Este surge,

inclusive, para sanar uma situação de insustentabilidade criada nos modelos anteriores.

Portanto, gerência, gestão e co-gestão, seriam ao nível de administração de APs, fases de estruturação desse sistema. Em contrapartida, essas etapas (fases), não são estanques a passagem de uma para outra e sua aceitação tem sido conflituosa e com muita resistência. Para o estabelecimento de uma dessas etapas, tem que haver rupturas. Nesse âmbito, as mudanças são lentas e doloridas, causando incompreensões ou óticas distorcidas de sua real dimensão.

O conjunto de Leis/Portarias/Decretos/Resoluções etc., perpassa por cada etapa, às vezes, dissociada do seu tempo. No entanto, estas são os sustentáculos embaixadores das utopias. Estes arcabouços mostram-se frágeis à medida que se insere, ou melhor, responde ao imediato, com o argumento de que garantirá o futuro. Mas que futuro?

Na Paraíba apesar de ainda haver algumas áreas para terem uma definição ecoadministrativa, o quadro é insignificante se levarmos em consideração que esse é um Estado onde 2/3 de seu território está no domínio das Caatingas e a maioria das áreas protegida concentra-se no domínio da Mata Atlântica.

## 2 – GERENCIANDO AS DIFERENÇAS

“Entender la cultura de las comunidades y la manera en que toman las decisiones sobre el uso de la tierra, es esencial para la protección y viabilidad futura de las áreas protegidas”.(UICN)

Afinal, o que é e porque estamos querendo discutir Gestão Participativa em Áreas Protegidas? Para BORRINI-FEYERABEND, *“Los regímenes de manejo participativo y otros acuerdos similares pueden operar, y de hecho operan, también en territorios que no tienen estatus de AP, y pueden aplicarse a prácticamente todo tipo de recursos naturales”*. (1997:12)

“La cogestion – también referida como comanejo, coadministración, manejo de participación, o gestión compartida – constituye un arreglo institucional entre los usuarios locales de un territorio, o conjunto de recursos naturales y/o los grupos interesados en su conservación, con las agencias públicas a cargo de la administración de estos recursos”. (GIROT et al, 1997:104)

DEAN (1994) diz que é possível escrever a história de uma floresta de um ecossistema. Já SERRES (1990) acredita que a história sofre de um acosmismo crônico. TUAN (1980) fala sobre uma *topofilia* exacerbada e LEFT (1993) aponta a lacuna existente no modo atual de gerir, que tem suas bases na competição e não na cooperação: *“los cambios ambientales futuros, dependerán de un conjunto de procesos sociales que determinarán las formas de apropiacion de la naturaleza y sus*

*transformaciones tecnológicas, a través de la participación social en la gestión de sus recursos ambientales*". Colaborando com essa discussão, podemos citar LEONEL (1998), DIEGUES (1994) e CAPRA (1993) que nos mostram o quanto lugares e pessoas estão ligados umbilicalmente, ou seja, sem um desses elementos os ambientes não funcionam.

Em contrapartida, temos o Estado, que gerencia as áreas protegidas ainda de uma forma ortodoxa, não vendo o outro como um elemento, mas classificando-o como um antropizador dos ambientes naturais. O gerencialismo estatal baseia-se na premissa da técnica, argumentada pela ciência (positivista), de forma que suas regras são *insolúveis*. Assim, ao longo da caminhada de formação do Estado brasileiro os conflitos eram/são tratados como questões de polícia, onde a coação tem sido a resposta imediata. Lidar com diferenças tem sido um dos grandes problemas insolúveis da cultura ocidental. Não se apercebem que, em verdade, essa é uma questão de sobrevivência. (THOMAS, 1994).

Para frustração geral, os modelos pautados na força, na unilateralidade e na competição excluem uma gama de atores que ao invés de serem tratados como agentes, são encarados como objetos: *"los habitantes locales deben ser tratados con respeto, como iguales, y no como objeto de proyectos conservacionistas o educativos"* (UICN, 1993:6). Essa objetificação (das diferenças) faz emergir a fragilidade das relações administrativas e políticas de grandes projetos. Por outro lado, ao invés de aprender com essas contramarchas, o Estado e a sociedade "organizada" (sob o modelo do primeiro), impõem uma forma de organização que fere os não letrados e, dessa relação, sobressaem os conflitos. Na ânsia de resolvê-

los, a parte letrada exige da não letrada uma forma de organização, cuja referência é a do Estado. Porém, os grupos de coletas ou usuários<sup>1</sup>, tem suas formas de organização, as quais independem dos modelos que são exigidos socialmente. Talvez esse seja um entrave para o encaminhamento e entendimento de questões fundamentais da gestão (DIEGUES,1994: 30).

## 2.1 Planejamento e gestão

“Não é para menos que em todas as áreas naturais protegidas, a pesquisa científica é permitida, mas não o etnoconhecimento, pois esse exige a presença das comunidades tradicionais, do saber, de técnicas patrimoniais e, sobretudo, de uma relação simbiótica entre o homem e a natureza” (DIEGUES: 1994, 62).

Planejar suas formas de atuação nos ambientes, tem sido um exercício fundamental em toda a trajetória humana. A gestão desses espaços tem demonstrado ser o resultado do desenvolvimento de inúmeras estratégias de vivência e obtenção de alimentos. Portanto, é uma relação de utilização dos recursos, de forma que a máxima levantada por LACOSTE, é só a comprovação de uma relação secular de trocas de informações nessa intrincada teia:

---

<sup>1</sup> Usários para VIANNA são, “habitantes que residem em áreas contíguas às unidades e que se utilizam de recursos naturais da mesma regularmente ou não. Há ainda populações que vêm das cidades próximas ou mesmo afastadas e que fazem algum tipo de uso da Área (espaço, recursos naturais, turismo, pesquisa, educação”. (1996:75)

"Saber pensar o espaço para que ali se possa agir mais eficazmente. Saber pensar o espaço em sua complexidade, como superposição e interações muito diversas e com dimensões bastante desiguais, desde aquelas globais àquelas locais. O saber geográfico responde a necessidades fundamentais, que são as do movimento, da ação, sendo que tais necessidades se manifestam mais freqüentemente quanto mais se multiplicam as relações e as intervenções a grande distância. É preciso fazer com que aqueles que ensinam a geografia hoje tomem consciência de que o saber-pensar o espaço pode ser uma ferramenta para cada cidadão, não somente um meio de compreender melhor o mundo e seus conflitos, mas também a situação local na qual se encontra cada um de nós". (LACOSTE, 1989)

As estratégias de captura e obtenção de alimentos, realizadas pelo homem, demonstram ser fruto de um processo demorado de percepção e observação dos ambientes onde vivem. Segundo DEAN (1994), a ocupação das faixas litorâneas dá-se em função do desgaste sofrido pelas áreas de planícies de altitude, onde a caça e a coleta desprendiam muita energia. No litoral, a oferta de alimentos além de ser heterogênea, mostra-se com uma sazonalidade menos intensa, sem ser interrompida pelos ciclos climáticos. A percepção dessa qualidade confere a esse ambiente, num primeiro momento, a qualificação de ser um espaço de ambiência, ou seja, onde a vida por excelência pode acontecer de forma muito mais esplendorosa que no "insalubre planalto, rodeado de intempéries e casualidades".

A utilização dos ambientes vai se configurando dentro de um código de relação paisagem/homem/necessidades, o qual se insere nessa nova fase da gestão de áreas protegidas, como um paradigma intitulado *Gestão Participativa*.

A gestão unilateral tem suas raízes nas filosofias de gerenciamento moderno-mecânico, onde tudo pode ser resolvido dentro de um modelo técnico-matemático. Essa forma de gerir, manipular e perceber os ambientes entrou

em conflito com formas elaboradas há milênios, derivadas de controle e conhecimentos específicos das comunidades/povos/civilizações, para LEFF, “*para construir una racionalidad ambiental y un estilo alternativo de desarrollo, implica la activación y objetivación de un conjunto de procesos sociales*” (1993:97). Outra característica da corrente matemática é a especialização, que, segundo JAPIASSU (1976), é a maneira de como um sujeito sabe cada dia mais sobre menos em sua volta.

Neste sentido, entendemos que para além dos ineficazes programas pontuais de “Educação Ambiental”, o que está em jogo nesse momento são duas categorias extremamente definidoras das relações: a primeira seria o estabelecimento de uma *nova ética social*, que para SERRES (1990) deve ser elaborado sob o prisma do “*Contrato Natural*”, ao invés da que prevalece hoje, que é o “*Contrato Social*” de ROUSSEAU, ainda como resquício do Iluminismo. E a segunda diz respeito à abertura das ciências para a incorporação dos chamados *etnoconhecimentos*, sem que haja uma apropriação indevida desses.

## **2.2 O poder e o IBAMA**

O IBAMA surge em 1989 a partir da junção/anexação de quatro órgãos falidos. Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, Superintendência de Desenvolvimento da Borracha – SUDEVEA e Secretaria Federal de Meio Ambiente – SEMA. Com exceção da SEMA, os demais tinham uma orientação eminentemente desenvolvimentista e da noite para o dia, todo seu quadro técnico

viu-se impelido a exercer seu ofício na contramão de suas histórias profissionais e formação. Do desenvolvimentismo ao preservacionismo e conservacionismo, há uma lacuna de informações não buriladas que culmina numa falta de identidade, a qual perdura até hoje, onze anos depois.

Essa origem confusa aliada a uma democracia interna muito tênue, assim como o seu processo de mando (escolha dos superintendentes), que nada tem a ver com o seu corpo técnico – com algumas exceções – vive num eterno dilema. Há no IBAMA uma perspectiva de poder ainda amarrada às estruturas que lhe deram origem, com aspirações desenvolvimentistas, fato que conduz esse órgão a um abismo transcendental, se a ele não for dada autonomia. Infelizmente, os mandantes desse instituto ainda continuam sendo as elites locais, que trazem na bagagem uma racionalidade pautada pelo capital. Assim, suas perspectivas de gestão participativa admitem apenas uma redefinição das práticas e não uma incorporação de novas formas de gerenciamento. Para ALTHUSSER:

“La puesta en práctica de los principios de la gestión ambiental o la posible transición de una racionalidad capitalista hacia una racionalidad ambiental, se da a través de una serie de procesos sociales y políticos, de la confrontación de intereses y la concertación de objetivos comunes de diversos actores sociales que inciden en todas las instancias de los aparatos del Estado”. (ALTHUSSER, 1971. In: LEFT 1993:105)

Portanto, esse jogo vai além da educação ambiental pontual promovida pelo Estado, ela se processa por sobre uma teia de conflitos, acordos e pactos. Usando as palavras de Raul Seixas, que dizia: “*Sonho, para ser bom, tem que ser sonhado a dois*”.



Mas, por que pensar gestão coletiva de áreas protegidas? O fato é que: “*o sistema de UC no Brasil está falido*” (LEITÃO FILHO, 1995: 171). Essa falência deu-se muito mais pela forma de gestão autoritária que pela falta de incentivos. Obviamente há nesse campo de atividade uma série de atropelos, mas o erro estava justamente na falta de uma orientação mais abrangente na perspectiva do gerenciamento das AP, que vislumbrasse além dos valores biológicos dessas áreas.

### **2.3 Poder e gestão**

“Em linhas gerais, isso ocorre também hoje com o poder dos administradores de parques nacionais e seus colaboradores, os cientistas naturais que pretendem definir como as populações tradicionais devem se comportar em relação à natureza e aos usos dos recursos naturais. Trata-se, na verdade, de um processo de despossessão do conhecimento e técnicas patrimoniais em poder das populações tradicionais e a afirmação do poder da ciência nas mãos dos cientistas e administradores”. (DIEGUES, 1994:63)

Para RIBEIRO (1987) em geral as UCs são geridas sob os paradigmas das cidades com seus mitos pós modernos, que não aceitam a intervenção dos não letrados. Nesse sentido, para ensaiar-se um processo de gestão coletiva teria que haver uma revisão dos valores intrínsecos a cidade, assim como uma compreensão das práticas e costumes das comunidades tradicionais. Na visão de DIEGUES (1994:12), isto serviria para, diminuir os pontos de tensão, conflitos, atritos, estimular a convivência e a cooperação.

“Desconhecendo e até rejeitando o saber tradicional, as corporações aninhadas nos órgãos ambientais decisórios como IBAMA, Secretarias de Meio Ambiente e Universidades acabam atribuindo à fiscalização e à repressão policial o papel de “guardiãs” da biodiversidade” e os únicos defensores do “mundo natural”. Procedendo assim, causam e alimentam conflitos insolúveis com as populações e moradores das áreas naturais protegidas, impedidas de produzir e reproduzir seu conhecimento tradicional, suas práticas econômicas e tecnologias patrimoniais e seu modo de vida, relegados a objetos de folclore”.(DIEGUES, 1994:90).

Essa idéia de Diegues acerta ao mostrar que em verdade os conflitos são os resultados dos confrontos entre saberes. LÉVIS-STRAUSS (1970) e MARQUES (1995) apontam a estruturação dos conhecimentos por parte dessas comunidades como sendo um processo delicado de testes e verificação dos resultados, em nada diferenciando-se da forma moderna de fazer ciência, o que podemos apontar como sendo uma forma de conhecer esses espaços, inclusive, com mais veemência e obstinação, pois além da experimentação soma-se o envolvimento afetivo, item que na ciência ortodoxa está excluído. Daí a necessidade de se travar parcerias, pois sem essas, segundo BORRINI-FEYERABEND:

“Se desperdician conocimientos y habilidades útiles y los problemas persisten sin ser reconocidos hasta que es muy tarde para prevenir serios daños. Peor aún, puede que nunca tomen conciencia del gran potencial de cooperación entre las agencias y los otros interesados para defenderse de amenazas externas a los recursos naturales (por ej.) Expansión urbana, empresas industriales y comerciales, grandes infraestructura, extracción de madeira a gran escala, con frecuencia los principales enemigos de la conservación.” (BORRINI-FEYAREBEND, 1997:11)

O grupo de coletores da Mata da AMEM conhece os ciclos da mata e se organiza para explorá-la. O IBAMA “domina” um *know how* instrumental acadêmico e acredita ser conhecedor de todos os processos, assim ele não permite parceiros que não sejam do seu leque de alianças, esse leque é definido a partir de similaridades sociais e de seu universo semântico, ou seja, “governar só com os iguais”. As falhas, impasses, conflitos e outras impedâncias oriundas desse processo, são justificados sob diversos argumentos, tais como falta de verba, ignorância dos usuários, falta de colaboração dos funcionários, deixando de ver o abismo que está se inserindo ao não fazer uma autocrítica de suas práticas. Para TUAN (1980), há um problema de percepção colocado nesse processo: *“Uma pessoa que simplesmente ‘vê’ é um espectador, um observador, alguém que não está envolvido com a cena. O mundo percebido através dos olhos é mais abstrato do que o conhecido por nós através dos sentidos”*.

Essa estrutura de poder que se formou em torno de APs no Brasil é muito relutante em acreditar nas forças naturais e espirituais como organizadoras e envolvidas nesse processo. Para ela, apenas os cientistas e a ciência clássica é que podem dar respostas. Assim, o IBAMA e suas funções estão sendo dragados e substituídos por uma forma mais moderna de gerir, que tem como norte o *contrato natural*. Salvo uma ou outra reação pontual, o Órgão caminha para o obscurantismo, pois se mantém plantado num esquema burocrático e arcaico que o impossibilita de ver o mundo em sua volta.

Os grupos de coletores e coletoras da Mata da AMEM podem até não ser enquadrados na classificação clássica de populações tradicionais. Mas, como despossuídos, aquele território são seus domínios, seu lugar. Para nós, essa seria condição *sine qua non* para tê-los como co-gestores da Mata. É impossível se pensar na conservação da biodiversidade sem a sócio-diversidade ou sem a diversidade cultural.

A gestão de áreas protegidas tem sido pautada por uma ótica da totalidade, fato que é bastante salutar, se esse excesso de zelo com o global não deixasse de ver as perspectivas locais.

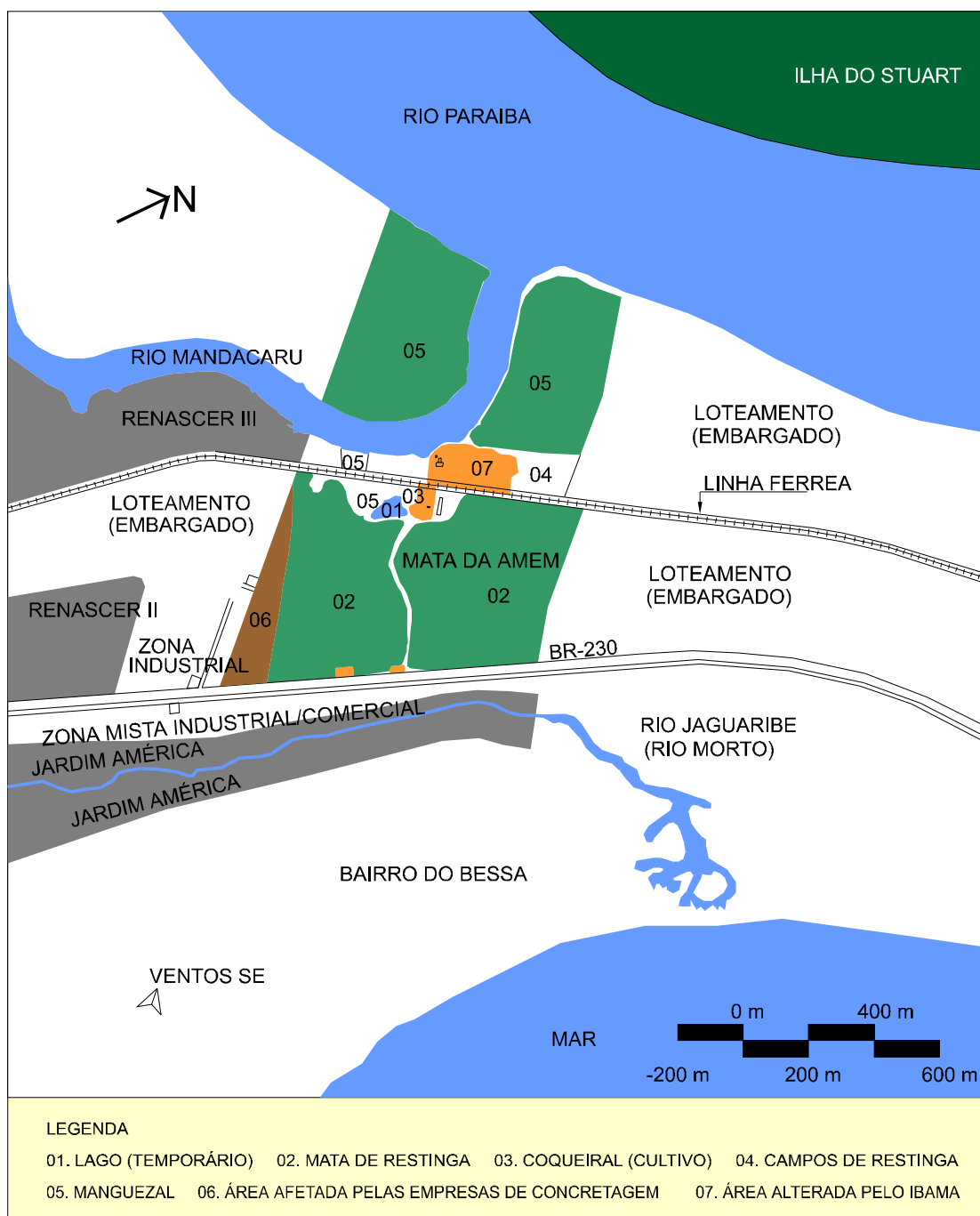
“Essa gestão democrática deve incorporar não somente elementos da ciência moderna, da etnociência, mas constituir-se num processo de negociação que leve em conta não somente as necessidades nacionais de conservação dos ecossistemas, mas as aspirações locais, os modos de vida e, sobretudo a contribuição histórica das populações tradicionais para a conservação ambiental. Não é exagerado afirmar que, na grande maioria dos casos, a efetiva incorporação das populações tradicionais no processo democrático de manejo ambiental resultará na descoberta de aliados locais firmes e constantes para a conservação contra grupos especuladores urbanos e outros devastadores da biodiversidade. (DIEGUES, 1994:174).

Desse modo, o grupo de coletores e coletoras da Mata da AMEM deve ser encarado como co-responsáveis pelo que o IBAMA recebeu. Instalados no lugar desde 1985, as alterações que ali se processaram são mínimas se comparadas com as patrocinadas pelos atuais gestores (MAPA II). Para DIEGUES (1994:16), “*Quase nunca os governos avaliam os impactos da criação de parques sobre o modo de*

*vida dos moradores locais que, muitas vezes, tinham sido responsáveis pela preservação das áreas naturais”.*

Para RAFFESTIN (1993:53), “*O poder é parte intrínseca de toda relação*”, assim, o estabelecimento de um sistema de co-gestão/parceria, pode colocar em risco os alicerces de um poder baseado no conhecimento tecnicista e autoritário que não reconhece e desqualifica preconceituosamente o conhecimento construído a partir do senso comum. O poder no âmbito das Áreas Protegidas sempre foi exercido pelo Estado que, diga-se de passagem, trabalha com a perspectiva de natureza sem homem ou, como diz DIEGUES (1994): “*Parque sem gente*”, ao invés da situação real que se apresenta com conflitos na quase totalidade das áreas protegidas do Brasil.

## CROQUI MATA DA AMEM



MAPA II – Croqui da Mata da AMEM Escala 1:25000

FONTE: ROSA, 1999.

Acreditando ser o território o espaço político por excelência, o IBAMA exerce o controle da área, de forma que seu poder não deva ser negado. Revestido desse sentimento/ação, vê o mundo exterior ao território da Mata como os agentes antropizadores e agressores da área, deixando de percebê-los como agentes de mudanças e parceiros nessa aventura de gerir aquela Unidade. Assim, as estruturas de poder na Mata da AMEM estão em conflito, porque são antagônicas. O conjunto de conhecimentos da área tem fundamentação oposta desde a religiosidade até a linguagem. Os universos sêmicos e semânticos estão em atrito, pois são diferentes. *“Onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder”*. FOUCAULT, In: RAFFESTIN, (1993:53)

Se a comunidade, ou o grupo de usuários e coletores vê a Mata como espaço de morada das suas entidades, os gestores a percebem como campo para sua objetificação diante do criador, ou como diz DIEGUES (1994): *“A busca do Éden ou o paraíso perdido”*.

Durante muitas décadas, foi dominante no movimento conservacionista a perspectiva de que homens e mulheres tinham interesses irreconciliáveis com a natureza, e que as características humanas levavam inevitavelmente a uma atitude destrutiva e dominadora. Essa visão fica muito clara quando se discute as unidades de conservação. As organizações de conservação tinham a visão de que havia que conservar, não podia se desmatar nada, as pessoas não eram vistas, tinham que ir embora dos lugares e o máximo que se pensava era pagar uma indenização para as pessoas saírem da reserva. (CASTRO & FONSECA, 1997).

## 2.4 O lugar

O lugar é uma categoria especificamente geográfica, mas para os coletores e coletoras tem um sentido mais amplo, como bem afirma DIEGUES:

“O território das sociedades tradicionais, distinto daqueles das sociedades urbanas industriais, é descontínuo, marcado por vazios aparentes (terras em pouso, áreas de estuário que são usadas para pesca somente em algumas estações do ano) e tem levado autoridades da conservação a declará-lo parte de “unidades de conservação” porque não é usada por ninguém”. Aí reside, muitas vezes, parte dos conflitos existentes entre sociedades tradicionais e as autoridades conservacionistas”. (DIEGUES)

Segundo GOMES (1996), os moradores do Conjunto Renascer tem suas origens ligadas ao meio rural sendo, 56% composto de imigrantes, vindos em sua maioria da microrregião do Brejo Paraibano como também, do Agreste e Sertão, portanto, podemos dizer que, o grupo de coletores e coletoras da AMEM não é composto só de nascidos nas planícies litorâneas, mas a sua condição de sem-teto os colocou naquele espaço. Assim, em quinze anos, alguns se adaptaram muito bem ao lugar, seja por uma volta de sua memória às relações com o meio natural ou reminiscências, como questiona LE GOFF (1994), ou pela capacidade adaptativa. Não importa a origem dessa re/ligação, mas o que de fato se desenvolve na Mata da AMEM. Vimos que há uma percepção dos ambientes e de suas facetas para o exercício da sobrevivência. O que nos preocupa é que essa percepção está sendo



jogada em segundo plano pelos atuais gestores, os quais podem ser classificados como “o visitante” citado por TUAN, que diz:

“O visitante e o nativo focalizam aspectos bem diferentes do meio ambiente”. “O nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente. O ponto de vista do visitante, por ser simples, é facilmente enunciado. Por outro lado, a atitude complexa do nativo somente pode ser expressa com dificuldade e indiretamente através do comportamento, da tradição local, conhecimento e mito”. (TUAN, 1980:72-73)

Podemos dizer também que o sistema de gestão oficial para APs não percebe os meandros das relações existentes nesse tipo de ambiente, relutam em acreditar que as florestas guardam e são guardadas por entidades não visíveis. Sua avaliação, por ser excessivamente estética, prende-se ao discurso político ambiental, que é carregado de uma simbologia biológica e preservacionista.

Essa diferença de percepção, do valor do lugar, tem conduzido ambos a creditarem valores diferentes à Mata. O universo sêmico e semântico dos atores é que define se eles irão se entender. Infelizmente, até agora, não há aceno para uma gestão colegiada. Acreditamos que o Estado precisa compreender que os laços topofílicos agregam valores não mensuráveis/quantificáveis, sua essência não é percebida a partir de algumas ações, mas de muitas vivências.

### 3. NOSSOS CAMINHOS

“Não se conhece o igual através do igual, mas os desiguais se conhecem reciprocamente pelo reconhecimento de suas diferenças”. (LEONARDO BOFF)

Com o objetivo de compreender gestão de Áreas Protegidas, como uma articulação política entre as dinâmicas ambientais e sociais, esboçamos essa investigação a partir da *quali/quantificação* das relações dos atores envolvidos com a Mata da AMEM. Posteriormente, cruzamos os diversos sentidos que esses elementos atribuíam à reserva, onde verificamos que cada segmento (Comunidade, IBAMA e Polícia Florestal) exibia suas ligações de forma diferenciada e, no entanto, atribuíam valores assemelhados.

Inicialmente elaboramos um questionário de entrevistas diretas, ou enquete, que foi aplicado junto aos grupos de *usuários, coletoras e coletores*, acompanhando suas atividades de labuta e lazer,. Tal opção deve-se ao fato de ser esse segmento o elemento central de nossas hipóteses sobre co-gestão nessa reserva. O universo amostral de 27 entrevistas, não representa só este número, pois cada entrevista era realizada com um grupo de no mínimo 4 pessoas e nela está contida a opinião do coletivo.

Na segunda etapa procuramos averiguar as relações, percepções e a valoração que os atores envolvidos com a reserva lhe atribuíam. Nessa fase, aplicamos entrevistas gravadas seguindo dois roteiros de questões, algumas das quais surgiram da primeira consulta, as demais eram específicas para os gestores institucionais. Nesse momento, além dos grupos de coletores e usuários, ouvimos também os antigos e atuais responsáveis pelo IBAMA/PB, pelo comando da PM Florestal, como também os antigos e o atual responsável pela Mata.

Como não encontramos uma metodologia acabada que desse conta do problema aqui exposto, montamos um quebra-cabeças de métodos assemelhados, onde a Pesquisa Participante discutida por BRANDÃO *et al.* (1990) foi nosso eixo. Para esse autor, “*o conhecimento coletivo, é o elemento que cria as condições concretas dessas gentes, grupos e classes a participarem do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprias*”. (BRANDÃO, *op. cit.*: p.10).

Assim, somamos as recomendações desse autor aos de THIOLENT (1994) que diz ser a *pesquisa ação*, um caminho onde as pessoas implicadas têm sempre algo a “dizer” e a “fazer”. Não se tratando, neste caso, de um simples levantamento de dados ou relatório a serem arquivados.

“A pesquisa ação oferece meios para romper o monopólio dos tecnocratas ao permitir uma participação ativa dos diferentes tipos de usuários, com exercício e aprimoramento de suas capacidades. O saber informal não é desprezado e sim posto em relação ao saber formal dos especialistas no sentido de um enriquecimento mútuo”. (THIOLENT, 1994:101).

Todavia, entendemos que nenhum pressuposto metodológico pode ter sucesso, sem que possa contar com o empenho e comportamento ético do pesquisador diante do problema, seus agentes e dos elementos que lhes são peculiares. Neste sentido, FOOTE-WHYTE (1975) e FREIRE (1997) foram nossos guias para buscar um melhor envolvimento com a Mata, o Conjunto Renascer e os Grupos que atuam na área.

Para o primeiro autor, “*O observador está em relação face-a-face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados*”. (FOOTE-WHYTE 1975:89). Com FREIRE, aprendemos que a “*dialogicidade*”, deve ser condição *sine qua non*, para a construção democrática de uma pesquisa/estudo.

“Se na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fossemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a *escutar*, mas é *escutando* que aprendemos a *falar com eles*. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, *fala com ele*”.(FREIRE, 1997:127)

Assim, podemos dizer que as percepções, os sentidos e a subjetividade do diálogo que a Comunidade do Renascer estabelece com a Mata da AMEM e com os gestores oficiais, são o resultado de histórias individuais que não estão incluídas nas normas que apontam para um novo patamar ou uma nova forma de fazer gestão. É nesse imaginário popular que se vê coisas fundamentais da produção e da convivência com a reserva.

Esses caminhos foram significativos ao estabelecimento do que nós identificamos como *grupo de usuários coletoras e coletores* da Reserva, para chegarmos ao conjunto de conhecimentos, das percepções e das relações que a

Comunidade do Renascer estabeleceu com a Mata da AMEM. Em verdade, são dois grupos distintos com práticas, atividades e relações diferenciadas na unidade, onde o primeiro desenvolveu uma relação afetuosa e uso sazonal dos recursos de acordo com seus ciclos e ofertas e, o segundo, utiliza-se dela esporadicamente de acordo com suas necessidades e conjunturas, além, é obvio, de manejá-la como elemento de escape de suas necessidades sociais, a exemplo do lazer e obrigações religiosas.

Dito isto, descreveremos agora como foi nosso envolvimento com os grupos para conhecê-los e levantar essas informações. Na verdade, minha relação com a comunidade do Renascer, iniciou-se em 1994 quando fui trabalhar na Mata da AMEM, sendo eu o primeiro trabalhador do IBAMA que se estabeleceu na reserva. Os trabalhos de campo para essa etapa de convivência se iniciaram em outubro de 1998, e continuamos a visitar a Mata até julho de 1999. Esse período foi designado como ideal, por ser nele que algumas coisas acontecem na unidade. Como exemplo podemos citar o início do período de estiagem, onde a oferta de frutas é maior, o caju e a mangaba, principais frutas coletadas, têm suas safras nessa estação do ano.

No período de estiagem, que podemos chamar de primavera e verão, o qual estende-se de setembro a março, é quando a Mata floresce e seca muito rapidamente, nesse momento os pastos no entorno da Mata raleiam e os donos de animais utilizam a reserva para amarrar estes ou para coletar capim ao longo da linha do trem, também se coleta lenha seca para cozinhar. É nesse momento que a Mata fica mais vulnerável ao fogo, pois além do material lenhoso, inflamável, há

um trânsito intenso na BR-230 em direção a Cabedelo, e a deposição de lixo na unidade pelos veranistas de Camboinha, Intermares, Poço etc., conforme presenciamos por diversas vezes.

Logo a seguir vem o período chuvoso de abril a agosto, o qual pode ser chamado outono e inverno, quando há a oferta de pequenas frutas nativas, sem valor comercial, as quais são apreciadas pelos *coletores e usuários*, que continuam visitando a mata independentemente do período e das condições climáticas. Nessa época, avizinha-se o São João e a pressão por madeira é exercida pelos moradores do Bessa e outros bairros de classe média da área, como também pelos Moradores do Renascer.

Para entender e ver esses movimentos tivemos que, no período citado, ir diariamente na Reserva, sempre com o gravador e a máquina fotográfica em mãos, para o registro dessas atividades. Nossas visitas aconteceram durante os sete dias da semana, em horários diferenciados, um dia pela manhã, outro pela tarde e no seguinte durante a noite, ficando na área, sempre, o mínimo de 3 horas por visitas. Essa estratégia permitiu ser reconhecido pela comunidade, conquistando sua confiança, além de poder entender como agiam. Durante as visitas, sempre andávamos em direção ao Renascer e no entorno da Mata, no intuito de ver a direção que as pessoas tomavam na Reserva, sempre com o mínimo de 2,5 a 3 Km de caminhada.

Assim, conseguimos observar e compreender como cada *grupo* agia na área identificando-os conforme suas atividades. Daí percebermos que ambos os

grupos, *usuários, coletoras e coletores* iam à mata para utilizá-la como área de lazer. O primeiro é composto por desempregados e profissionais autônomos e o segundo por famílias e vizinhos com algum grau de afetividade. Os que iam buscar frutas e lenha são os *coletores e coletoras*. Por outro lado, no que se refere às plantas medicinais, os dois grupos coletam, mas é no segundo que o conhecimento sobre o uso destas está sedimentado, vindo dele toda a orientação.

Procuramos sempre ter uma postura ética com relação à comunidade, companheiros do IBAMA, PM Florestal e demais usuários da Mata. Essa forma de agir foi fundamental nas nossas relações, como também, acreditamos ter contribuído para conseguirmos responder nossas indagações iniciais, ou como disse LÉVI-STRAUSS:

“Todavia, uma diferença subsistirá sempre, mesmo levando em conta o fato de o cientista não dialogar nunca com a natureza pura, mas com certo estado da relação entre a natureza e a cultura, definível pelo período da história em que ele vive, pela civilização que é a sua, pelos meios materiais de que dispõe”. (LÉVI-STRAUSS, 1970: 40)

Acreditamos que “ética” deve ser o elemento diferencial e norteador de todas as relações que envolvem áreas protegidas e comunidades. E seus princípios, nesse novo campo, da sociodiversidade, devem ser regidos pelas seguintes normas;

- “Respeito” ao outro com todas as suas diferenças;
- “Solidariedade” com o outro na satisfação de suas necessidades de sobrevivência e transcendência; e
- “Cooperação” com o outro na busca de uma convivência harmoniosa com a natureza.

*Volta* - [SUMÁRIO](#)

*Continua* - [CAPÍTULO 4](#)



#### 4. A MATA

*“Naquela mata fechada  
A cobra queimou , deu belo  
Castanha, caju e castelo  
Vi a serpente assanhada  
Meu canário cantador  
Onde quer fazer teu ninho  
No primeiro pau da Mata  
No derradeiro galhinho”.*  
(Zé Neguinho do Coco)

A Mata da AMEM está localizada no epicentro da restinga de Cabedelo, as coordenadas na área central da reserva são 7°3'47”S e 34°51'24”O. Portanto, versar sobre essa reserva sem caracterizar seu entorno seria uma falta de atenção a toda unidade paisagística. Inclusive, porque acreditamos ser essa reserva um dos fatores de manutenção da qualidade ambiental da restinga que hoje passa por um processo de ocupação desordenado.

A Restinga de Cabedelo (FOTO 1), situa-se entre as coordenadas de 6°57'56”a 7°05'59” de latitude sul e 34°49'31” a 34°51'57” de longitude oeste, ocupando uma superfície de aproximadamente vinte e oito quilômetros quadrados (28 Km<sup>2</sup>). Trata-se de uma restinga arenosa localizada na planície costeira paraibana. Seu formato assemelha-se a uma península com cerca de 16 Km de extensão e largura que varia entre 1000 e 3000 m. Tem como limites o oceano

Atlântico à leste e norte, o estuário do rio Paraíba a oeste e a cidade de João Pessoa ao sul.



FOTO I: Vista aérea da restinga de Cabedelo, com destaque sobre a Mata da AMEM  
Foto: Dirceu Tortorello

“A origem da restinga está ligada por um lado à própria formação do estuário do rio Paraíba (Tectônica de quebraamento e afundamento) e por outro, ao retrocesso erosivo dos tabuleiros elaborados nos sedimentos da formação Barreiras associada às oscilações do nível marinho durante o Pleistoceno e Holoceno”. (ROCHA,1996: 63)

Esse processo remonta mais ou menos 5000 a C., o que implica dizer que, quando no antigo Egito já floresciam grandes civilizações, aqui ainda estavam se formando os solos do que hoje chamamos de restinga de Cabedelo e alguns ambientes costeiros.

Segundo a classificação de Koeppen, a área faz parte do domínio tropical quente e úmido com chuvas de outono e inverno (As'). Para GUILCHER (1983 *apud* ROCHA, 1996:46), “*os parâmetros climáticos indicam, sobretudo ao se levar em conta a duração da estação seca, um clima tropical úmido com estação seca moderada*”.

Trata-se de uma área quente devido a sua posição litorânea, sujeita a uma forte insolação (2.995 h/ano) e elevada evapotranspiração potencial (1.485 mm). Essas condições são amenizadas pelos ventos constantes que sopram do mar o ano inteiro e que caracterizam a fachada marítima do Nordeste ROCHA, (1996: 40).

As temperaturas médias anuais se situam entre 23°C (mínimas) e 28°C (máximas). Elas não são nunca excessivas e a amplitude térmica anual é de cerca de 5°C. As temperaturas mais elevadas ocorrem na primavera e no verão austral, sendo que é durante os meses da primavera que se verificam as mais fortes deficiências pluviométricas, assim como uma acentuada evapotranspiração. A primavera (outubro, novembro e dezembro), coincide também aos meses ecologicamente secos

(NIMER, 1979 *apud* ROCHA 1996:41). A redução dos valores térmicos durante o inverno (junho, julho e agosto) é muito pouco significativa (média de 23° C.) As temperaturas diurnas ultrapassando 33° C são raras.

De modo geral, as médias pluviométricas estão situadas em torno de 1740 mm/ano embora esse total apresente variações de ano para ano. O período mais chuvoso ocorre de maio a junho podendo se iniciar desde fevereiro ou março. A estação seca se estende de setembro a janeiro-fevereiro, sendo que os meses de outubro, novembro e dezembro constituem o período em se verificam os maiores déficits pluviométricos (HECKENDORFF e LIMA, 1985:34).

A umidade do ar é relativamente elevada (80-85%). Embora a temperatura média seja alta (26° a 27°C), a forte evaporação e a inversão da camada superior dos aliseos acentuam a tensão do vapor, o que resulta em maior umidade (SALGADO *apud* ROCHA 1996). Este quadro apresenta-se relativamente estável durante o ano, excetuando-se apenas os meses de inverno quando os índices se elevam de 85 a 90%. Durante a seca caem um pouco, chegando a 70%. (ROCHA *op cit.*, p.43).

No que diz respeito aos ventos, na área há dois regimes: no período que se estende do final de março até o início de maio sopram os aliseos de Nordeste e no período maio a março são predominantes os alísios de SE-E, que atuam na costa, sendo os meses de agosto, setembro, outubro e novembro os mais ventosos. Essa direção está fortemente marcada nessas acumulações, como também nas copas dissimétricas das árvores de restinga. (ROCHA, *op.*, cit. P.45)

A restinga de Cabedelo é potencialmente rica em água subterrânea.

Segundo ROCHA, (1996:50), três aquíferos ocorrem na área. São eles:

- a) Dos depósitos superficiais quaternários (aquíferos livres superficiais), que são depósitos de água doce de alguns centímetros a algumas dezenas de metros de espessura e situados a cerca de um metro de profundidade;
- b) Das fácies mais arenosas da Formação Gramame, que se trata de um aquífero pouco espesso e pouco profundo, podendo ser atingido pela cunha de água do mar; e
- c) O da Formação Beberibe, que representa o segundo aquífero principal da restinga e suas águas são de boa qualidade quando confinado sob a formação Gramame. (op. cit., p.50-51).

Com exceção do grande estuário do Paraíba e do Jaguaribe e sua derivação, a hidrografia da restinga está representada por pequenos cursos d'água, que após terem percorrido trechos indecisos por entre depressões alagadas ou alagadiças, têm seu curso aprisionado entre os cordões da restinga e formam lagoas digitadas barradas pelas acumulações litorâneas. (ROCHA, op. cit., p.54).

O rio Jaguaribe foi o principal da restinga. Ele nasce na grande João Pessoa e após contornar as paleo-falésias situadas ao sul, na base da restinga, inflexiona-se para oeste pela derivação de seu curso para o rio Mandacaru, que deságua no vestíbulo do estuário do Paraíba. Esse desvio foi executado em 1922, com o objetivo de combater um surto de febre amarela que assolava a cidade.

Felizmente, não chegou a apagar seu antigo curso que continua marcando uma boa parte da porção central da restinga onde ele continua a correr por um simples sulco até a altura da Mata da AMEM, quando se desvia para leste indo desaguar na praia dos Macacos. (ROCHA, op. cit, p.55).

Obviamente que esse quadro descrito por ROCHA em 1996, já não confere com o atual estado da restinga nem do rio Jaguaribe, já que diversos empreendimentos e obras de drenagem têm sido edificadas na porção da área que pertence ao município de João Pessoa, especificamente no bairro do Bessa, inclusive contrariando documentos elaborados pela própria Secretaria de Meio Ambiente da Capital, a exemplo do *Relatório Sobre a Implantação de Grandes Equipamentos Urbanos no Antigo Curso do Rio Jaguaribe – Trecho Bessa*, que diz em suas conclusões:

“Portanto, não se pode nem deve tecnicamente canalizar o curso do rio no trecho analisado, nem permitir edificações nem nenhuma estrutura artificial de concreto ao longo de seu curso. (MADRUGA, et. al., 1997:22).

Nesse ambiente dinâmico, seja pelas atuais modificações que vem se processando na planície, quanto pela própria dinâmica ambiental, que caminha numa velocidade menor, está localizada a Mata da AMEM, um pequeno testemunho do que foi a área antes das principais perturbações ali impressas. Desde a implantação de plantios extensivos de coco, “*la destruction de la forêt poussant em bordure de la plage e las plantations de cocotiers qui lui succedent vers lês années 1930, constituent la première modification notable de l’environnement terrestre littoral*” (CNPQ 1984:543).A construção da estrada de ferro até a pavimentação e

duplicação da BR 230, a restinga tem sido alvo permanente de alterações do seu equilíbrio natural. Atualmente, a área está sendo ocupada por empresas cujas atividades degradadoras, os municípios (João Pessoa e Cabedelo), não conseguem disciplinar, permitindo ou não proibindo a emissão de poluentes e outros dejetos na restinga.

“Os últimos resquícios de Mata de Restinga existentes na Paraíba encontram-se em Cabedelo. Considerada uma formação vegetal subcaducifólia, constitui-se de árvores de porte médio (10-15 m), de troncos de diâmetros pequenos, copas largas e irregulares. As epífitas são raras, indicando a carência de umidade do ambiente, decorrente da excessiva porosidade do solo. Como espécies características podemos citar: a aroeira-da-praia *Schinus therebenthifolius*, o oiti-da-praia *Moliquea tomentosa* e a maçaranduba *Manilkara Manni*”. (CARVALHO & CARVALHO, 1985:45).

Localizada à margem direita do quilômetro 11 da BR 230, rodovia que liga Cabedelo a João Pessoa, entre esta e o Rio Paraíba, a conhecida popularmente por Mata da AMEM (Associação Metropolitana de Erradicação da Mendicância), o antigo Sítio Dona Leonor que se estendia por uma área pelo menos sete vezes maior do que é hoje, conforme nos mostra a Carta Topográfica de 1934 editada em 1949 (MAPA III), tem hoje uma área de 103,36 ha, onde são observados testemunhos de diversos ambientes. Assim distribuídos: 48,5% de mata alta de restinga, 10,9% de corpos d'água, 4% de campos de restinga e 6,6%<sup>1</sup> de construções do IBAMA e do Abrigo de Idosos.

---

<sup>1</sup> Quando o IBAMA assumiu a Mata em 1993, a área alterada por construções era de apenas 3,6%

Na Mata Alta de Restinga (ou jundu) que é considerada uma especificidade de Mata Atlântica, é onde encontramos algumas árvores típicas dos tabuleiros que se adaptaram aos solos arenosos da planície. O surgimento desse tipo de vegetação nessa área ocorreu a partir da dispersão de sementes pelas enchentes do rio Paraíba ou por animais. Dentre as espécies existentes, podemos citar: Amescla (**Protium sp**), Cupiuba (**Tapirira guianenses**), Embaúba (**Cecropia sp.**) etc...

Nos Campos de Restinga, encontram-se algumas espécies de fruteiras como: o coqueiro (**Coccus nucifera**), cajueiro (**Anacardium occidentale**), a mangabeira (**Hancornia speciosa**), e o araçazeiro (**Psidium araçá**). Segundo CARVALHO & CARVALHO (op. cit.), a vegetação deste tipo de ambiente é arbustiva, de densidade variável, apresentando espécies como: o murici-de-praia (**Byrsonima gardneriana**), olho-de-pombo (**Abrus precatorius**) e a paquevira (**Heliconia angustifolia**).

A cobertura vegetal da AMEM é composta também por 31 % de Manguezal, que constitui uma Formação Vegetal *perenifolia*, cuja composição florística é praticamente constante em todos os estuários da Paraíba, sendo constituída basicamente de: mangue-vermelho (**Rizophora mangle**), mangue-de-botão (**Conocarpus erectus**), mangue-branco (**Laguncularia racemosa**) e mangue-siriúba (**Avicennia schaueriana**).

Observa-se na área central da Mata da AMEM, uma lagoa de inundação estacional, com aproximadamente 1,5 ha, que permanece cheia apenas durante o período chuvoso. Segundo informação local, essa lagoa surgiu após a



retirada de areia para a construção civil que o abrigo de idosos vendia na época que esteve gerindo a Mata. Há também no interior da reserva, numa faixa entre o rio Mandacaru e o apicum cerca de 2ha de manguezal que encontra-se em estágio de regeneração, o qual recebe certa quantidade de água do rio Mandacaru, principalmente durante as preamares de sizígia.

Temos ainda mais de 6,6ha de área sem cobertura vegetal (ou que foi retirada), onde existem algumas edificações que abrigam: um asilo de idosos pertencente à Associação Metropolitana de Erradicação da Mendicância - AMEM, que ocupa o local em regime de comodato (Contrato ANEXO); a Coordenadoria Regional do Centro de Pesquisas para Conservação das Aves Silvestres - CEMAVE/NE do Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; o Posto de Fomento de João Pessoa, responsável por um viveiro de mudas plantas silvestres, o Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS, ambos da Representação Estadual do IBAMA na Paraíba; e a 16<sup>a</sup> Companhia de Polícia Florestal do Estado da Paraíba.

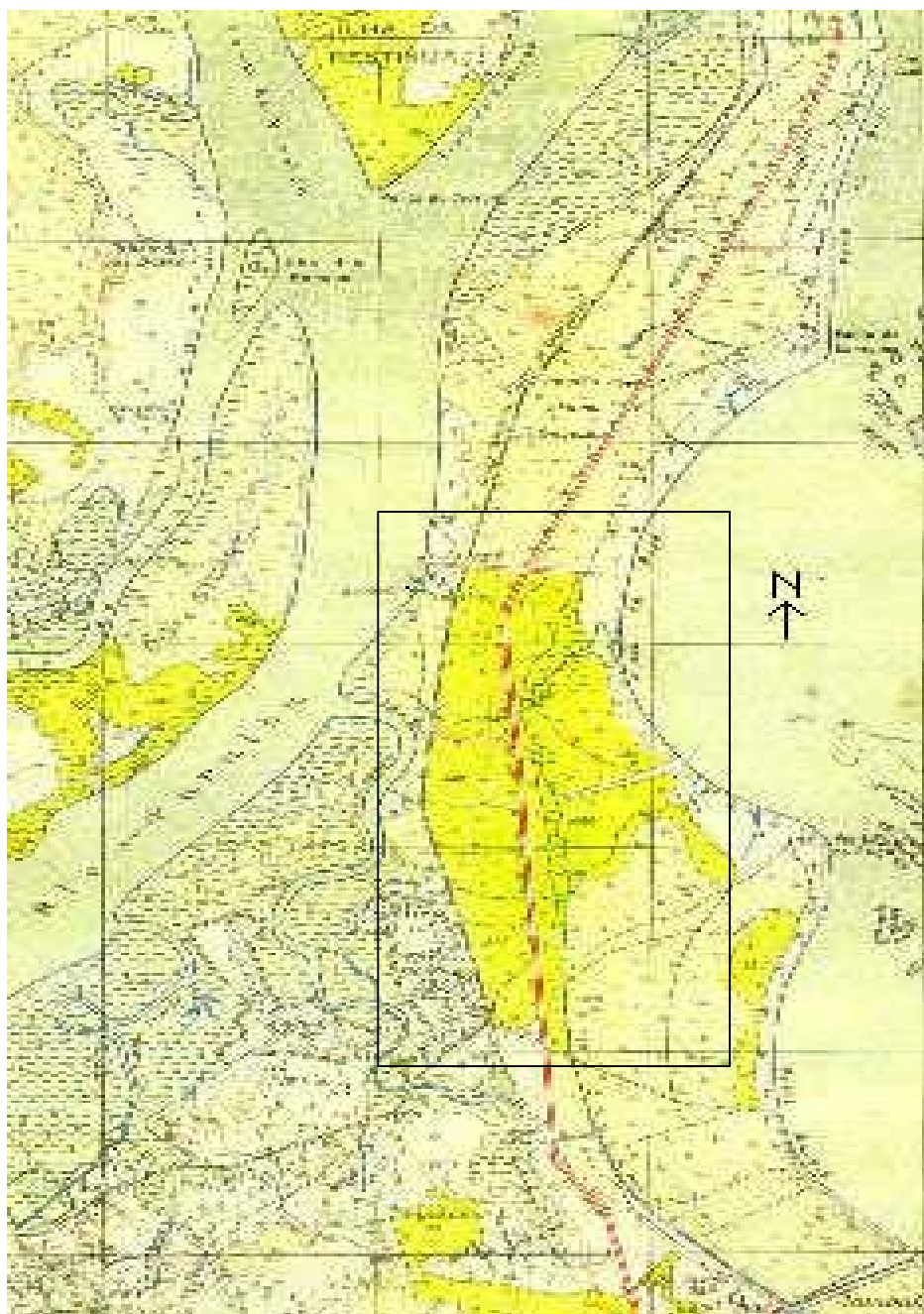
Vale salientar que a estrada de ferro da RFFSA, que liga Cabedelo a João Pessoa, cruza a área, assim como o Rio Mandacaru, em cuja margem direita existe um trapiche para atracação de embarcações.

Em levantamentos preliminares a respeito da fauna, realizados pela equipe do CEMAVE/NE, foram registradas até o momento 66 espécies de aves pertencentes a 23 famílias, distribuídas nos diferentes ambientes. (Tab. V)

Durante tais atividades foram registradas também 04 espécies de mamíferos: o sagüi-do-nordeste (**Callitrix jaccus**), a cutia (**Dasyprocta agouti**), a

raposa (**Cerdocyon thous**) e o guaxinim (**Procyon cancrivorus**), necessitando de levantamentos mais detalhados.

## CARTA TOPOGRÁFICA DE JOÃO PESSOA



MAPA III: Carta topográfica do Sítio Dona Laeonor, atual AMEM. Fonte: Carta topográfica de João Pessoa 1934, Ministério do Exército. Escala 1:50.000

**TABELA V**  
**Avifauna da Mata da AMEM**

(Continua)

<b>FAMÍLIA/ESPÉCIE</b>	<b>NOME COMUM</b>
<b>ARDEIDAE</b>	
<i>Butorides striatus</i>	Socozinho
<i>Tigrissoma lineatum</i>	Socó-boi-ferrugem
<b>CATHARTIDAE</b>	
<i>Cathartes aura</i>	Urubu-de-cabeça-vermelha
<i>Coragyps atratus</i>	Urubu-de-cabeça- preta
<i>Polyborus plancus</i>	Carcará
<i>Milvago chimachima</i>	Carrapateiro
<b>ACCIPITRIDAE</b>	
<i>Buteo albicaudatus</i>	Gavião-de-rabo-branco
<i>Rupornis magnirostris</i>	Gavião-carijó
<i>Buteo brachyurus</i>	
<b>PANDIONIDAE</b>	
<i>Pandion haliaetus</i>	Águia-pescadora
<b>SCOLOPACIDAE</b>	
<i>Actitis macularia</i>	Bate-bunda
<b>COLUMBIDAE</b>	
<i>Columbina minuta</i>	Rolinha
<i>Columbina passerina</i>	Rolinha-cinzenta
<i>Columbina talpacoti</i>	Rolinha-caldo-de-feijão
<i>Leptotilla rufaxilla</i>	Juriti-gemeadeira
<b>PSITTACIDAE</b>	
<i>Forpus xantopterygius</i>	Tuim-de-asa-azul
<b>CUCULIDAE</b>	
<i>Crotophaga ani</i>	Anu-preto
<i>Guira guira</i>	Anu-branco
<b>CAPRIMULGIDAE</b>	
<i>Nyctibius griséus</i>	Uruatu
<i>Nyctidromus albicollis</i>	Bacurau
<i>Caprimulgus rufus</i>	
<b>APODIDAE</b>	
<i>Reinarda squamata</i>	
<b>TROCHILIDAE</b>	
<i>Amazilia versicolor</i>	Beija-flor-de-banda-branca
<i>Amazilia leucogaster</i>	Beija-flor-de-barriga-branca
<i>Eupetomena macroura</i>	Tesourão
<b>BUCCONIDAE</b>	
<i>Nystalus maculatus</i>	Rapazinho-dos-velhos
<b>ALCEDINIDAE</b>	
<i>Chloroceryle americana</i>	Martim-pescador-pequeno
<i>Chloroceryle aenea</i>	Martim-pescador-anão
<i>Ceryle torquata</i>	Martim-pescador

**TABELA V:**  
**Avifauna da Mata da AMEM**

(Conclusão)

<b>PICIDAE</b>	
<i>Dryocopus lineatus</i>	Pica-pau-de-cara-branca
<i>Chrysoptilus melanochloros</i>	Pica-pau-verde
<i>Veniliornis passerinus</i>	Pica-pauzinho-anão
<i>Picumnus sp</i>	Pica-pau-anão
<b>FORMICARIIDAE</b>	
<i>Herpsilochmus pileatus</i>	Chorozinho-de-chapéu-vermelho
<i>Formicivora grisea</i>	Papa-formigas-pardo
<b>FURNARIDAE</b>	
<i>Synallaxis frontalis</i>	Petrim
<b>TYRANNIDAE</b>	
<i>Tyrannus melancholicus</i>	Suiriri
<i>Pitangus sulphuratus</i>	Bem-te-vi
<i>Myodinastes maculatus</i>	Bem-te-vi-rajado
<i>Elaenia flavogaster</i>	Guaracuava-de-barriga-amarela
<i>Todirostrum cinereum</i>	Reloginho
<i>Idioptilon margaritaceiventer</i>	Sebinho-de-olho-de-ouro
<i>Fluvicola nengeta</i>	Lavadeira
<i>Tolmomyias flaviventris</i>	Bico-chato-amarelo
<i>Neopelma pallescens</i>	Fruxu-do-cerradão
<b>HIRUNDINIDAE</b>	
<i>Tachycineta albiventer</i>	Andorinha-do-rio
<i>Progne chalybea</i>	Andorinha-doméstica-grande
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	Andorinha-serradora
<b>TROGLODYTIDAE</b>	
<i>Troglodytes aedon</i>	Corruíra
<b>MUSCICAPIDAE</b>	
<i>Polioptila plumbea</i>	Balança-rabo-de-chapéu-preto
<b>TURDIDAE</b>	
<i>Turdus leucomelas</i>	Sabiá-barranco
<b>VIREONIDAE</b>	
<i>Vireo chivi</i>	Juruviara
<i>Cyclarhis gujanensis</i>	Pitiguari
<b>EMBERIZIDAE</b>	
<i>Basileuterus flaveolus</i>	Pula-pula
<i>Coereba flaveola</i>	Sebinho
<i>Thraupis sayaca</i>	Sanhaçu-cinzento
<i>Thraupis palmarum</i>	Sanhaçu-de-coqueiro
<i>Euphonia violácea</i>	Gaturamo-verdadeiro
<i>Tangara cayana</i>	Sáira-amarela
<i>Dacnis cayana</i>	Saí-azul
<i>Cyanerpes cyaneus</i>	Saí-de-pé-vermelho
<i>Conirostrum speciosum</i>	Figuinha-de-rabo-castanho
<i>Conirostrum bicolor</i>	Sanhaçu-do-mangue
<i>Zonotrichia capensis</i>	Tico-tico
<i>Volatinia jacarina</i>	Tiziu
<b>PASSERIDAE</b>	
<i>Passer domesticus</i>	Pardal

Fonte: IBAMA/CEMAVE - NE

Quanto a entomofauna, há uma pesquisa em andamento e temos apenas levantamentos preliminares das espécies de borboletas realizados por KESSELRING (Tab. VI), durante os quais foram observadas 51 espécies pertencentes a 12 Famílias, entre estas a famosa “Monarca”, espécie que no Hemisfério Norte tem comportamento migratório. Segundo o autor, o número de espécies observadas é muito pequeno, se comparado ao número da reserva do Buraquinho, assim como, algumas espécies foram observadas apenas uma vez.

<b>TABELA VI</b>	
<b>Lista preliminar das espécies de Borboletas observadas na Mata da AMEM</b>	
(Continua)	
<b>Família e espécies</b>	<b>Observações</b>
<b>Papilionidae</b>	Não foi observada, ainda, a quarta espécie paraibana: <i>Parides polymetus</i> . Que ocorre na Mata do Buraquinho, apesar de ser rara.
<i>Papilio thoas braziliensis</i>	
<i>Battus polydamas</i>	
<i>Papilio anchysades capys</i>	
<b>Satyridae</b>	
<i>Taygetis tamyra</i>	
<i>Pierella lamia</i>	
<b>Pieridae</b>	
<i>Ascia monuste orseis</i>	
<i>Eurema albula</i>	
<i>Pieris buniae</i>	
<i>Phoebis sennae</i>	
<i>Anteos minippe</i>	
<b>Brassolidae</b>	
<i>Caligo teucer</i>	
<i>Brassolis sophorae</i>	As lagartas dessa espécie são a temida praga dos coqueiros
<i>Opsiphanes cassiae</i>	
<i>Opsiphanes quitéria</i>	
<b>Danaidae</b>	
<i>Danaus plexippus eripus</i>	A famosa “Monarca” da América do Norte, que anualmente faz migração até o México, onde passa o inverno, voltando na primavera para as regiões de origem. No Brasil, não faz migrações
<i>Lycorea cleobaea halia</i>	
<b>Heliconidae</b>	As lagartas de todas estas espécies vivem em passiflora
<i>Agraulis vanillae</i>	
<i>Dione juno</i>	
<i>Dryas Julia</i>	As vezes bastante numerosa na Mata
<i>Philaetria dido</i>	
<i>Eueides isabella dianassa</i>	
<i>Heliconius melpomene nanna</i>	
<i>Heliconius erato phyllis</i>	
<b>Ithomidae</b>	
<i>Scada reckia</i>	
<i>Mechanitis nessaea</i>	Lagartas gregárias em Jurubeba
<b>Hesperiidae</b>	Até agora foram observados apenas 5 espécies pequenas, não determinados.
<b>Lycaenidae e Theclinae</b>	Até agora apenas duas espécies observadas, não determinados.

<b>TABELA VI</b>	
<b>Lista preliminar das espécies de Borboletas observadas na Mata da AMEM</b>	
(Conclusão)	
<b>Morphidae</b>	
<i>Morpho achillaena anakreon</i>	A grande borboleta azul com margem preta. Em alguns anos numeroso, em outros mais escassa. Lagartas em Ingá e outras árvores da Mata.
<b>Nymphalidae</b>	
<i>Euptoieta hegesia</i>	
<i>Historis odius</i>	
<i>Biblis hypaeria</i>	
<i>Colobura Dirce</i>	
<i>Preopona demophon</i>	
<i>Hamadryas amphynome</i>	Lagartas gregárias em <b>Dalechampia</b> (“tamarana”).
<i>Hamadryas februa</i>	Lagartas solitárias em <b>Dalechampia</b> .
<i>Hamadryas feronia</i>	
<i>Adelpha cytherea</i>	
<i>Anaea ryphaea</i>	
<i>Prepona antimache</i>	
<i>Siproeta stelenes</i>	
<i>Dynamine mylitta</i>	
<i>Marpesia chiron</i>	
<i>Anartia jatrophae</i>	
<i>Junonia everete</i>	
Até agora não foi observado nenhum exemplar das seguintes famílias: <b>Riodinidae, Acraeidae</b> (raríssimo na reserva do Buraquinho), <b>Dismorphinae, Euchiloinae, Eunicinae, Libytheinae</b>	

FONTE: KESSERING, 1998 (dados não publicados), citados no Projeto para a obtenção de Registro de Criadouro Conservacionista junto ao IBAMA

Para a elaboração dessa dissertação, fizemos um levantamento preliminar da flora predominante na reserva (Tab. VII). O método de averiguação foi à identificação direta das plantas, nesta fase o Assistente de Meio Ambiente da Mineradora MILENIUM, Claudeci Santana da Silva, foi nosso guia para identificação dentro da reserva. Após a identificação empírica cruzamos as informações com as listas apresentadas pelo Dr. Antônio Sergio Tavares de Melo citada em ROCHA (1996:164), com a lista da Flora da Área da Mineradora MILENNIUM – PB (revisada e ampliada em 1998 pelo Departamento de



Engenharia Florestal da Escola de Lavras - MG) com o Dicionário Pio Correia das Plantas Úteis do Brasil. O primeiro documento foi elaborado para toda área da restinga de Cabedelo, enquanto que o segundo trata de uma área florestal de restinga no extremo Norte do litoral da Paraíba no município de Camaratuba já o terceiro é um guia de referência para quem trabalha com vegetação. A lista que apresentaremos a seguir resume-se somente a área de estudo.

<b>TABELA VII</b>		
<b>Levantamento preliminar da flora da Mata da AMEM</b>		
(Continua)		
Nome(s) comum(ns)	Nome científico	Observações
Açoita-cavalo	<i>Luehea ochrophylla</i>	árvore grande; cascas adstringentes e anti-reumáticas
Ameixa-brava	<i>Xymenia americana</i>	arbusto; cascas adstringentes, fruto comestível; sementes oleaginosas
Amescla, almécega, almíscar	<i>Protium sp</i>	árvore média; óleo da casca hemostático e baslâmico; frutos comestíveis
Angelim	<i>Andira sp.</i>	sementes vermífugas
Araçá, araçá-branco	<i>Psidium albidum</i>	arbusto; folhas adstringentes; frutos comestíveis
Antúrio	<i>Anthurium sp.</i>	erva; muito usado em jardinagem e paisagismo
Bacupari	(1) <i>Salacia sp</i> / (2) <i>Rheedia gardneriana?</i>	(2) árvore pequena; frutos comestíveis, pouco saborosos
Bati-da-mata, batiputá	<i>Ouratea sp</i>	arbusto ou arvoreta; sementes encerram óleo comestível, anti-reumático e cicatrizante
Bucha	(1) <i>Cayaponia angustiloba</i> / (2) <i>Luffa cylindrica</i> ?	(2) erva escandente; polpa do fruto purgativa; desobstruente e vermífuga
Cacto-grande, cardeiro	<i>Cereus pernambucensis</i>	do caule desse cacto, misturado com outras plantas, faz-se xarope para afecções pulmonares (tosse, catarro)
Cactus-rasteiro	<i>Pilosocereus hapalacantus</i>	escandente, ornamental
Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i>	pedúnculo floral comestível; amêndoa comestível quando assada

<b>TABELA VII: Levantamento preliminar da flora da Mata da AMEM</b> (Continua)		
Camaçari	(1) <i>Caraipa densifolia</i> / (2) <i>Terminalia fagifolia</i>	(2) árvore pequena
Canela-de-veado, canela-do-mato	<i>Linharea aromatica</i> ? <i>Hellietta cuspidata</i> ?	árvore média; exala cheiro de cravo-da-índia
Cavaçu-da-mata, cabuçu, cauçu,	<i>Coccoloba latifolia</i>	árvore pequena; cascas e raiz usadas contra doenças venéreas (leucorréia, blenorragia)
Cipó-de-fogo	<i>Tetracera breyniana</i>	trepadeira de caule lenhoso; decocto das folhas usados contra problemas linfáticos
Coqueiro	<i>Cocos nucifera</i>	estirpe grande; amêndoa grande comestível
Coroa-de-frade	<i>Melocactus violaceus</i>	cacto pequeno, globoso; ornamental
Culhão-de-bode, carrancudo, bom nome ?	<i>Maytenus erythroxylum</i>	árvore média; folhas usadas em chás, aparentemente sem efeito terapêutico
Cumichá-preto	<i>Erythroxylum andrei</i>	
Cupiuba, pau-pombo	<i>Tapirira guianenses</i>	árvore grande; cascas taníferas
Embaúba	<i>Cecropia sp.</i>	árvore média a grande; chá das folhas usado para dores de coluna
Feijão-da-praia	<i>Canavalia maritima</i>	
Gonçalo-alves, sete-cascas	<i>Astronium graveolens</i>	árvore grande; óleo dos frutos e cascas cáustico, usado contra calos e dor de dente
Imbé	<i>Philodendrum imbe</i>	erva; folhas tóxicas, mas usadas em banhos anti-reumáticos
Imbiridiba	<i>Buchenavia capitata</i>	
Ingá-tripa	<i>Inga capitata</i>	
Jaboticaba-brava, Maria-preta	<i>Eugenia flava</i>	arbusto; frutos comestíveis
João-mole	<i>Guapira noxia</i>	
Jurema-branca	<i>Pithecolobium sp.</i> / (2) <i>Piptadenia sp.</i>	
Jurubeba-amarela	<i>Solanum paludosum</i>	arbusto; baga com propriedades tônicas (na forma de fermentado)
Licuri-da-praia, aricuri	<i>Arikuryroba schisophylla</i>	
Lírio	<i>Lilium sp.</i>	erva; ornamental
Lixeira	<i>Curatella americana</i>	árvore pequena; folhas secas serve de lixa; frutos encerram tinta escura
Louro-canela/louro-de-cheiro	<i>Ocotea sp.</i>	árvore média;

<b>TABELA VII: Levantamento preliminar da flora da Mata da AMEM</b> (Continua)		
Mangabeira	<i>Hancornia speciosa</i>	árvore pequena; produz látex, usado para tratar tuberculose; fruto comestível saboroso;
Mangue-branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	árvore pequena a média; rica em tanino
Mangue-vermelho	<i>Rhizophora mangle</i>	árvore média; cascas ricas em tanino, usadas como adstringente
Mangueira	<i>Mangifera indica</i>	árvore grande; frutos muito saborosos; semente com propriedades vermífugas
Maniçoba	<i>Manihot galziovii</i>	arbusto; produz látex
Maçaranduba	<i>Manilkara salzmanii</i>	árvore média a grande; cascas adstringentes; frutos comestíveis
Meladinho	<i>Stylosanthes guianensis</i>	
Mulungu	<i>Erythrina sp.</i>	árvore média a grande; casca com propriedades calmantes (infusão)
Murici-da-mata	<i>Byrsonima sericea</i>	árvores pequena; frutos comestíveis
Murta-branca	<i>Eugenia insípida</i>	arbusto; frutos comestíveis de sabor ácido
Murta-vermelha	<i>Eugenia puniceifolia</i>	
Ninho-de-cobra		
Oiti-coró	<i>Couepia rufa</i>	árvore; fruto comestível
Oiticica	<i>Licania tomentosa</i>	árvore grande; sementes ricas em óleo usado na fabricação de tintas
Orelha-de-rato		
Orquídea-terrestre		erva; ornamental, porém pouco usada pela difícil floração
Pau-d'arco-amarelo	<i>Tabebuia chrysotricha</i>	árvore grande; ramos usados pelos indígenas na produção de arcos; muito usada na arborização urbana; flores amarelas
Pau-d'arco-roxo	<i>Tabebuia avellanadae</i>	árvore grande; ramos usados pelos indígenas na produção de arcos; usada na arborização urbana, porém menos que a anterior; flores arroxeadas
Pau-de-jangada	<i>Apeipa tiboubou</i>	árvore média; madeira usada na construção de jangadas

<b>TABELA VII:</b> <b>Levantamento preliminar da flora da Mata da AMEM</b> (Conclusão)		
Pau-de-são-João	<i>Zollernia ilicifolia</i>	
Pau-de-sangue	<i>Pterocarpus violaceus</i>	
Pau-ferro	(1) <i>Chamaecrista bahiae</i> / (2) <i>Caesalpinia leiostachya</i>	(2) árvore grande; cascas adstringentes
Pau-marfim	<i>Melochia umbelata</i>	árvore média; cascas adstringentes
Pau-santo	<i>Zollernia ilicifolia</i>	árvore média; cascas taníferas; frutos comestíveis
Peroba	<i>Aspidosperma sp.</i>	árvore grande
Pitombaçu-falso	<i>Matayba guianensis</i>	
Sombreiro	<i>Clitoria racemosa</i>	árvore média
Sucupira-preta	<i>Bowdichia virgilioides</i>	árvore pequena ou média; folhas forraginosas; cascas adstringentes, empregadas contra diarreia
Tamburi	<i>Enterolobium sp.</i>	legume contém saponina hemolítica

**Fonte:** Levantamento realizado em campo no ano de 1999

Diante dessas evidências, somos reticentes aos que dizem que a restinga tem solos pobres e a mata é rala. Em verdade, esses argumentos são utilizados pelos que vêm a natureza apenas como recursos e não como suportes de nossas histórias. O que os torna cegos para ver as múltiplas formas de vida existentes nessas áreas. Não apostando, inclusive, na nossa criatividade para viver da diversidade. Nesse aspecto, a comunidade do Renascer, que interage com esse ambiente rico e diverso, tem outras leituras a apresentar.

*Volta* - [SUMÁRIO](#)

*Continua* - [CAPÍTULO 5](#)

## 5. O RENASCER

“O espaço é a prisão original. O território é a prisão que os homens constroem para si”.  
(RAFFESTIN).

Às margens da sociedade e do Estuário do Rio Paraíba, entre a miséria e a mata, a comunidade em questão limita-se ao norte com a Mata da AMEM, ao sul com um emergente distrito comercial e industrial, a leste com a BR 230 e a oeste com o Rio Mandacaru. Segundo a Prefeitura Municipal de Cabedelo - PMC, ali habitam 5.196 pessoas distribuídas em 1.128 famílias, *“estas advindas em sua maioria das ‘extintas’ favelas Beira Rio, Favela da AMEM e Radional. Esta ocupação deu-se a partir da década de 80 com os Programas financiados pelo Governo do Estado/BNH/BNDES e FINSOCIAL”*.(GOMES, 1986)

As famílias que foram removidas para o Renascer já contabilizavam em suas histórias de vida diversos momentos de rupturas com seus locais de origem. Segundo GOMES (op. cit.,p.21), 61,8% já residiam em favelas e sua ida para esse conjunto estaria ligada a desastres ocorridos no endereço anterior (desabamentos). Outro dado importante, diz respeito as suas origens primeiras, nesse caso, 56,4% eram imigrantes, desses 54,8% vieram do meio rural contra 45,2% provenientes de áreas urbanas.

Em 1986 foi traçado um perfil sócio-econômico do Renascer onde, os moradores estavam assim representados: **Profissões:** 27,2% são *pedreiros*, 3,6% *ajudante de caminhão*, 12,7% *vigia*, 7,3% *empregada doméstica*, 5,6% *pescador etc.* Em um outro quadro; de **Atividades complementares**, 52,9% dos entrevistados responderam que *faziam biscates*; **Uso de transportes:** 47% *ônibus*, 15% *bicicleta*, 38% *nenhum*; **Renda familiar:** “38% até 1 salário mínimo (s.m.), 34% de 1 a 2 s.m., 9% 2 a 3 s.m., 3% mais de 3 s.m. e 16% sem remuneração; **Situação de emprego:** 47,3% *empregados* e 52,7% *desempregados*; **atividades complementares:** 69,1% *não*, 30,9% *sim*; **Combustível que usa em casa:** 65% *GLP*, 7% *carvão*, 25% *lenha cortada ou coletada na Mata*, 2% *outros.* (GOMES, 1986)

Porém, o Renascer agora oferece uma ampla rede de serviços aos seus moradores como: posto médico, posto policial, escola de 1º grau, mercado público, padarias, igrejas, estação ferroviária etc., elementos não presentes em 1986 e pelos quais acreditamos que o quadro sócio-econômico também tenha sido alterado.

Em 1999, o Programa Saúde da Família – PSF, da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Cabedelo – PMC, apresenta os seguintes dados sobre a comunidade do Renascer:

**TABELA VIII**  
Demografia do Conjunto Renascer

Faixa etária.	< 1	1 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 49	50 a 59	> 60	Totais
Masculino	11	328	150	249	333	278	791	197	91	95	2.523
Feminino	15	147	156	214	327	330	909	226	113	136	2.673

Fonte: Prefeitura Municipal de Cabedelo, Secretaria de Saúde, Programa Saúde da Família – PSF, 1999

**TABELA IX**  
Escolaridade

Faixa etária	Nº total	Na escola	Alfabetizados	%
7 a 14 anos	1.123	990		88,16
15 anos e +	3.166		2.184	68,98

Fonte: PSF/SESAU/PMC 1999

Sobre as condições de moradia e saneamento, formas de organização social, meios de transporte e informação, a pesquisa revela os seguintes dados:

**TABELA X**  
Habitação

Tipo de Moradia	QTD	%
Tijolo/adobe	1.114	90,72
Taipa revestida	19	1,55
Taipa não revestida	22	2,20
Madeira	04	0,33
Material aproveitado	39	3,18
Outros	25	2,04

Fonte: PSF/SESAU/PMC 1999

**TABELA XI**  
Lixo

DESTINO DO LIXO	QTD	%
Coletado	1.010	82,25
Queimado/enterrado	03	0,25
Céu aberto	215	17,51

Fonte:PSF/SESAU/PMC 1999

**TABELA XII**  
Uso da água

TRATAMENTO DA ÁGUA NO DOMICÍLIO	QTD	%
Filtração	395	32,17
Fervura	31	2,52
Cloração	524	42,67
Sem tratamento	278	22,64

Fonte: PSF/SESAU/PMC 1999

**TABELA XIII**  
Abastecimento

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	QTD	%
Rede pública (CAGEPA)	1.181	96,17
Poço ou nascente	02	0,24
Outros	44	3,58

Fonte: PSF/SESAU/PMC 1999

**TABELA XIV**  
Detritos Sanitário

DESTINO DAS FEZES E URINAS	QTD	%
Sistema de esgoto	25	2,04
Fossas	818	66,61
Céu aberto	385	31,35

Fonte: PSF/SESAU/PMC 1999

**TABELA XV**  
Ao adoecer

EM CASO DE DOENÇA PROCURA	QTD	%
Hospital	453	36,89
Unidade de saúde	775	63,11
Benedeira		
Farmácia	05	0,41
Outros	11	0,90

Fonte: PSF/SESAU/PMC 1999



**TABELA XVI**  
Meios de comunicação

MEIOS DE COMUNICAÇÃO QUE MAIS UTILIZADOS	QTD	%
Rádio	526	42,83
Televisão	853	69,46
Outros	20	1,63

Fonte: PSF/SESAU/PMC 1999

**TABELA XVII**  
Como se organiza

PARTICIPA DE GRUPOS COMUNITÁRIOS	QTD	%
Cooperativa	01	0,08
Grupo religioso	418	34,04
Associações	12	0,98
Outros	79	6,43

Fonte: PSF/SESAU/PMC 1999

Curiosamente, nesse quadro parecem faltar informações, a quantidade de pessoas consultadas não é igual à apresentada em outros quadros, mas, como os dados são do PSF e são gerados anualmente, acreditamos serem confiáveis. Há um baixo nível de organização se considerarmos apenas, as opções apresentadas. Em contrapartida, o item religiosidade pode ser indicador de que outras formas de organização são ativas na comunidade. Pois estas independem de uma estrutura burocrática.

**TABELA XVIII**  
Transporte

MEIOS DE TRANSPORTE	QTD	%
Ônibus	1.149	93,57
Caminhão	08	0,65
Carro	44	3,58
Carroça	07	0,57
Outros	276	22,48

Fonte: PSF/SESAU/PMC 1999

O quadro meio de transporte não apresenta a opção bicicletas, apesar de Cabedelo ser o município, da Paraíba, que mais tem esse tipo de transporte por habitante, por ter uma topografia plana. E no Renascer ele é muito utilizado, o que se verifica na Mata da AMEM nos horários de ida e vinda do trabalho, inclusive, GOMES em 1986 apresenta 15% de usuários desse tipo de transporte.

Os números que apresentaremos a seguir, se comparados com os de GOMES (1986), demonstram que a mobilidade social na área é mínima.

**TABELA XIX**  
Ocupação

Atividade profissional	QTD	%
Pedreiro	02	7
Armador	01	4
Pescador	04	14
Pescadora	02	7
Serviços gerais (ajudantes)	05	17
Coletores(as)	04	13
Costureira	01	4
Aposentado(a)s	02	7
Téc. Em refrigeração	01	4
Estudante	02	7
Lavadeira	01	4
Passarinheiro	01	4
Pastor de cabras	01	4
Raizeiro(a)s	01	4

Fonte: Dados gerados em campo 1998/99

Os dados relativos a lixo, que a céu aberto apresenta um índice de 17,51%, tratamento de água, onde 22% utilizam sem nenhum cuidado ou o sistema de esgoto que só serve a 2% da comunidade, são informações as quais, acreditamos ser desnecessário dizer que a comunidade do Renascer é constituída por uma população de baixa-renda. Se fizermos uma análise mais apurada das estatísticas, poderemos fazer outras leituras. No entanto, não é nosso objetivo nessa dissertação. Porém, algumas atividades da comunidade continuam existindo e nestas relações entre comunidade, o lugar e políticas públicas é que levantamos o questionamento: *Como garantir a gestão de Áreas Protegidas, considerando-se as inter-relações mentais e práticas das comunidades de entorno sobre estes territórios?* No caso, há uma demonstração clara e objetiva que a Mata é uma área que pode ser considerada como uma extensão do conjunto. Tal afirmação pode ser verificada nas entrevistas que realizamos com os grupos de coletores e usuários da Mata as quais descreverei nos próximos capítulos.

## 6. AMEM: ENTRE NEOCURUPIRAS E OS GRUPOS DE COLETORES, COLETORAS E USUÁRIOS

“Sem a auto-compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos”.(TUAN 1980)

As estratégias de gestão, conservação, preservação e manutenção da vida silvestre em nosso país, de um modo geral, têm sua gênese calcada numa lógica biologizante e unilateral. Esse quadro começa modificar-se a partir da década de 90, quando se inicia no movimento ambientalista uma mudança paradigmática de seus *modus operandi*, de uma forma de ação eminentemente biocêntrica, passa a ser discutida/aceita uma sociabilização da sua forma de pensar/agir. No seio do Estado, essa mudança culmina na criação do Conselho Nacional de Populações Tradicionais – CNPT, e conseqüentemente com a aceitação e criação das Reservas Extrativistas, cuja origem está ligada à luta dos seringueiros. No entanto, os resquícios das primeiras formas de concepção de Áreas Protegidas são o que têm fundamentado as instituições públicas. Por outro lado, essa ótica mostrou-se insuficiente para gerir áreas protegidas e unidades de conservação, pois, como vimos no decorrer desse

trabalho, APs antes de ser uma invenção do Estado, era uma necessidade/exigência social.

Esses territórios têm uma dinâmica própria cuja ordem é criada em função de inúmeras variantes, e a principal é a sazonalidade. Essa categoria ambiental por excelência, define não só o que deve ser explorado, mas como deve ser utilizado. Há, em verdade, um conjunto ou teia tão intrincada nessa relação homem meio ambiente que seus tentáculos vão além das imposições proibitivas estabelecidas pelos grupos gestores/dominantes.

Para o IBAMA, segundo SANTOS (1988:8), gestão ambiental é: “Conservar os recursos naturais, evitar situações irreversíveis de degradação a médio e longo prazo, evitar a contaminação e melhorar a qualidade de vida da população”. Se nos ativermos a esse conceito proposto pelo órgão gestor da Mata da AMEM e, fizermos um paralelo com a real situação de gerenciamento daquela unidade, veremos que esse pressuposto serve, apenas, para constar no papel. Já que na área inexistente qualquer prática ou desejo de alcançar o conceitual e mesmo, esse marco exclui possibilidades de autonomia para o “poder local”, ou seja, o estabelecimento de parcerias entre IBAMA, município e comunidade, que suscite na autonomia dos dois últimos para tomada de decisões sobre seus territórios.

Gestão vem do latim *gestione* que quer dizer, ato de gerir; gerência, administração<sup>1</sup>. A gestão de áreas públicas num país como o Brasil sofre de uma doença congênita, a qual têm suas origens no modelo de gestão colonial, onde áreas

públicas tornavam-se privadas pelo ato da possessão. Essa forma equivocada de apropriar-se dos ambientes comuns, ou de uso social resultou numa apropriação indébita dos lugares, em detrimento do bem-estar e direito coletivo e perdura até hoje.

“Na época que fui superintendente, é que teve a aquisição da Mata da AMEM, o IAA tinha sido extinto e o DPU estava com a área, mas bastante preocupado, pois havia empresários querendo se apoderar da AMEM para lotear. EI<sup>2</sup> 7 (Engenheiro Florestal)”.

A inexistência de uma consciência de cidadania no seu sentido pleno – não só dos direitos e deveres, mas das nossas obrigações com o universo – nos países pobres economicamente, favorece de certa forma ao aviltamento de ambientes naturais, onde sua qualificação ainda está por ser definida.

Apesar de nesse momento estar sendo colocado novos paradigmas à gestão de áreas públicas, ainda há uma resistência muito grande na aceitação desses novos rumos/modelos. Pois as grandes áreas ainda não apropriadas pelas oligarquias, seja urbana ou rural, têm sido objetos de conflitos desiguais e ordenados com o intuito de garantir, mais uma vez, um amplo esquiteamento do país beneficiando, apenas, uma parcela da sociedade. Dessa forma, os remanescentes de florestas, ainda existente, na cidade ou no campo têm passado por dificuldades de aceitação de seus títulos como ambientes que são patrimônios de uma nação. Ou de

---

<sup>1</sup> Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Edição de 1996.

<sup>2</sup> EI= Entrevista institucional, o número após a sigla indica o nº do entrevistado. Quando aparecer, EC= Entrevista com a comunidade, o número, idem anterior.

como, a invenção de um órgão ambiental, é apenas uma fachada para o resguardo desses testemunhos? Para contextualizar essas indagações, basta observarmos o esforço feito pelos ruralistas para a alteração do código florestal. Ou o total abandono de uma estrutura, como o IBAMA, construída em uma década.

A criação e gestão das áreas protegidas federais na Paraíba estão atreladas a um sistema burocrático e arcaico, o qual procuramos mostrar na **tabela XX**. Essa é só uma amostra de como o IBAMA se comporta diante dos conflitos. Para reforçar esse quadro, dentro do órgão, salvo algumas exceções, as proposições são, em sua maioria, elaboradas a partir do fenômeno ou dos casos pontuais, fato que à distância da abrangência dos problemas que ocorrem numa esfera maior - sistêmica, ou seja, uma área protegida é apenas um elemento de uma relação social ou política dentro de um território cuja abrangência pode ser global. Sua manutenção, conservação, proteção ou preservação depende exclusivamente de como vários atores se relacionam nessas áreas. *“O Estado moderno é muito grande, suas fronteiras muito arbitrárias, sua área muito heterogênea para infundir o tipo de afeição que surge da experiência e do desenvolvimento íntimo”*. (TUAN, 1980:115)

O IBAMA, por mais que ele tente melhorar, ele não vai conseguir progredir muito porque o modelo gerencial ao qual ele está submetido é altamente burocrático, engessante. No IBAMA, cria-se ritos administrativos e processuais que o impede de dar respostas rápidas, pois o meio ambiente é uma área muito dinâmica, não espera que o burocrata tire o papel da gaveta ou que se faça uma licitação para comprar pneus. EI 6 (Biólogo)

<b>TABELA XX</b>					
<b>Unidades de Conservação Federal no Estado da Paraíba, atual estado de gerenciamento<sup>3</sup>:</b>					
(Continua)					
P E R F I L		APP Mata do Buraquinho	APA da Barra do Rio Mamanguape	Mata da AMEM	REBIO Guaribas
	Ano de criação	1989	1993	1994 (sem decreto)	1990
	Principais funções	Preservação de testemunho da Mata Atlântica	Garantir o habitat do peixe-boi marinho e conservação de manguezais	Preservação e conservação de restingas e manguezais	Proteger amostras significativas da Mata Atlântica
	Tratamento da população	Proibição de uso, apesar das comunidades permanecerem no entorno e usando	Populações permanecem na área conforme legislação	Proibição de uso, apesar das comunidades permanecerem no entorno e usando	Desapropriação e conflitos
	Gestão	Federal	Federal	Federal	Federal
	Motivo da criação	Proteger mananciais, flora e fauna	Garantir o habitat do peixe-boi marinho	Preservação de testemunho de restinga alta	Implantação da da ESEC Mamanguape

<sup>3</sup> Baseado em: Rôper, Monika. Geografia Social e Unidades de Conservação. Reflexões teóricas e exemplos da Bacia do Alto Rio Paraguai (Mato Grosso).



<b>TABELA XX:</b>					
<b>Unidades de Conservação Federal no Estado da Paraíba, atual estado de gerenciamento</b>					
(Conclusão)					
		APP Mata do Buraquinho	APA da Barra do Rio Mamanguape	Mata da AMEM	REBIO Guaribas
<b>P R O B L E M A S</b>	Instrumentos de manejo	Macrozoneamento elaborado	Não há plano de manejo e uso	Não há plano de manejo e uso	Plano de ação emergencial
	Infra-estrutura	Infra-estrutura precária e inexistência de pessoal	Infra-estrutura precária, falta de pessoal.	Infra-estrutura precária e inexistência de pessoal	Financiamento do PNMA possibilitou a criação de uma estrutura satisfatória.
	Processo de implantação	Decreto sem consulta comunidade	Autoritário sem consulta as cidades envolvidas	Apropriação e expulsão de usuários	Desapropriação, com demarcação autoritária.
	Atores sociais envolvidos e atingidos	Comunidades urbanas, turismo e Educação ambiental.	Loteamentos, turismo, comunidades tradicionais e indígenas.	Comunidades urbanas, turismo e Educação ambiental.	IBAMA, CETEP e representação da comunidade (não reconhecida)
	Processos regionais paralelos	Comunidades desorganizadas no entorno, muitos interesses políticos envolvidos.	Pressão da indústria canavieira, comunidades indígenas e pescadores.	Comunidades desorganizadas no entorno, uso sistemático dos recursos gerenciamento insuficiente.	Comunidade expulsa de suas atividades ancestrais, conflito com caçadores e agricultores, pressão da indústria canavieira.

Fonte: Dados gerados em campo 1999

A Mata da AMEM é um exemplo cabal de como as relações são anteriores ao surgimento de uma consciência ecológica instrumental. Nota-se que a importância da mata para os usuários têm as mesmas dimensões dos outros atores existentes na área, se o IBAMA apresenta-se enquanto “neocurupira” dos espaços naturais, a comunidade do Renascer atribui valores e estabelece atitudes nessa área recheada de simbologias semelhantes, ou seja, há um conhecimento da importância da Mata e sua valoração pode ser considerada nas mesmas proporções à empregada pelo IBAMA e PM Florestal. Esse sentimento/pertencimento é um traço topofilico das relações sociedade natureza.

“A palavra ”topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se têm de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água terra. Mais permanente e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com o lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de ganhar a vida”. (TUAN 1980:107)

A base da relação entre comunidade e organismos gestores da Mata da AMEM é de permanente conflito, fruto da inexistência de diálogo, não só com a comunidade do Renascer, mas também entre PM Florestal, IBAMA e Asilo de Idosos. Para VIANNA:

“Os conflitos podem ser analisados sob o ângulo de cada uma das partes envolvidas, que, genericamente, consideram seu opositor como agente causador do problema. Assim, dependendo do referencial, as

partes são agentes e vítimas ao mesmo tempo. O poder público, ao implantar uma unidade de conservação de modo unilateral e arbitrário, é agente de conflito para as populações locais, que neste caso são vítimas, pois não podem mais viver nestas áreas, do modo como viviam antes. Já para o poder público, as populações são agentes de conflitos, porque com suas atividades e ocupação são causadoras de problemas, impactos e ameaças ao cumprimento dos objetivos das unidades. Para o Poder Público (inclusive para algumas entidades ambientalistas), estas populações tornam-se marginais, a partir da criação destas unidades, já que suas atividades passam a ter um caráter clandestino. Estas populações são, inclusive, apontadas por alguns como o fator de maior problema para a implantação de Unidades de Conservação”. (VIANNA, 1996:82)

Reside aí o foco da falta de um programa de gestão? Segundo o IBAMA, a comunidade destrói as cercas e melhorias que são feitas na Mata. Segundo os técnicos desse órgão, nunca houve um programa de gestão dessa ou de qualquer unidade.

“Não tive orientação nenhuma, a ordem que tinha era de cercar a Mata e preservar no que pudesse ser feito, mas, nenhuma orientação específica foi repassada pra gente”. EI 1.

“Não tinha nenhum plano estratégico montado pelo IBAMA nem tão pouco pela Polícia Florestal, aos poucos é que foi se assentando, se acomodando e eu acho que hoje é que deve ter<sup>4</sup> esse plano de proteção”. EI 4.

“Olha, a primeira vez que eu vi alguma política do IBAMA com relação a Unidades de Conservação foi nesse ano de 1999, quando governo, IBAMA e Ministério estabeleceram como meta, ampliar em 10% o espaço territorial protegido por UCs. Essa foi a primeira vez em 12 anos de serviço, que eu vi uma meta política do IBAMA com relação a áreas de conservação. Até hoje não havia uma orientação específica, sempre foi manejar as áreas e proteger da melhor maneira possível”. EI 6.

---

<sup>4</sup> Engano do entrevistado, até hoje não há nada específico.

A análise dos dados da pesquisa de campo e bibliográfica indica que, os usuários da Mata podem ser divididos em dois grupos, a saber:

A – Grupo de coletores e coletoras.

Composto por parentes e amigos da vizinhança. Buscam na mata e no estuário do Paraíba produtos para suprir suas necessidades dietéticas, econômicas e sociais. A maioria reside no Conjunto Renascer e uma pequena parcela é do Jardim América;

B – Grupo de visitantes, que pode ser subdividido em dois:

b1 - formado pelos que buscam a mata para o lazer, seu e de seus amigos e familiares.

Têm a mata como área de escape para as pressões cotidianas. Assim, ela é um lugar de abrangência de seu bairro. Utilizam-se de frutas e plantas com fins dietéticos e medicinais e a mata como área de lazer (trapiche, prainha e caminhos). Composto, principalmente, por pessoas da comunidade do Renascer.

b2 - composto por pessoas de João Pessoa e outras cidades

Buscam a mata para visitar o Asilo de Idosos, aproveitando a oportunidade para passear e coletar frutas e plantas para utilizar como remédios, às vezes, levam mudas de plantas para seus locais de origem.

O grupo de *coletores e coletoras* se encaixaria nas definições clássicas de *população tradicional*, que o CNPT utiliza, pois há traços e práticas deles que os assemelham aos conceitos adotados por esse Centro e pelo IBAMA.

“São consideradas populações tradicionais aquelas que tradicional e culturalmente, têm sua subsistência baseada no extrativismo de bens naturais renováveis. Atribuímos uma certa flexibilidade ao conceito em virtude da grande diversidade de comunidades que podem e devem ser atendidas dentro de nosso programa. São povos da floresta, que subsistem do extrativismo da borracha e da castanha, são quebradeiras de coco babaçu nos rebordos da Amazônia, *são pescadores e catadores de moluscos no litoral brasileiro*, são vaqueiros ‘Kalungas’, estes compostos de negros fugidos da escravidão e que a dois séculos mantém seus quilombos no interior de Goiás. A rigidez do conceito poderia nos levar à eliminação de alguns grupos humanos (tais como os Kalungas) deste atendimento oferecido pelo Governo, que seria no mínimo, eticamente indesejável”. (SIQUEIRA & BELLIA 1992:5, in VIANNA 1996:115).

“São consideradas populações tradicionais todas aquelas comunidades que dependam culturalmente do extrativismo de recursos naturais renováveis e que ocupam ou se utilizam de um mesmo território há várias gerações. A partir dessas atividades extrativistas, organizam seu modo de vida, graças a uma tecnologia que não ocasiona impacto considerável sobre o meio ambiente, ou seja, que se utiliza de recursos naturais como estratégia de sobrevivência”. (BEHR 1994: 337).

Observa-se que a comunidade do Renascer têm a Mata como um patrimônio e vê na ação do IBAMA e PM Florestal uma necessidade para a conservação, eles até aceitam as atitudes proibitivas. No entanto, querem um disciplinamento e uma definição/qualificação da reserva (Tabela XXIX) para que possam desfrutar com mais tranquilidade. Para TUAN (1980:114), *“ser despejado, pela força, da própria casa e do bairro é ser despido de um invólucro, que devido a sua familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior”*.

“Podia fazer dessa mata como na Bica, que as pessoas pode visitar. Eles podiam fazer assim porque essa mata parada aqui não tem graça”. EC 3.

“O mato verde pra gente são muito importante porque fica ventiloso”. EC 3. (dona de casa e coletora de frutas)

“É ótimo o que o IBAMA tá fazendo, porque antigamente as pessoas tiravam muita madeira, derrubava tudo e ficava a mata oca”. EC 3 (dona de casa e coletora de frutas).

“Depois que o IBAMA proibiu, até o mangue tá ficando fechado de mato, ta uma beleza”. EC 3 (dona de casa e coletora de frutas).

“Pra mim a mata é muito boa, ela me dá os medicamentos. Tem muita gente que não sabe o que é, para muitos é boa porque vai fumar a maconha deles, outros, o negócio é destruir, acabar com o que tem mas para muita gente a Mata é adorável”. EC 4 (raizeiro)

Os dois grupos têm percepções diferenciadas do lugar, seja pela sua estrutura social, pelas suas necessidades instrumentais, assim como pelas suas diferenças religiosas. A Declaração do Rio, “Carta da Terra”, em seu princípio 22 consta que “Os estados devem reconhecer e apoiar de formas apropriadas a identidade, cultura e interesses dessas populações e comunidades, bem como

habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável”. O que se percebe na Mata da AMEM é o inverso do que propugna o IBAMA e os documentos mestres do ambientalismo mundial, não há acenos no sentido do estabelecimento de parcerias ou de uma gestão compartilhada.

“Esse IBAMA é bom demais, porque do jeito que tava indo, só esse pessoal que faz carvão, ia acabar o mangue todo. Na carreira que ia não ia sobrar nenhum pau”. EC 5 (pescador)

“A melhor coisa que o IBAMA fez foi proibir de cortar mato no Mangue”. EC 5 (pescador)

“Deixar o mato fechado é uma coisa linda demais, ele cortado era uma destruição”. EC 5 (pescador)

Cada pessoa desenvolve um sentimento diferente com o seu lugar, que depende de sua condição social e da sua imersão nesse *locus*. No entanto, para viver, o homem deve ver algum valor em seu mundo. Para descrever esse mundo precisa-se, antes de tudo, adentrar-se nos seus meandros, pois o relato, apenas visual, esconde sentimentos cuja tinta não consegue expor. Em ocorrendo num território a relação dos homens e mulheres com o meio é quem deve indicar o formato da gestão a ser executado. Nessa perspectiva, há para cada situação uma abordagem metodológica a ser empregada. Isto acontece, obviamente, a partir de uma análise das histórias, das relações e das percepções da interatividade que os grupos têm com a área protegida. Cada dia mostra-se mais necessária uma visão holística de gerenciamento, integrado e participativo.

“Tem muitos pobres que não tem condições de comprar um bujão de gás, eles tiram lenha pra cozinhar, pegam caranguejos, frutas, mariscos, e peixes. Essa mata e o mangue é a salvação deles”. EC 1<sup>5</sup> (pescador/vigilante)

“Dia sim e outro não, eu pego capim pros mocós que eu crio pra comer. Lá em casa, eu tenho, minha vó tem e os meninos também. São 15 fêmeas e 8 machos, todos criados com esse capim da beira da linha”. EC 2 (coletora de capim e dona de casa)

A Mata da AMEM, apesar de estar nestes últimos 7 anos sob os cuidados de um órgão gestor de meio ambiente, apresenta um estado de conservação insuficiente e frágil, seja pela falta de conhecimento dos gestores, pela forma autoritária como é gerida, pela falta de um projeto de gerenciamento e até por falta de compromisso político da administração do IBAMA local. Apesar de sua importância ecológica e estratégica no que diz respeito à restinga, pouco ou quase nada foi feito nestes anos para a efetivação de uma unidade com independência e definição ecoadministrativa ou pela construção de um programa de co-gestão.

“Não tenho o que dizer. Acho que devia deixar as pessoas andar. A gente já usa nos fins de semana, pra passear com os meninos, fazer um lazer, andar, pegar umas frutas, então quando não tem o que fazer a gente vem aqui no mato, onde a gente mora não tem uma área assim”. EC 7 (Pescador e auxiliar de serviços gerais)

“Acho que não precisa mudar nada, do jeito que a Mata ta hoje ela é muito agradável”. EC 7 (Pescador e auxiliar de serviços gerais)

“Agora vem muita gente passear, visitar os velhinhos no AMEM, essas sempre vem ver os bichos as plantas (nas instalações do IBAMA) ali no

---

<sup>5</sup> Com esse entrevistado descobrimos mais um subproduto que a Mata oferece, pois o mesmo estava coletando um pequeno crustáceo conhecido como “TESOURA”, para utilizar como isca, esse caranguejo é abundante na área de apicum existente na reserva.



IBAMA tem um trapiche que as pessoas ficam sentadas olhando a maré encher, tomam banho na prainha e pescam. Eu mesmo já fiz tudo isso. É muito bonito”. EC 10 (Pedreiro e coletor de frutas)

“A gente vem passear na Mata, porque é melhor né. Pode respirar mais um pouquinho e procurar uns araçazinhos para comer”. EC 11(estudante)

“Fizemos toda a infra-estrutura da Mata da AMEM e mandamos o projeto de transformação daquela área em uma **Estação Ecológica**<sup>6</sup>. Porque era a única modalidade que se coadunava com o tipo de utilização que a gente estava dando à área”; EI 8 (Agrônomo)

“Construímos as cercas e colocamos placas, que serve para afugentar os menos afoitos”; EI 8 (Agrônomo)

“É difícil administrar só com pessoas, acredito numa administração efetiva dessas áreas quando estivermos fazendo por satélite”; EI 8 (Agrônomo)

“Em que pese a AMEM não ter o Decreto como Estação Ecológica, ela já funciona como tal. Talvez seja a área que tenha o maior número de técnicos, já tem um POFOM e um Centro de Triage de Animais Silvestre lá dentro, Escritórios da REBIO Guaribas e APA da Barra do Mamanguape. Mantém-se lá todo um serviço de excelência<sup>7</sup> na área de UC”. EI 8 (Agrônomo)

Os moradores do Renascer têm como marca serem despossuídos. As transferências de um para outro lugar (migração, favelização e remoção) são processos de perda do invólucro, no qual houve um investimento emocional por vários anos. Como diz TUAN: “o lugar têm importância ancestral e totêmica e não cênica, interessantes e bonitas”. (op. cit. 1980:113). Os **grupos de coletores e usuários** continuam utilizando-se da Mata como fazia antes da intervenção do

---

<sup>6</sup> De fato existe uma proposta, da qual somos co-autores.

<sup>7</sup> Questionável, já que esses setores do IBAMA têm suas atribuições específicas, neste sentido, eles Não trabalham PARA a Reserva Mata da AMEM e sim, NA Reserva

IBAMA. Em contrapartida, esse órgão não percebe que o que herdou é fruto de uma relação entre os grupos e a reserva.

“Essa cerca não impede das pessoas entrar, elas toram o arame e entra”; EC 10

“Venho aqui com a mulher e os meninos, eles estavam aperreando em casa, vim só da uma voltinha pra espaiecer”; EC 12 (carpinteiro).

“Tem um caminho que facilita muito para quem trabalha no Bessa e mora no Renascer, é bem mais perto indo pela Mata. Corta caminho e é mais agradável, por causa da friagem e do cheiro de mato”. EC 12 (carpinteiro)

“Eu acho que para o lazer da gente, nós vimos fazer visita aos velhinhos e passeia pela Mata, tem a mata que é muito bonita, tem esse IBAMA com o trapiche para ver o rio”; EC 14 (visitante, usa a mata como lazer)

“Não acho que destruir essa mata seja uma boa, essa mata ajuda a aliviar o calor do Renascer”. EC 14 (visitante, usa a mata como lazer)

“A gente não encontra vara cortada. Eu acho que eles não tão explorando a Mata, estão é preservando, do mesmo jeito que o IBAMA ta pretendendo fazer junto com a Policia Florestal”; EI 9 (Ag. De Inspeção da Pesca e pescador)

“A semente ta criando uma nova floresta por dentro dessa que a gente vê”. EI 9 (Ag. de Inspeção da Pesca e pescador)

Pelo contrário, as práticas do IBAMA são mais prejudiciais à unidade que as da comunidade, pois seus métodos de utilização, relevam as dinâmicas ambientais. A supressão de partes da restinga para instalação de setores do IBAMA nesses últimos sete anos, como: campo de futebol, POFOM, CETAS e a área aterrada para deposito de material apreendido, é proporcionalmente (Croqui já visto anteriormente p. 70) maior do que a área utilizada pela comunidade em 16 anos de

convivência, até porquê os Grupos de coletores/coletoras e usuários, não utilizam um único lugar com frequência, há sempre uma rotatividade dos ambientes, mesmo que aleatória.

Esse modelo de gestão unilateral tem sido inclusive, prejudicial ao monitoramento da reserva. Como exemplo, podemos citar a poluição gerada pelas firmas de concretagem instaladas no entorno da Mata. Que aos olhos da comunidade, conforme depoimentos, está causando danos irreversíveis na área. No entanto para o IBAMA, apesar da denúncia fundamentada e documentada (Documento IBAMA/SEMAM/PR – SUP. ESTADUAL/PB nº 281/99 – 14, que até hoje não obtivemos resposta). Esse descaso ou omissão com essa floresta é só um reflexo da política local com áreas protegidas.

“Agora existe depredação ta entendendo, não diretamente mas, indiretamente. Porque aqui perto existe essas empresas de concreto, quando eles estão lançando o cimento, forma uma nuvem branca do lado direito da Mata, onde esta derrubando e caindo várias árvores devido o pó do cimento

Se o IBAMA fizer um grupo e for por dentro da Mata, vai ver que as árvores estão todas caindo, as raízes apodrecendo, devido a massa desse cimento”; EC 15 (Estudante)

“Esse pessoal (o do Renascer) não liga pra isso mas, ela é importante pra gente respirar ar puro, porque se não fosse ela (a Mata) a gente tava sofrendo muito com a poluição, pelo menos tem esse negócio do cimento (empresas de concretagens) que lá em casa ta acabando com minhas plantas. Essa fumaça chega na minha casa. Dentro de casa a mulher limpa a mesa, de manhã amanhece aquilo branco. Já coloquei até uma tela por causa da criança, mas não tem jeito, as minhas plantas tão morrendo”. EC 4 (raizeiro)

Sobre as Empresas de Concretagem podemos dizer que, a instalação delas no entorno da Mata da AMEM está causando alguns problemas de poluição. Na análise feita pelo Laboratório de Química de Produtos Naturais da UFPB, em material coletado na reserva, constatou-se que: foi encontrado **material inorgânico** depositado na superfície das folhas; teste positivo para **silicatos**; uma **baixa concentração de cera foliar**; os sedimentos dissolvidos em água (1g/10ml), apresentou PH entre 8,1 e 8,6. Sobre os silicatos, sabemos que partículas de sílicas ao penetrarem nas células do epitélio dos alvéolos pulmonares, agem a nível de membranas lisossômicas, rompendo-a e acarretando a liberação de enzimas digestivas, resultando assim num processo pontual de autólise, ou seja, destruição total das células.

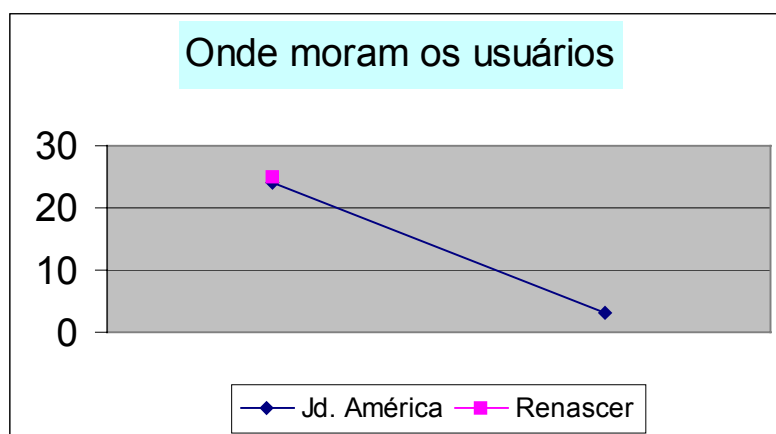
Como não há uma contenção (filtros) do lançamento de resíduos na atmosfera, esses são emitidos pelos equipamentos de misturação na forma in natura, e com a colaboração dos ventos alísios de sudeste (correntes de ar predominantes na região por nove meses no ano que sopram numa velocidade de 4 m/s), as partículas têm se alojado na copa de parte das árvores da Mata, fato que está causando danos à essa reserva. Apesar da situação ser recente, já se percebe a formação de uma película espessa de calcário sobre as folhas, o que se supõe estar colaborando com o aumento significativo da temperatura sob sua superfície foliar e diminuindo a capacidade fotossintética das árvores, por bloquear a captação de luz. Esse quadro que pode se agravar, levando, inclusive, a perdas irreversíveis de parte da floresta, caso não haja uma intervenção urgente e direta na origem de tal problema.

Dois aspectos não previstos no projeto estavam presentes na AMEM: uma atividade de pastoreio, onde o pastor de cabras com seu rebanho de 70 cabeças relatou a perda do pasto (também pela poluição das firmas de concretagem) e confidenciou-nos que sua atividade já vem sendo desenvolvida há dez anos e que também usa a mata como campo de pastagem. O segundo aspecto, diz respeito à presença de coletores de caju e turistas que parecem usar mais a área nos finais de semanas e feriados da época de produção de frutas, quando a presença do IBAMA e da PM é menos ostensiva, reforçando a idéia de que sem os gestores oficiais, a comunidade intensifica o uso desse ambiente.

O desenvolvimento da enquete em campo levou-nos a conferir algumas peculiaridades dos *grupos de coletores e coletoras e de usuários*, como: a organização para a coleta que é fundada em pressupostos familiares, onde crianças e adultos utilizam a Mata sem haver organização prévia, a não ser a disponibilidade de frutas e frutos do estuário. Outro aspecto revelado, diz respeito à territorialidade do grupo, pois, a Mata não é para o coletor o espaço mais importante do ponto de vista da coleta. Este faz uma distinção entre espaço que oferece conforto e o que oferta alimento, sendo inclusive valorados de forma diferenciada. Assim, apresentaremos na seqüência tabelas e gráficos que são os resultados de nossa pesquisa, como também alguns questionamentos, os quais, antes de apontar para resultados, procura problematizar questões que são intrínsecas da relação, sociedade natureza.

**TABELA XXI**  
Onde moram os usuários

Residência	Bairro	Quantidade
	Renascer	24
	Jd. América	03

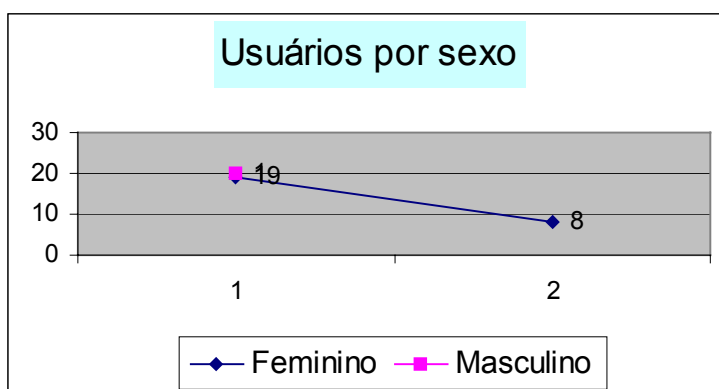


**Gráfico II Onde moram os usuários da Mata**

Dos entrevistados, 90% residem no Conjunto Renascer, dado demonstrativo de que para essa comunidade a Mata é uma fonte de recursos e uma extensão de seu lar, já que o módulo residencial nesse bairro é minúsculo (24 m<sup>2</sup>) oferecendo pouco conforto, climático, lumínico etc

**TABELA XXII**  
Usuários por sexo

Feminino	08
Masculino	19

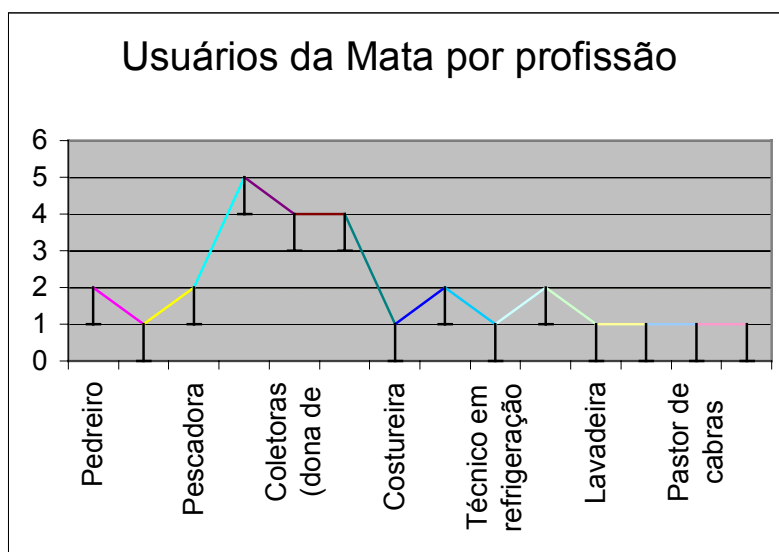


**Gráfico III, Usuários por sexo**

O número de homens em atividade na Mata supera em mais de 100% ao número de mulheres. Esse dado pode sugerir algumas hipóteses, dentre elas: Talvez o desemprego esteja afetando sobremaneira as comunidades circunvizinhas, fato que pode levar a um sobre-uso da reserva; ou que o homem caçador e coletor, mesmo nos espaços urbanos, têm esse dote como se fosse uma prerrogativa do gênero e mesmo que, numa sociedade patriarcal como a nossa, o homem tem mais tempo que a mulher.

**TABELA XXIII**  
Usuários por profissão

Atividade	Profissão	Quantidade
	Pedreiro	02
	Armador	01
	Pescadora	02
	Serviços gerais (ajudante)	05
	Coletoras (dona de casa)	04
	Pescador	04
	Costureira	01
	Aposentado	02
	Técnico em refrigeração	01
	Estudante	02
	Lavadeira	01
	Passarinheiro	01
	Pastor de cabras	01
	Raizeiro	01



**Gráfico IV, Profissão dos usuários**

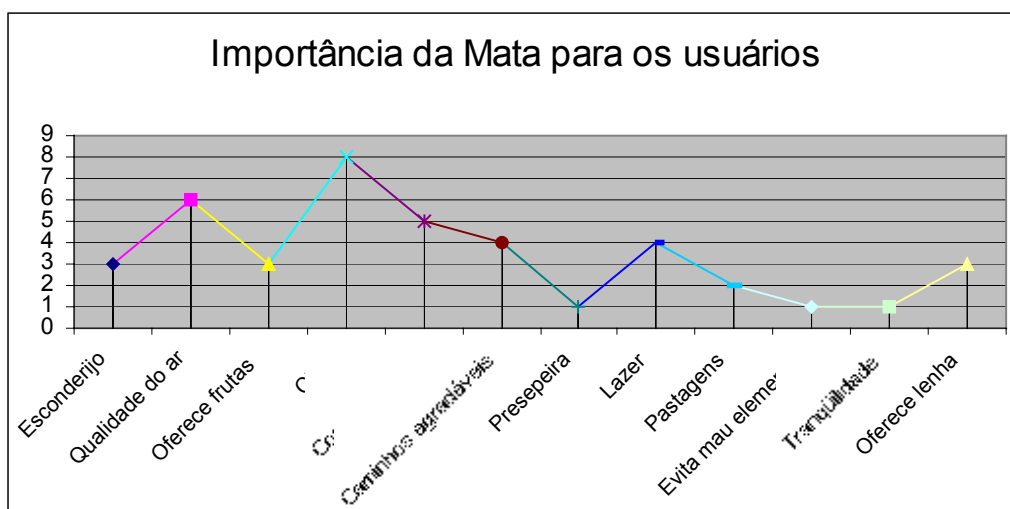
Do total dos entrevistados, cerca de 1/3 tem suas profissões ligadas ao que a Unidade oferece, portanto, sobrevivem da Mata e de seus produtos, um



número representativo se extrapolado para as duas comunidades, esse número aproxima-se aos apresentados por GOMES (1986), mostrando que não há mobilidade profissional. Os outros 2/3 são profissionais que se dedicam a essa atividade esporadicamente, seja por diletantismo ou por necessidade;

**TABELA XXIV**  
Quais os valores da mata para os usuários

Qual a importância dessa Mata para você, para sua cidade, seu Estado e seu país?	Argumentos	Quantidade
	Esconderijo	03
	Qualidade do ar	06
	Oferece frutas	03
	Clima	08
	Contemplação	05
	Caminhos agradáveis	04
	Presepeira	01
	Lazer	04
	Pastagens	02
	Evita mau elementos	01
	Tranqüilidade	01
	Oferece lenha	03



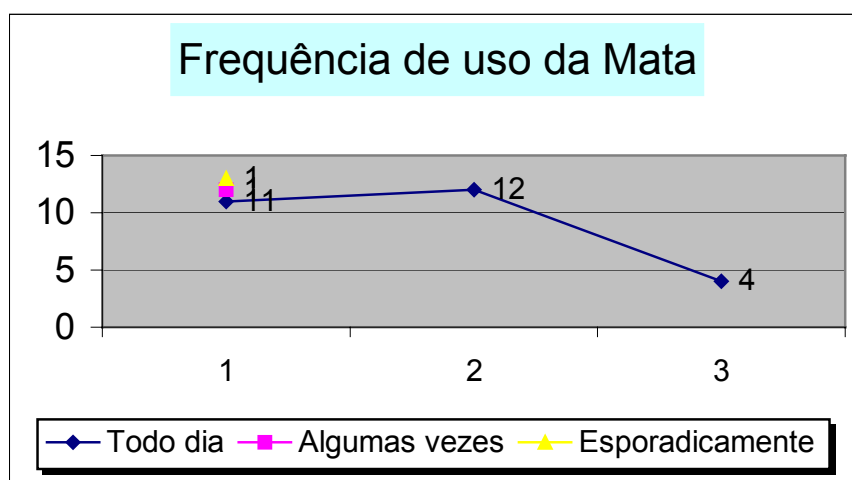
**Gráfico V Importância da Mata**

Do item, importância da Mata para os usuários traçamos o eixo dessa pesquisa. Aí é onde aparece a representação social dos grupos sobre o espaço de convivências e conflitos. Atributos como:

- Esconderijo: que um é valor ambíguo. Pois se para alguns ela serve de esconderijo para marginais. Outros se sentem seguros dentro da Mata, chegando a usa-la para se esconder;
- Qualidade do ar e clima: e não “fornecimento de oxigênio”, é uma prova do conhecimento da unidade como reguladora de conforto ambiental (discurso bem atual, afinado com as grandes preocupações do ambientalismo no mundo);
- Contemplação, caminhos agradáveis e lazer: são valores demonstrativos tanto do conhecimento sobre a área como de uma afetividade entre ambos. Seria impossível querer uma reserva sem termos carinho por ela;
- Presepeira: é um atributo de ligação do mundo natural com religiosidade, a Mata e os seres invisíveis na percepção dos usuários, coletores e coletoras tem uma estreita vinculação.
- Oferecer pastagens e lenha: faz parte de uma relação de uso e da capacidade de suporte da área, assim como, da necessidade e manutenção de uma história de vida que se dicotomiza entre o urbano e o rural;

**TABELA XXV**  
Qual a intensidade de uso da mata

Com que frequência usa esses caminhos ou qualquer outro produto desta Mata?	Todo dia	Algumas vezes	Esporadicamente, quando há frutas
	11	12	04

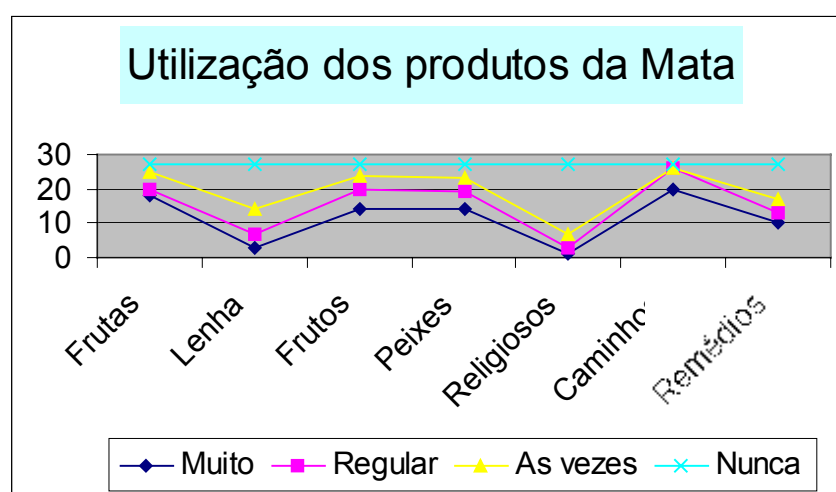


**Gráfico VI. frequência de uso da Mata**

A frequência de utilização da Mata é uma questão relativa, pois há um uso permanente por parte considerável dos grupos, como também, uma regularidade de uso por todos. Neste quesito, pode-se estudar a capacidade de suporte da unidade, como também a disponibilidade dos recursos. No entanto, verifica-se que o uso mais intenso, diz respeito ao trânsito ou caminhos, por motivos já apresentados antes;

**TABELA XXVI**  
Quais os produtos que se usa da mata

Destes produtos que a Mata oferece quais o Sr(a). já se beneficiou/coletou?							
Freqüência	Frutas	Lenha	Frutos	Peixes	Religiosos	Caminhos	Remédios
Muito	18	03	14	14	01	20	10
Regular	02	04	06	05	02	06	03
As vezes	05	07	04	04	04	----	04
Nunca	02	13	03	04	20	01	10

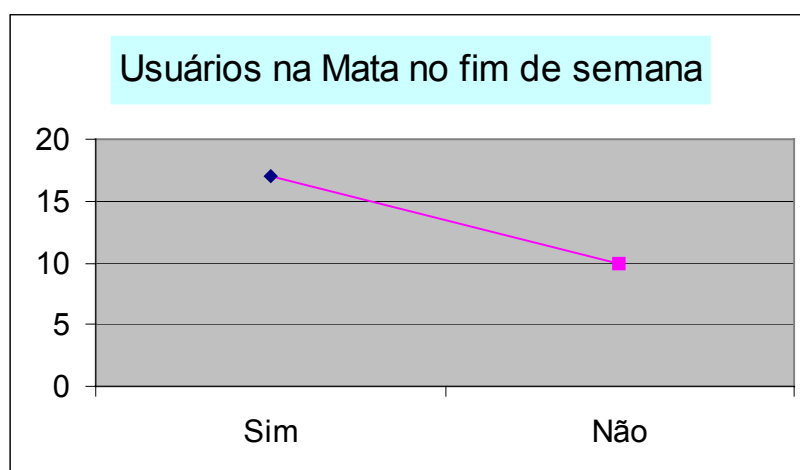


**Gráfico VII**

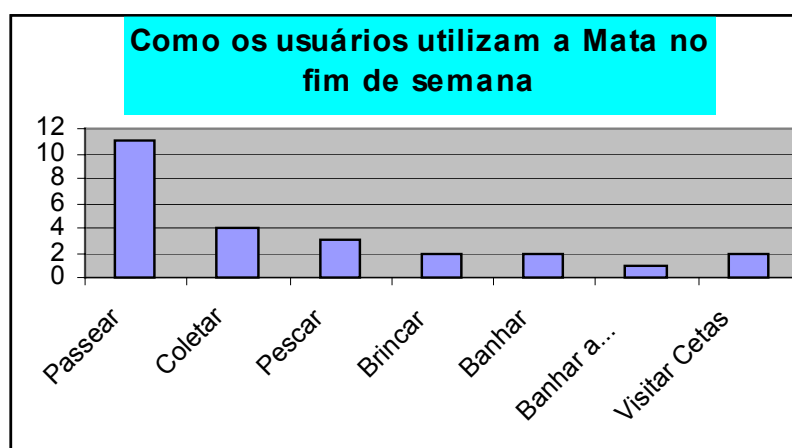
Provavelmente, todos os recursos ofertados pela Mata recebem ampla utilização na comunidade. No entanto, verifica-se que dois deles são indicadores fieis da relação cotidiana que os grupos tem com a unidade. Os caminhos que os conduz ao trabalho e ao lazer, assim como, as frutas que são um complemento dietético e econômico.

**TABELA XXVII / XXVIII**  
Como utilizam a mata nos finais de semana

Costuma vir na Mata nos finais de semana?	Sim	Não	Se sim, fazer o quê?	
			Argumentos	Quantidade
	17	10	Passear	11
			Coletar frutas	04
			Pescar	03
			Brincar	02
			Banhar no rio	02
			Banhar animais	01
			Visitar o CETAS	02



**Gráfico VIII Quem vem a Mata nos fins de semana**

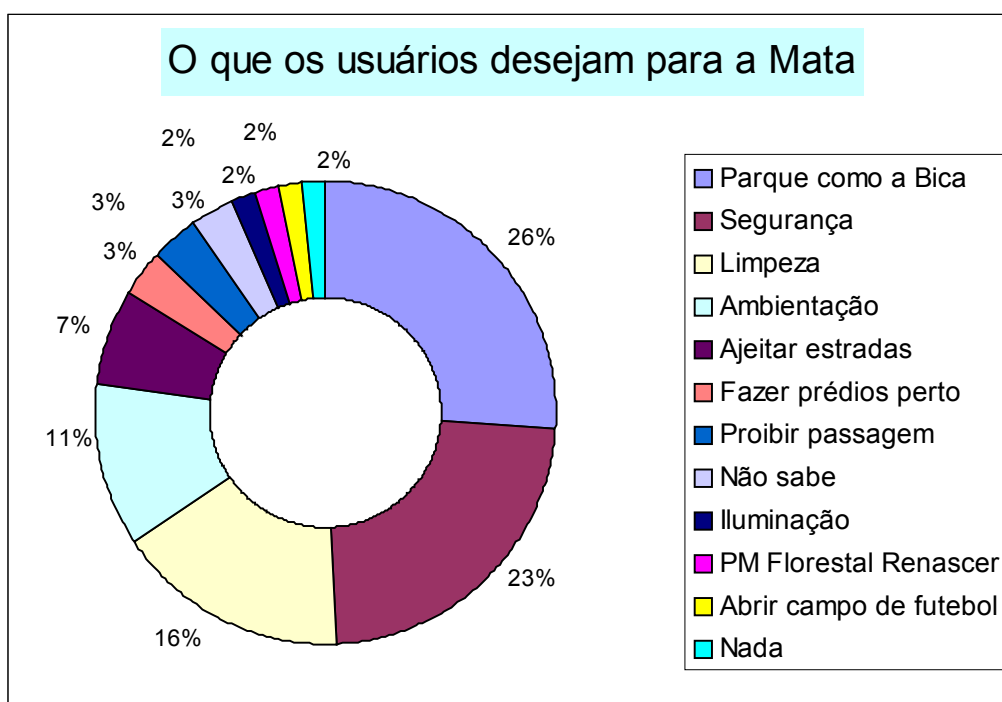


**Gráfico IX O que fazem na Mata**

O uso da Mata nos finais de semana nos dá uma dupla leitura dessa atitude. Primeiro porque não há expediente no IBAMA e o efetivo da PM Florestal é reduzido, aspecto que confere aos usuários uma maior liberdade de locomoção e atividade. Segundo porque os números demonstram ser a Reserva um espaço, sobretudo, de lazer e de contemplação. Portanto, nada mais justo que nos dias de folga de trabalho haver mais utilização;

**TABELA XXIX**  
O que pode ser feito da mata

Argumentos	Quantidade
Parque como a Bica	16
Ajeitar estradas	04
Limpeza	10
Nada	01
Segurança	14
Abrir campo de futebol	01
Fazer prédios perto	02
Proibir passagem	02
Ambientação (áreas de lazer com piscinas e quiosques)	07
Não sabe	02
Iluminação	01
Mudar o tratamento que a Polícia Florestal tem com o Renascer	01



**Gráfico X O os usuários desejam para a Mata**



Há uma preocupação permanente com os espaços de lazer, eles desejam uma área de uso com disciplina, higiene e segurança. Vale salientar que o que diferencia os atuais gestores da comunidade do Renascer, é que esta não compreende o porquê da Mata intocável. Ela quer ver a área ser transformada numa unidade, seja qual for, para que possam desfrutar com segurança e sem medo de estar pondo em risco “esse troço de incologia”.

## **6.1 Quem destrói o quê?**

As imagens a seguir representam o registro do cotidiano dos grupos de usuários, coletores e coletoras, bem como do IBAMA. Tentamos fazer um contraste entre um e outro, com o propósito de questionar: quem destrói o que?



Foto II: Material apreendido pelo IBAMA sendo depositado na Mata, sob a observação de um fiscal. Foto: Elivan Arantes.



Foto III: Coletoras de frutas descansando. Foto: Elivan Arantes.



Foto IV: Vista do interior da Mata Trilha de coletore(a)s de caranguejos e frutas. Foto Elivan Arantes.



Foto V: Terreno sendo posto a venda no lado NE da Mata, onde pode ser instalado indústrias químicas, já que não há disciplinamento. Foto: Elivan Arantes.



Foto VI: Caminhão do IBAMA depositando material apreendido pela fiscalização no interior da Mata. Foto: Elivan Arantes



Foto VII: Coletore(a)s indo em busca frutas. Foto: Elivan Arantes.



Foto VIII: Área sendo queimada pelo IBAMA para aumentar o terreno do POFOM. Foto Elivan Arantes.



Foto IX: Raizeiro em busca de ervas com seu instrumento de trabalho, uma faca. Foto: Elivan Arantes.



Foto X: Área da Mata afetada pelas Empresas de Concretagem. Foto: Elivan Arantes



Foto XI: Crianças brincando com carrinhos de rolemã sob os trilhos da RFFSA, no interior da Mata. Foto: Elivan Arantes.



Foto XII: Vista da entrada da Mata, caminhos agradáveis. Foto: Elivan Arantes



Foto XIII: Pescadores do estuário do rio Paraíba, após o descanso na Mata. Foto: Elivan Arantes.





Foto XIV: Área de apicum após uma queimada. Foto: Elivan Arantes



Foto XV: Pescador coletando “Tesoura” na área de apicum para utilizar como isca. Foto: Elivan Arantes.



Foto XVI: Aterro de parte da Mata para aumentar a área de deposição de material apreendido pelo IBAMA. Foto: Elivan Arantes.



Foto XVII: Coletora de capim que serve para alimentar pequenos animais, como o mocó e o porquinho da Índia. Foto: Elivan Arantes.



Foto XVIII: Área degradada pela ação das empresas de concreto no lado sudeste da Mata. Foto: Elivan Arantes.



Foto XIX: Grupo de senhoras do Renascer em visita a Mata. Foto: Elivan Arantes.



Foto XX: Ritual aos orixás. O aceiro demonstra o cuidado com a possibilidade de propagação de fogo na Mata. Foto: Elivan Arantes.



Foto XXI: Lixo e degradação após o fogo provocado para aumento da área do POFOM. Foto: Elivan Arantes.



Foto XXII: Cabras sendo pastoradas para que se alimente, apenas, do capim existente nas bordas da linha férrea. Foto: Elivan Arantes.

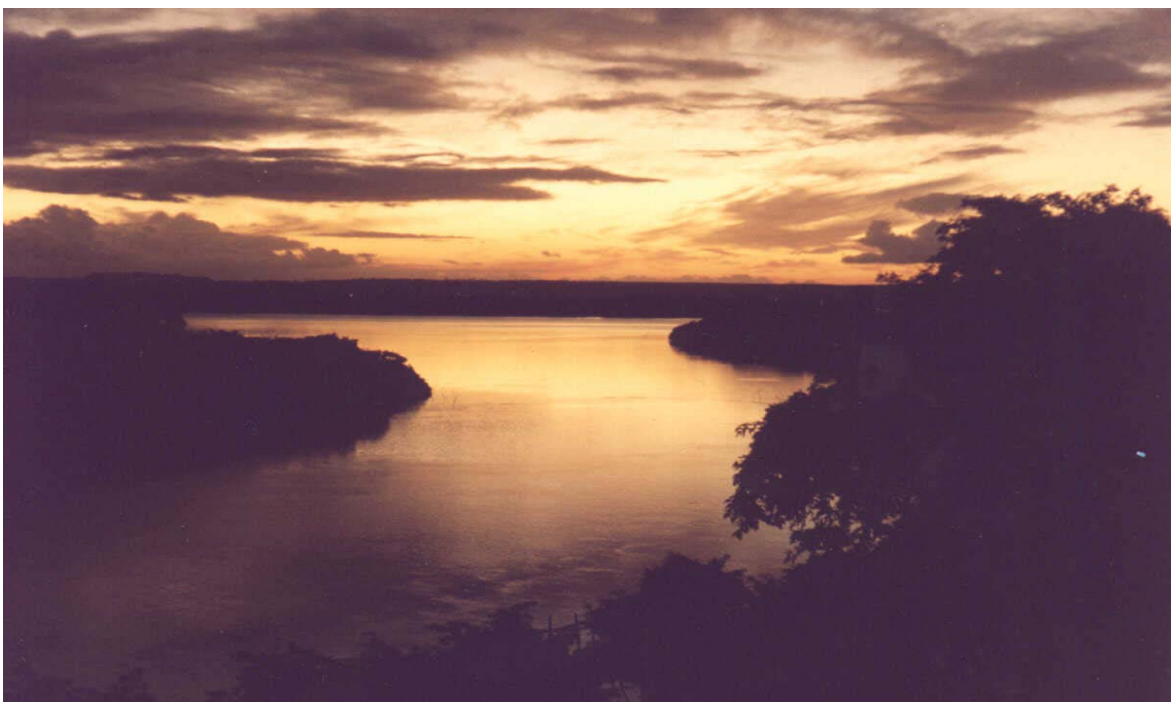


Foto XXIII: Por do Sol na Mata da AMEM e o encontro do rio Mandacaru com o rio Paraíba. Foto: Elivan Arantes.

*Volta* - [SUMÁRIO](#)

*Continua* - [CONCLUSÃO](#)

## **6.1 Quem destrói o quê?**

As imagens a seguir representam o registro do cotidiano dos grupos de usuários, coletores e coletoras, bem como do IBAMA. Tentamos fazer um contraste entre um e outro, com o propósito de questionar: quem destrói o que?



Foto II: Material apreendido pelo IBAMA sendo depositado na Mata, sob a observação de um fiscal. Foto: Elivan Arantes.



Foto III: Coletoras de frutas descansando. Foto: Elivan Arantes.



Foto IV: Vista do interior da Mata Trilha de coletore(a)s de caranguejos e frutas. Foto Elivan Arantes.



Foto V: Terreno sendo posto a venda no lado NE da Mata, onde pode ser instalado indústrias químicas, já que não há disciplinamento. Foto: Elivan Arantes.





Foto VI: Caminhão do IBAMA depositando material apreendido pela fiscalização no interior da Mata. Foto: Elivan Arantes



Foto VII: Coletore(a)s indo em busca frutas. Foto: Elivan Arantes.



Foto VIII: Área sendo queimada pelo IBAMA para aumentar o terreno do POFOM. Foto Elivan Arantes.



Foto IX: Raizeiro em busca de ervas com seu instrumento de trabalho, uma faca. Foto: Elivan Arantes.



Foto X: Área da Mata afetada pelas Empresas de Concretagem. Foto: Elivan Arantes



Foto XI: Crianças brincando com carrinhos de rolemã sob os trilhos da RFFSA, no interior da Mata. Foto: Elivan Arantes.



Foto XII: Vista da entrada da Mata, caminhos agradáveis. Foto: Elivan Arantes



Foto XIII: Pescadores do estuário do rio Paraíba, após o descanso na Mata. Foto: Elivan Arantes.



Foto XIV: Área de apicum após uma queimada. Foto: Elivan Arantes



Foto XV: Pescador coletando “Tesoura” na área de apicum para utilizar como isca. Foto: Elivan Arantes.



Foto XVI: Aterro de parte da Mata para aumentar a área de deposição de material apreendido pelo IBAMA. Foto: Elivan Arantes.



Foto XVII: Coletora de capim que serve para alimentar pequenos animais, como o mocó e o porquinho da Índia. Foto: Elivan Arantes.



Foto XVIII: Área degradada pela ação das empresas de concreto no lado sudeste da Mata. Foto: Elivan Arantes.



Foto XIX: Grupo de senhoras do Renascer em visita a Mata. Foto: Elivan Arantes.



Foto XX: Ritual aos orixás. O aceiro demonstra o cuidado com a possibilidade de propagação de fogo na Mata. Foto: Elivan Arantes.



Foto XXI: Lixo e degradação após o fogo provocado para aumento da área do POFOM. Foto: Elivan Arantes.





Foto XXII: Cabras sendo pastoradas para que se alimente, apenas, do capim existente nas bordas da linha férrea. Foto: Elivan Arantes.

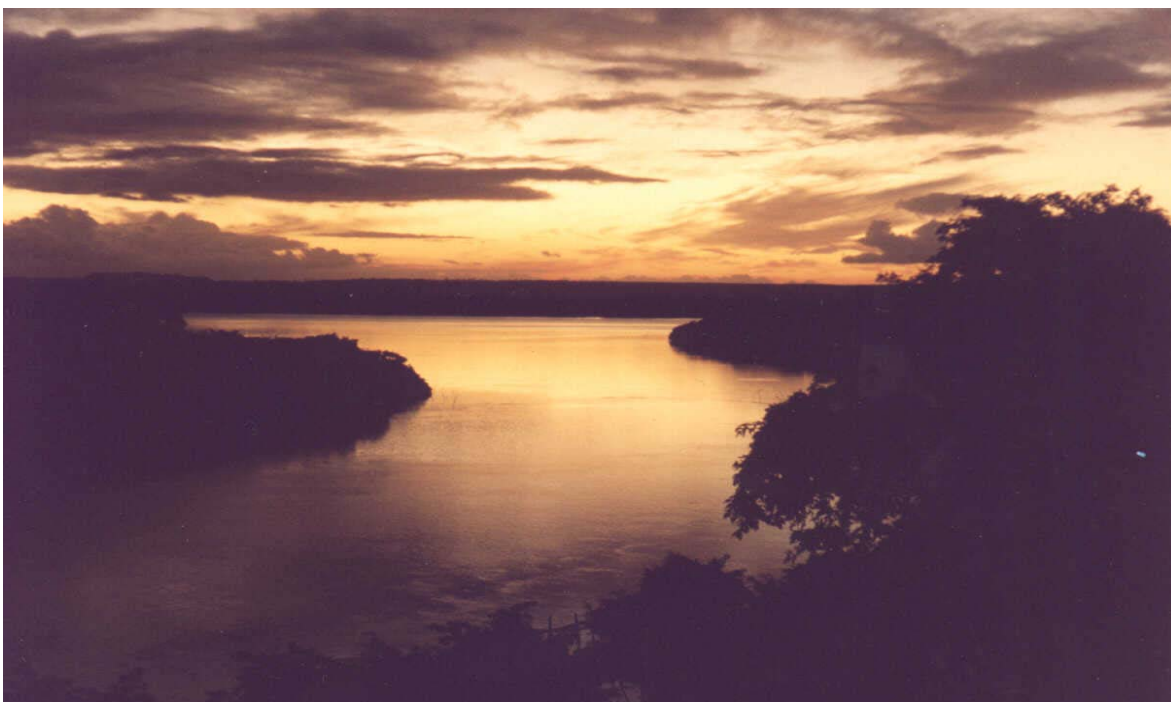


Foto XXIII: Por do Sol na Mata da AMEM e o encontro do rio Mandacaru com o rio Paraíba. Foto: Elivan Arantes.

*Volta* - [SUMÁRIO](#)

*Continua* - [CONCLUSÃO](#)

## 7. CONCLUSÃO

Esse exercício não encerra essa discussão, ele apenas procurou apontar e elencar questões pertinentes a Mata da AMEM e seus gestores, usuários, coletores e coletoras suas relações, percepções e desejos. Acreditamos que na sua essência este documento mostra os pontos divergentes e convergentes dessa teia. Os simbolismos e enigmas dessa tecitura, são só mais um desafio a ser enfrentado por esses atores. Portanto, esperamos que seja acolhido como um passo inicial na busca de um reencontro dos que se apresentam enquanto guardiões daquela reserva florestal e que, hoje caminham em sentidos opostos, mas que nutrem uma relação afetiva com a área.

Como vimos, a comunidade do Renascer e o IBAMA são pretensos defensores da Mata. Mas, por que não estão juntos gerenciando-a? Essa é uma questão ambígua, pois se de um lado o Estado vê-se enquanto o *neocurupira* dessas áreas, por outro, não aceita qualquer um como parceiro. A comunidade vê-se coagida, mas acredita e espera respostas do Estado. O Estado, por sua vez, espera a “conscientização” da comunidade. Em meio a esse “cabo-de-guerra”, só se contabiliza perdas: perde a reserva, perde a comunidade, perde o IBAMA, perde o município de Cabedelo, perde a Paraíba, o país e a humanidade. Diante de tantas perdas, por que não irmos ao diálogo?

Diálogo não é apenas uma palavra, vai além de muitas atitudes, confronta-se com nossas reminiscências, provoca e destrói nossos símbolos e mitos e, no entanto, permite-nos uma nova convivência. Em busca desse novo, temos que nos desarmar, desnudar-mos para essa nova forma de pensar, sentir e agir, onde o outro e *SUAS* peculiaridades devem ser vistos como importante tanto quanto o *MEU* e minhas particularidades. É desse confronto, intravenoso que poderemos aprender e caminhar para esse “futuro”, que tantos falam e poucos o vêem. Onde o pronome será substituído por *NOSSO*. Será tão difícil enxergar esse ponto perdido?

Nesse clima de confrontos, mas de harmonia, pois essa não existe sem o embate dos diferentes e do choque, é que acreditamos na possibilidade de co-gestão. Nessa forma alternativa de gerir, diferenciada do que se pratica hoje, pode estar a saída para alguns problemas, pode ser o elo perdido de nossas relações ancestrais com o mundo em nossa volta, pode ser o escape para nossas incompreensões. Mas, pode ser também, mais um abismo que estamos nos inserindo. Não há certezas, apenas dúvidas. Ou como dizia o poeta:

“De tudo ficaram três coisas:  
 A certeza de que estava sempre começando,  
 a certeza de que era preciso continuar  
 e a certeza de que seria interrompido antes de terminar.  
 Fazer da interrupção um caminho novo,  
 fazer da queda um passo de dança  
 do medo, uma escada,  
 do sonho, uma ponte,  
 da procura, um encontro”.  
 (Fernando Pessoa)

Foram os sonhos, os medos e a procura que nos motivaram nessa empreitada, que mostraram ser possível essa convivência. Sabemos que as

mudanças em geral são traumáticas, mas não impossíveis. Por que não concretizá-las?

O passo inicial foi dado, resta-nos dar continuidade a esse desafio. Para tanto, algumas atitudes devem ser tomadas, outras arestas aparadas e muitas vaidades e caprichos podados. A Mata da AMEM, a Restinga de Cabedelo e seus atores carecem dessa nova ética em suas relações, sob pena, inclusive, desse município entrar dentro do seu limite de riscos. Manter a AMEM anexando-a as outras áreas protegida existente naquela região, torna-se nesse momento uma questão de sobrevivência futura da planície.

As restingas são um tipo de ecossistema muito frágil. A de Cabedelo, além de sua fragilidade natural, conta também com um sistema de desmanche permanente. Resta para a área, apenas, alguns testemunhos de vegetação nativa, Mata da AMEM, Mata do Estado, Ilha da Restinga e os manguezais do rio Paraíba com suas ilhas. Esse conjunto de áreas públicas, se transformados em um corredor de Áreas Protegidas, pode ser a responsável pela futura sustentação ambiental desse município.

Mostramos que as maiores ameaças dessa área têm sido, o surgimento de um parque industrial e comercial ao longo da rodovia BR 230, sem nenhum critério restritivo à instalação de unidades poluentes; o desmanche das ilhas fluviais para a implantação de viveiros e atividades de piscicultura; a especulação imobiliária desordenada, onde não se respeita as áreas públicas; o turismo de veraneio, que não estabelece laços afetivos com o lugar e não gera riqueza; um sistema de gerenciamento oficial oportunista e insuficiente para responder às

questões sociais e ambientais. Sendo estes os visíveis problemas para o meio ambiente no município, acreditamos que a criação da Área Protegida citada, aliada a um processo de gestão participativa, talvez, possa responder ao desafio colocado no começo desse trabalho.

A criação de tal Área Protegida deve, inicialmente, estar atrelada e submetida a um processo permanente de diálogo com seus usuários. Faz-se mister tal preocupação, haja vista o atual estágio de conservação e uso desses fragmentos e do estuário do rio Paraíba. Sabemos que uma AP não deve funcionar, apenas, como restrição ao uso tradicional.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. et. al. *Planejamento ambiental: caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum: uma necessidade, um desafio*. Rio de Janeiro: THEX Editora & Biblioteca Universidade Estácio de Sá. 1999.
- ALMEIDA, Jozimar Paes. *A extinção do arco-íris: ecologia e história*. Campinas: PAPIRUS. 1988.
- ARAÚJO, Adriana Chianca, JARDIM, Liana Medeiros. *Parque de preservação e lazer: Mata da AMEM*. João Pessoa. 1989. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba.
- ARAUJO, Ana Valéria & CAPOBIANCO, João Paulo (org). *Biodiversidade e proteção do conhecimento de comunidades tradicionais*. São Paulo: ISA/The Ford Foundation & The Norwegian Rainforest Foundation, 1996.
- ASSIS, José Chacon. *Brasil 21: uma nova ética para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: CREA-RJ, 1999.
- BADIRU, Ajibola Isau. *O processo de expansão e estruturação urbana de Cabedelo e as influências ambientais*. João Pessoa, 1999. (Dissertação). Mestrado – Universidade Federal da Paraíba.
- BARBORAK, James. Mitos e realidade da concepção atual de áreas protegidas na América Latina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1997. *Anais ...* Curitiba, IAP/UNILIVRE, 1997. 2v.

- BERNARDES, Ângela Tresinari, et. al. *Possibilidades alternativas para o manejo e o gerenciamento das unidades de conservação*. Brasília: IBAMA & PNMA, 1993.
- BERNARDES, Martha Tresinari, MARTINS, Maria Cláudia Camurça. *Orientações e estratégias para formulação e implantação de projetos de educação ambiental para as comunidades vizinhas às unidades de conservação*. Brasília: IBDF/COPLAN, 1988.
- BESERRA, Margarene Maria Lima, et. al. *Plano do sistema de unidades de conservação do Brasil: II etapa*. Brasília: MA/IBDF & FBCN, 1982.
- BITOUN, Jean. Geopolítica do ambiente urbano. SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. *Anais...* Recife, UFPB & PCR, 1992.
- BORRINI-FEYERABEND, Grazia. *Manejo participativo de Áreas Protegidas: Adaptando el método al contexto*. Quito/Equador: UICN-SUR, 1997. (Temas de política social)
- BRAGA, Renato. *Plantas do Nordeste – especialmente do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1960.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRITO, Francisco, CÂMARA, João B. D. *Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: VOZES, 1999.
- BRITO, Maria Cecília Wey. Unidades de conservação: intenções e resultados. In: VEIGA, José Eli (org.). *Ciência ambiental: primeiros mestrados*. São Paulo: ANABLUME & FAPESP, 1998.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS – Comissão de defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. *Projeto de Lei 2.892/92*. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, 1992.
- CAMPANHOLE, A & CAMPANHOLE, H. L. *Todas as constituições do Brasil*. São Paulo: Ática, 1971.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*. São Paulo: CULTRIX, 1993.

- CARVALHO, Francisco de Assis F. & CARVALHO Maria Gelsa F. de. *Vegetação. ATLAS GEOGRÁFICO DO ESTADO DA PARAÍBA*. João Pessoa: UFPB/Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 1985.
- CASTRO, Mary Garcia & FONSECA, Miriam Abramoway. *Gênero e meio ambiente*. São Paulo: CORTEZ; Brasília: UNESCO/EPD, 1997.
- CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. et. al.. *Desenvolvimento sustentável e planejamento: bases teóricas e conceituais*: Fortaleza: UFC, 1997.
- CAVALCANTI, Maria Helena Pereira. et. al. *Uma história de Cabedelo*. João Pessoa: UFPB/NDIHR/BC, 1997.
- CHARITY, Sandra. et. el. *Prioridades de conservação na zona costeira e marinha do Brasil*. Região Nordeste, Brasília: WWF. s/d.
- CNPQ/UFPB/Universite de Bretagne Occidentale. *Geographie et ecologie de la Paraíba*. Brasil/França, 1984. (mimeo)
- CNUMAD. *Nosso Futuro Comum/Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- CONSORCIO MATA ATLÂNTICA. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. *Plano de ação: referências básicas — v 1*. Campinas: EDUNICAMP. 1992.
- CORREA, M. Pio. *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas*. Brasília, IBDF, 1984.
- CUNHA, L. H. Oliveira. et. al. *Reserva extrativistas para regiões de mangue: uma proposta preliminar para o estuário de Mamanguape – PB*. São Paulo: USP/NUPAUPB, 1992.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- DIEGUES, Antonio Carlos de Sant'Ana. *Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: O caso das comunidades Caiçaras*. São Paulo. USP/NUPAUB &CEMAR, 1988.
- \_\_\_\_\_, & NOGARA, Paulo José Navajas. *O nosso lugar virou Parque: Estudo sócio-ambiental do Saco do Mamanguá – Parati – Rio de Janeiro*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.



- \_\_\_\_\_, *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.
- DREW, David. *Processos interativos homem – meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1986.
- DRUMMOND, Maria Auxiliadora. *Oficina sobre gestão participativa em unidades de conservação*. Belo Horizonte: Fundação BIODIVERSITAS, 1998.
- FBCN. *Conceito de conservação*. Trad. J. L. Belart. Belém: SUDAM, 1976.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FOOTE-WHYTE, Wiliam. *Treinando a observação participante*. In *Desvendando as máscaras*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. - 1975
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA/FUNATURA. *Sistema nacional de unidades de conservação – SNUC*: Brasília: IBDF & FUNATURA, 1989.
- GIROT, Pascal O. *Cogestión*. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE PARQUES NACIONAIS Y OTRAS ÁREAS PROTEGIDAS, I., 1997. *Memorias...* Santa Marta/Colômbia: Ministério Del Médio Ambiente, 1997.
- GOMES, Henaldo Moraes. *A FUNSAT e a remoção das favelas: caso do Renascer II*. João Pessoa, 1986. (Monografia). DEGEOC/CCEN/UFPB. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. *As relações sociedade/natureza e a valoração econômica da natureza – o caso da mata do estado – Cabedelo-PB*. João Pessoa, 1999. (Dissertação) PRODEMA/UFP – Universidade Federal da Paraíba.
- GRIFFITH, James Jackson. et. al. *Roteiro metodológico para zoneamento de áreas de proteção ambiental*. Viçosa: UFV/CCA, 1995.
- HECKENDORFF, W. D. & LIMA, P. J. *Climatologia*. In: ATLAS GEOGRÁFICO DO ESTADO DA PARAÍBA. João Pessoa: UFPB/Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 1985.
- HERSCHAMN, Michael. *Comunicação oral*. Programa Fogo Cruzado, TV Bandeirantes, 30/08/98.

- INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA/IBGE.  
<http://ibge.gov.br/> Contagem da população 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/IBAMA. *Marco conceitual das unidades de conservação federais do Brasil*. Guia do Chefe, Projeto Unidades de Conservação. Brasília: GTZ/IBAMA, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/IBAMA. *Roteiro metodológico para o planejamento de unidades de conservação de uso indireto. Braarco conceitual das unidades de conservação federais do Brasil*. Brasília: GTZ/IBAMA, 1996.
- JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Ed. IMAGO, 1976.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas, Papirus: 1989.
- LAGO, Paulo Fernando. *A consciência ecológica: a luta pelo futuro*. Florianópolis: EDUFSCAR, 1991.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- LEAL, Anete. *Áreas ambientais protegidas por Lei na Paraíba*. João Pessoa: IBAMA/PB, 1995. (mimeo)
- LEFF, Enrique. Sociologia y ambiente: sobre el concepto de racionalidad ambiental y lãs transformaciones del conocimiento. *In: VIEIRA, P. F. & MAIMON, D. (org.). As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. APED/NAEA/UFPA, 1993.
- LEITÃO FILHO, Hermógenes de Freitas. Considerações sobre a política e administração. *In Análise ambiental: estratégias e ações*, Cap. 4, Unidades de conservação; TAUKE-TORNISSELO, Samia Maria et. al. (org). Rio Claro: UNESP, 1995.
- LEONEL, Mauro. *A morte social dos rios*. São Paulo: PERSPECTIVA & IAMAN, 1995.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: EDUS, 1970.

- LIMA, Dárdano.de Andrade. Estudos fitogeográficos de Pernambuco. N. 8, Série B. Recife, 1990
- LOWENTHAL, David. Geografia experiência e imaginação: em direção à uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (org.). *Perspectivas da geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982.
- MADRUGA, Antonio Moacir et. al. *Relatório sobre a implantação de grandes equipamentos urbanos no antigo curso do rio Jaguaribre: trecho Bessa*. João Pessoa: Prefeitura Municipal/ Secretaria de Meio Ambiente, 1997.(mimeo).
- MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: ANABLUME, 1993.
- MARQUES, José Geraldo W. *Pescando pescadores: etnoecologia abrangente no baixo São Francisco alagoano*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.
- MERCADANTE, Maurício [on line]. *Criação e gestão de áreas protegidas: um assunto para técnicos ou questão política?* Nov. 1999. Brasília, Câmara dos Deputados. <http://www.geocites.com/RainForest/Jungle/7496/Congresso.doc>
- MILANO, M. S. Unidades de conservação no Brasil: mito e realidade. CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL. Anais..São Paulo, IMESP. 1999. 2v.
- MILLER, Kenton R. *Em busca de um novo equilíbrio: diretrizes para aumentar as oportunidades de conservação da biodiversidade por meio de manejo biorregional*. Brasília: IBAMA, 1997.
- \_\_\_\_\_. Evolução do conceito de áreas de proteção – oportunidades para o século XXI. CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Anais... Curitiba, IAP/UNILIVRE, 1997, 2v, 1989.
- MINTER/IBAMA. *Organização básica*. Brasília: IBAMA, 1989.
- MMA/IBAMA. *A lei da natureza: lei de crimes ambientais*. Brasília: IBAMA, 1998.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1999.

- PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Sistema brasileiro de Unidades de Conservação: de onde viemos e para onde vamos?. CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. *Anais...*Curitiba, IAP/UNILIVRE, s/d, 2v.
- PARAÍBA, Governo do Estado. *Atlas Geográfico do Estado da Paraíba*. João Pessoa: SÉC/UFPB, 1985.
- PINTO, Waldir de Deus. *Legislação federal de meio ambiente*. Brasília: MMA/IBAMA, 1996. 2v
- PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS(G7). *Projeto parques e reservas*. Brasília: MMA/IBAMA, 1996.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Atica, 1993.
- RAMOS, Adriana (org.). Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e nova legislação (SNUC). São Paulo: ISA & The Ford Foundation, 1996.
- REIGOTA, Marcos. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: CORTEZ, 1995. (Questões de nossa época)
- RIBEIRO, Berta G. (coord.). *Suma Etnológica Brasileira*. Petrópolis: VOZES, 1987.
- ROCHA, Josenilton Patrício. *A restinga de Cabedelo – PB: evolução das paisagens e modificações geo-ambientais*. Recife, 1996 (Dissertação) Mestrado em Geografia - UFPE/CEFICH/DCG – Universidade Federal de Pernambuco.
- ROSA, P. R. et. al. Impactos causados por empreendimentos da construção civil no entorno da Mata da AMEM – Cabedelo – PB. CONGRESSO NORDESTINO DE ECOLOGIA, VIII, 1999. *Anais ...*Recife, SNE, 1999.
- SALES, Ivandro da Costa. *Metodologia de aprendizagem da participação e de organização de pequenos produtores*. São Paulo: CORTEZ. (Cadernos CEDES de Educação, 12)
- SANTOS, R. F. et. Al. *Conservação e gestão dos recursos naturais*.1995 (mimeo)
- SCHULZ NETO, Albano, SOUZA, Elivan Arantes de. Projeto Parque da restinga. João Pessoa: PRÓ-AVES/IBAMA-PB. 1997 (mimeo).
- SCHULZ, Alarich. *Introdução à Botânica Sistemática*. Porto Alegre: Editora universitária/UFRGS, 1984.

- SERRES, Michel. *O contrato natural*. Lisboa/Portugal: INSTITUTO PIAGET, 1990.
- SILVA, Marina. *O progresso pelo avesso. meio ambiente e sociedade*. Rio de Janeiro: SENAC, 1995. (Estudos contemporâneos)
- SOUZA, Elivan Arantes de. Mata da AMEM: política de gestão participativa. CONHECIMENTO EM DEBATE, 1999. *Anais...* João Pessoa; UFPB/CCHLA, 1999.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 6.ed. São Paulo: CORTEZ, 1994.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Companhia das Letras: 1988.
- THOMAS, Tom. *A ecologia do absurdo*. Lisboa/Portugal: Edições Dinossauro, 1994.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- TUAN\_\_\_\_\_. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.
- UNGER, Nancy Mangabeira.. *O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade*. São Paulo: LOYOLA, 1991.
- UNIÃO MUNDIAL PARA NATUREZA. *Parques y Progreso: áreas protegidas y desarrollo económico en América Latina y el Caribe*. Washington, BID & UICN, 1993.
- VIANNA, Lucila Pinsard. *Considerações críticas sobre a construção da idéia de “População Tradicional” no contexto das unidades de conservação*. São Paulo, USP/FAFICH/Departamento de Antropologia, 1996.
- WEBER, Jacques. (org.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: CORTEZ, 1997.

## REVISTAS

- BEHR, Miguel Von. Sustentabilidade das populações tradicionais. *Revista Humanidades*. Brasília, v. 10, n.4, p. 330-337, EDUNB, 1994.
- CAPRA, Fritjof. Só uma revolução pode salvar a terra da morte. Rio de Janeiro, *Revista da FEEMA*, v. 2, n. 13, nov/dez. 1993.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. Aspectos culturais do desenvolvimento sustentável. *Revista Humanidades*. Brasília, v.10, n. 4, p. 300-311, EDUNB, 1994.
- FAUSTO JÚNIOR, Alvim, ANDRADE, Mário Edison. O caju que um dia foi brasileiro. *Ciência Hoje*, São Paulo, SBPC, v.3, n. 18, maio/jun., 1985.
- FEUERSCHUETTE, Ruy Correia. Unidades de proteção ambiental. *Revista de Direito Agrário e Meio Ambiente*. Curitiba, ITCF, v 1, n 1, agosto, 1986.
- PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Unidades de conservação devem ser prioridade no Brasil. *Revista de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente*. Curitiba, v. 6, n. 32, nov/dez., UNILIVRE, 1997.
- RÔPER, Monika. Geografia social e unidades de conservação, reflexões teóricas e exemplos da Bacia do Alto Rio Paraguai (Mato Grosso). *GEOSUL*. Florianópolis, v.14, n. 27, p. 45-66, 1999.
- WEBER, Wil. Unidades de Conservação: fórum discute formas de melhor aproveitamento. *Revista da FEEMA*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 13, nov./dez., 1993.

## RELATÓRIOS

- FUNDO MUNDIAL PARA A NATUREZA – WWF. *Áreas protegidas ou espaços ameaçados?* Relatório sobre o grau de implementação e vulnerabilidade das Unidades de Conservação federais Brasileiras de Uso Indireto.(Série Técnica I). Brasília (mimeo)
- INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ/IAP. Discussão sobre áreas de proteção ambiental estaduais – APAs. Curitiba, SEMA/IAP/GTZ & PIAB (Seminário)